



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

CLARISSA SANTOS FONTOURA

**MATERNIDADE INTERROMPIDA?
O LUTO E O SENTIDO DA VIDA DE MÃES EM FACE DA MORTE
DOS SEUS FILHOS ADOLESCENTES POR MEIO DE SUICÍDIO**

Salvador

2022

CLARISSA SANTOS FONTOURA

**MATERNIDADE INTERROMPIDA?
O LUTO E O SENTIDO DA VIDA DE MÃES EM FACE DA MORTE
DOS SEUS FILHOS ADOLESCENTES POR MEIO DE SUICÍDIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, como um dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Deolinda Antunes Luz
Lopes Dias Maurício

Salvador

2022

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca

F684 Fontoura, Clarissa Santos

Maternidade interrompida? o luto e o sentido da vida de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio / Clarissa . – Santos Fontoura. _ Salvador, 2022.

152 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich.

1. Maternidade 2. Luto Materno 3. Estratégias de Enfrentamento
4. Suicídio I. Rabinovich, Elaine Pedreira – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
III. Título.

CDU 316.356.2-053.6

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Faculdade de Psicologia e Pós-Graduação
TERMO DE APROVAÇÃO

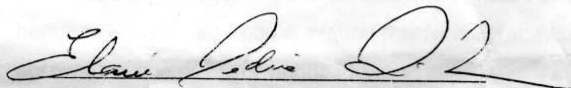
Clarissa Santos Fontoura

“Maternidade interrompida? O luto e o sentido de vida de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor(a) em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 26 de maio de 2022.

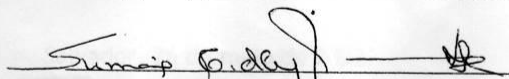
Banca Examinadora:



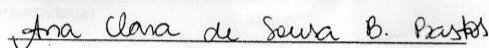
Prof. (a). Dr. (a) Elaine Pedreira Rabinovich - UCSAL (orientadora)

Assinado por: Maria Deolinda Antunes da Luz
Lopes Dias Maurício
Num. de Identificação: 02318598

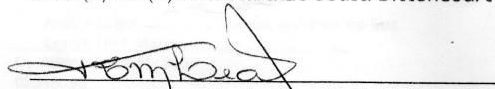
Prof. (a) Dr. (a) Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Dias Mauricio - Co-orientadora - ESEL



Prof. (a) Dr. (a) Sumaia Midlej Pimentel Sá - UCSAL



Prof. (a) Dr. (a) Ana Clara de Sousa Bittencourt Bastos - UCSAL



Prof. (a) Dr. (a) Teresa Cristina Merhy Leal - UNIDOMPEDRO



Prof. (a) Dr. (a) Lúcia Vaz de Campos Moreira - UCP



A todas as mães enlutadas por suicídio de seus filhos, meu profundo respeito e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida, permitindo-me realizar este arrojado projeto em meio a um momento doloroso para a humanidade. Sou grata pela permissão concedida para estar exatamente onde estou, executando aquilo que estou executando.

Agradeço ao meu Guia Espiritual, Mestre Gabriel, por conduzir meus caminhos até o encontro da minha religião, onde posso evoluir espiritualmente norteada com princípios morais e espirituais, recebendo a força e a luz necessárias para seguir minha caminhada na vida.

Agradeço aos meus pais: Benedito Heitz Fontoura (*in memoriam*) e Maria Aparecida Santos Fontoura pela dádiva da vida. A vocês, dedico meu mais profundo afeto e gratidão. Um agradecimento especial à minha mãe, pela presença constante, por ser um alicerce para mim em momentos de dificuldade, pelo cuidado que tem comigo e que se estende à minha filha, por todo apoio e incentivo e pelo seu exemplo de mãe.

Agradeço, especialmente, à minha filha querida Maria Clara, que me ensina o ofício sagrado da maternidade e que, com sua presença, vem transformando a minha vida para melhor. Você é fonte inesgotável de inspiração para mim e eu te amo!

Um especial agradecimento à minha orientadora, professora Dra. Elaine Pedreira Rabinovich. Agradeço pela generosidade com que compartilhou seu conhecimento, pelo cuidado para além das formalidades da relação acadêmica, pela grandeza da sua sabedoria, pelo nosso encontro nessa vida: muito obrigada!

Agradeço à professora Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira, minha orientadora quando da realização do mestrado e durante o primeiro período do doutorado. Agradeço pela partilha de conhecimento, pelo exemplo de humildade que permanece em mim, além de tantos outros feitos. Sou grata pela paciência, tolerância e generosidade que sempre dispensou a mim.

Agradeço à professora Dra. Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Dias Mauricio, por todo apoio a mim prestado, sempre com gentileza, receptividade e generosidade.

Minha gratidão às professoras que compuseram a banca de qualificação desta tese, por todas as pertinentes colocações feitas: além da professora Dra. Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Dias Mauricio supracitada, também agradeço a professora Dra. Ida Kublikowski e a professora Dra. Ana Clara de Sousa Bittencourt Bastos.

Ainda sobre as professoras, por ocasião da defesa da tese, especialmente agradeço pela presença, pelas palavras ofertadas a mim e a minha escrita, e por todas as considerações

tecidas, muito obrigada, mais uma vez e sempre, professora Dra. Elaine Pedreira Rabinovich, professora Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira, professora Dra. Maria Deolinda Antunes Lopes Dias Maurício, professora Dra. Ana Clara Bastos, professora Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá e professora Dra. Teresa Cristina Merhy Leal.

Agradeço a Dra. Karina Fukumitsu, pela generosidade com a indicação das mães entrevistadas. O seu exemplo, os seus escritos, as suas aulas e, por fim, seu gesto solidário só confirmam que o amor só tende a crescer quando compartilhado. As coisas boas tendem a crescer e ganhar luz quando compartilhadas. Você é luz! Muito obrigada Karina!

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, pelos ensinamentos, conhecimentos e aprendizado que adquiri por meio dos senhores, verdadeiros mestres na arte de ensinar. Concluo essa etapa com uma bagagem intelectual infinitamente maior do que a que possuía, e isso atribuo a vocês.

Agradeço especialmente as minhas colegas e amigas professora Dra. Teresa Cristina de Oliveira e professora Dra. Ariadne Araújo por todo apoio, companhia, trocas e amizade compartilhada.

Agradeço a amiga Dra. Andrea Sandoval Padovani pelo acolhimento, apoio e palavras de incentivo nos momentos em que até eu mesma descreditei de mim. Muito obrigada por ter estado presente, especialmente na reta final desta jornada, a sua presença foi fundamental.

Agradeço à Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio essencial com o financiamento desse projeto.

Agradeço ao psicólogo Bruno Gomes de Almeida, pela disponibilidade em ofertar apoio psicossocial caso houvesse necessidade durante a realização das entrevistas.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos Ser-no-Tempo, minha gratidão pelas nossas quintas-feiras de cumplicidade, companheirismo e aprendizado. Esse é um grupo especial, que tem me confirmado que acasos não existem.

Agradeço aos meus irmãos Vítor e Rafael, juntos compartilhamos a vida e conhecemos o sentido da família. Esse agradecimento é extensivo às esposas de vocês e aos seus filhos, sobrinhos e sobrinhas que amo e que guardo em um lugar bem especial em meu coração.

Agradeço a Clóvis Gomes Sampaio, por ter sido um acompanhante em minha jornada em muitos momentos quando da escrita desta tese. A sua existência é uma confirmação de que acasos não existem, pessoas se apresentam em nossas vidas para nos ensinar e nos fazer crescer. Muito obrigada!

Agradeço aos meus pacientes/clientes, sem vocês nada disso estaria sendo possível. Meu aprendizado é imenso acompanhando vidas, auxiliando, tecendo com vocês a teia dos dias, de construções mais significativas de vida. Este é o sentido da minha vida e honro este lugar.

Agradeço muitíssimo às mães participantes desta pesquisa de doutorado. Uma delicadeza de tema, que requereu imensa generosidade e entrega de vocês no compartilhamento das histórias comigo. Muitíssimo obrigada! Vocês já são e sempre serão inesquecíveis para mim.

A todas as pessoas que contribuíram e contribuem para meu desenvolvimento enquanto ser humano, muito obrigada!

Por fim, aos funcionários da UCSal e todas as pessoas que porventura não estão registradas aqui, mas que colaboraram para a realização desse trabalho, fica registrado o meu sentimento de gratidão.

*Somente as coisas lembradas
com Amor
são Reais.*

*Somente os atos lembrados
com Amor
são Reais.*

*Somente as Almas lembradas
Com Amor
são Reais.*

Clarissa Pinkola Estés (2012)

RESUMO

A experiência da morte por meio de suicídio tem causado impacto na sociedade, com ênfase nas famílias diretamente afetadas. Especificamente em casos de morte por suicídio de adolescentes, o impacto ocorre fortemente na vida de mães enlutadas. Diante disso, a presente tese de doutorado objetiva conhecer as experiências de mães em face da morte de seus filhos adolescentes por meio de suicídio, buscando, como objetivos específicos: compreender o impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares; identificar qual sentido a mãe atribui à morte de seu filho; e quais as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães em face da morte de seus filhos. Em um estudo qualitativo, seis mães cujos filhos adolescentes cometeram suicídio foram entrevistadas em local de sua conveniência. Essas mães foram indicadas pela pesquisadora, psicóloga e suicidologista Karina Okajima Fukumitsu. Para a coleta de dados, foi construído um roteiro de entrevista com questões predominantemente abertas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. As entrevistas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora. Os dados foram analisados e, conseqüentemente, elaborados núcleos de sentido. Os resultados encontrados foram elencados em resposta aos objetivos propostos e versam sobre o impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares, a atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a) e estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães em face da morte de seu(sua) filho(a). Verificou-se maior aproximação entre os familiares envolvidos após a morte do(a) filho(a). Constatou-se a valoração da maternidade, independente da presença física do(a) filho(a). Houve um consenso entre as entrevistadas no que tange ao estigma sofrido, ficando evidente a necessidade de que esta temática seja esclarecida pela sociedade. Com relação à atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a), das seis mães entrevistadas, três consideraram haver sentido para a morte de seus filhos e três consideraram que não houve sentido para a morte de seus filhos. Das mães que avaliaram haver algum sentido, houve o reconhecimento da máxima de que nada na vida acontece por acaso. Com relação às estratégias de enfrentamento, as estratégias encontradas corresponderam a uma abertura à transcendência e espiritualidade e à resiliência. As estratégias associadas à resiliência foram subdivididas em: práticas terapêuticas como o acesso a profissionais de psicoterapia e psiquiatria, dentre outros; a importância do trabalho como forma de enfrentamento do luto; falar e escrever sobre a perda como recurso terapêutico; e a prática do serviço ao próximo como importantes formas de enfrentamento e ressignificação. Conclui-se que a maternidade é central na vida dessas mulheres: mesmo sem a presença física dos(as) filhos(as), as mães entrevistadas permanecem com sentimento e função materna intactos e que a espiritualidade se apresenta como importante suporte no enfrentamento da perda. Sugere-se, a partir do estigma sofrido pelas mães e familiares, a necessidade de maior esclarecimento social em torno da temática do suicídio. Dada a complexidade do assunto pesquisado, aponta-se para a necessidade de estudos futuros que aprofundem a temática.

Palavras-chave: maternidade; luto materno; suicídio; estratégias de enfrentamento; adolescente.

ABSTRACT

The experience of death through suicide is having an impact on society, with emphasis on directly affected families. Specifically in cases of death by suicide among adolescents, the impact is strongly felt in the lives of bereaved mothers. Therefore, the present doctoral thesis aims to know the experiences of mothers in the face of the death of their adolescent children through suicide, seeking, as specific objectives: to understand the impact of the death of the child on family relationships; identify what meaning the mother attributes to the death of her child; and what are the coping strategies used by mothers in the face of the death of their children. In a qualitative study, six mothers whose teenage children committed suicide were interviewed at her convenient location. These mothers were indicated by the researcher, psychologist, and suicide specialist Karina Okajima Fukumitsu. For data collection, an interview script was constructed with predominantly open questions. The study was approved by the Ethics and Research Committee of the Catholic University of Salvador. The interviews were recorded and transcribed by the researcher. The data were analyzed and, consequently, meaning cores were elaborated. The results found were listed in response to the proposed objectives and deal with the impact of the child's death on family relationships, the attribution of meaning to the child's death and coping strategies used by the children. mothers in the face of the death of their child. There was greater approximation between the family members involved after the death of the child. The valuation of motherhood was verified, regardless of the physical presence of the child. There was a consensus among the interviewees regarding the stigma suffered, making evident the need for this issue to be clarified by society. Regarding the attribution of meaning to the death of the child, six mothers interviewed considered that there was meaning in the death of their children and three considered that there was no meaning in the death of their children. Of the mothers who considered that there was some meaning, there was recognition of the maxim that nothing in life happens by chance. Regarding coping strategies, the strategies found corresponded to an openness to transcendence and spirituality and to resilience. The strategies associated with resilience were subdivided into therapeutic practices such as professionals to psychotherapy and psychiatric access, among others; the importance of work as a way of coping with grief; talking and writing about the loss as a therapeutic resource; and the practice of caring for others as important forms of confrontation and resignification. It is concluded that motherhood is central in the lives of these women: even without the physical presence of their children, the mothers interviewed maintained intact their maternal feelings, and that spirituality is presented as an important support in coping with loss. Due to the complexity of the subject of this study, it is suggested the need for futures research that deepen the theme.

Keywords: motherhood; maternal mourning; suicide; coping strategies. adolescent.

RESUMO

La experiencia de la muerte por suicidio ha tenido un impacto en la sociedad, con énfasis en las familias directamente afectadas. Específicamente en los casos de muerte por suicidio entre adolescentes, el impacto se siente fuertemente en la vida de las madres en duelo. Por lo tanto, la presente tesis doctoral tiene como objetivo conocer las vivencias de las madres ante la muerte de sus hijos adolescentes por suicidio, buscando, como objetivos específicos: comprender el impacto de la muerte del hijo en las relaciones familiares; identificar qué significado le atribuye la madre a la muerte de su hijo; y cuáles son las estrategias de afrontamiento utilizadas por las madres ante la muerte de sus hijos. En un estudio cualitativo, seis madres cuyos hijos adolescentes se suicidaron fueron entrevistadas en un lugar conveniente. Estas madres fueron indicadas por la investigadora, psicóloga y especialista en suicidio Karina Okajima Fukumitsu. Para la recolección de datos se construyó un guion de entrevista con predominio de preguntas abiertas. El estudio fue aprobado por el Comité de Ética e Investigación de la Universidad Católica del Salvador. Las entrevistas fueron grabadas y transcritas por el investigador. Los datos fueron analizados y, consecuentemente, elaborados núcleos de significado. Los resultados encontrados fueron enumerados en respuesta a los objetivos propuestos y versan sobre el impacto de la muerte del hijo en las relaciones familiares, la atribución de sentido a la muerte del hijo y las estrategias de afrontamiento utilizadas por las madres ante la muerte de su hijo. Se verificó una mayor aproximación entre los familiares involucrados después de la muerte del hijo, así como la valoración de la maternidad, independientemente de la presencia física del niño. Hubo consenso entre los entrevistados sobre el estigma sufrido, evidenciándose la necesidad de que este tema sea esclarecido por la sociedad. En cuanto a la atribución de sentido a la muerte del hijo, seis madres entrevistadas consideraron que hubo sentido en la muerte de sus hijos y tres consideraron que no hubo sentido en la muerte de sus hijos. De las madres que consideraron que había algún sentido, hubo reconocimiento de la máxima de que nada en la vida sucede por casualidad. Con relación a las estrategias de enfrentamiento, estas corresponden a una abertura a la trascendencia y espiritualidad y a la resiliencia. Las estrategias asociadas a la resiliencia se subdividieron en: prácticas terapéuticas como psicoterapia y acceso psiquiátrico, entre otras; la importancia del trabajo como forma de afrontar el duelo; hablar y escribir sobre la pérdida como recurso terapéutico; y la práctica de los cuidados a otros como formas importantes de confrontación y resignificación. Se concluye que la maternidad es central en la vida de estas mujeres, incluso sin la presencia física de sus hijos, las madres entrevistadas se mantienen con sentimientos y funciones maternas intactas, y que la espiritualidad se presenta como un apoyo importante en el enfrentamiento de la pérdida. Debido a la complejidad del objeto de estudio, investigaciones futuras deberán profundizar el tema.

Palabras llave: maternidad; duelo materno; suicidio; estrategias de afrontamiento. adolescente.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	23
	FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS	
2.1	CONSIDERAÇÕES.....	23
2.2	DESAFIOS DA MATERNIDADE CONTEMPORÂNEA.....	28
2.2.1	Maternidade e luto: levantamento bibliográfico	37
2.3	ADOLESCÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE	45
2.4	MORTE, SUICÍDIO E LUTO.....	53
2.5	LOGOTERAPIA E A QUESTÃO DO SENTIDO.....	71
3	METODOLOGIA	79
3.1	DELINEAMENTO.....	80
3.2	LOCAL E PARTICIPANTES.....	82
3.3	INSTRUMENTOS.....	84
3.4	PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS.....	85
3.5	ANÁLISE DE DADOS.....	85
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	88
4.1	EIXO 1: IMPACTO DA MORTE DO(A) FILHO(A) NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	88
4.1.1	Núcleo de sentido 1: Apoio nas relações familiares	88
4.1.2	Núcleo de sentido 2: Valoração da maternidade	92
4.1.3	Estigma	95
4.2	EIXO 2: ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO PARA A MORTE DO(A) FILHO(A).....	100
4.3	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELAS MÃES EM FACE DA MORTE DE SEU(SUA) FILHO(A).....	104
4.3.1	Transcendência e espiritualidade	104
4.3.2	Resiliência	109
4.3.2.1	<i>Práticas terapêuticas e resiliência</i>	112
4.3.2.2	<i>Trabalho e resiliência</i>	115

4.3.2.3	<i>Falar/escrever sobre</i>	116
4.3.2.4	<i>Servir ao próximo</i>	121
		126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EXPERIÊNCIAS DE MÃES EM FACE DA MORTE DOS SEUS FILHOS ADOLESCENTES POR MEIO DE SUICÍDIO	142
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	143
	APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	145
	APÊNDICE D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	149
	APÊNDICE E – DECLARAÇÃO DE APOIO PSICOLÓGICO	150
	APÊNDICE F – QUADRO PINTADO ELAINE (MÃE DESTE ESTUDO)	151

1 INTRODUÇÃO

Maternidade Interrompida? O luto e o sentido da vida de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio. Com o título deste trabalho anuncio minha temática de interesse, que versa sobre maternidade, luto materno, suicídio, estratégias de enfrentamento e adolescência.

Os dados epidemiológicos denunciam que o suicídio exige atenção das políticas públicas, pois é considerado um fenômeno complexo e multifatorial e um importante problema de saúde pública, que impacta a sociedade como um todo. As mortes por suicídio aumentaram 60% nos últimos 40 anos, sendo esta a terceira causa de óbito entre pessoas de 15 a 29 anos, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017). Dados do mais recente boletim epidemiológico lançado pelo Ministério da Saúde, entre os anos de 2010 a 2019, apontam para um aumento de 43% no número anual de mortes por suicídio, com aumento de risco em todas as regiões do Brasil. Verificou-se, também, aumento das taxas de suicídio em todos os grupos etários, com destaque para um aumento nas taxas de mortalidade de adolescentes, que sofreram um incremento de 81% no período, passando de 606 óbitos e de uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil habitantes, para 1.022 óbitos, e uma taxa de 6,4 suicídios para cada 100 mil adolescentes (BRASIL, 2021). Esse aumento expressivo justifica a compreensão de que a morte por suicídio tem sido considerada um agravo, mais precisamente, um comportamento escolhido por pessoas que possuem características específicas; em alguns casos, pessoas que passam por algum tipo de sofrimento e consideram o suicídio como opção, permeados pela ambivalência entre a busca da morte como mecanismo de cessação do sofrimento e o desejo por socorro (OMS, 2017; BRASIL, 2021; SCHLICHTING; MORAES, 2018).

No ano de 2019, foi sancionada a Lei nº 13.819, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, donde se estabelece um sistema nacional de cooperação entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, contando com a participação da sociedade civil e de instituições privadas, para a promoção de medidas com vistas à diminuição das tentativas de suicídio, dos suicídios consumados e os atos de automutilação (BRASIL, 2019), cujos objetivos são: (I) promover a saúde mental; (II) prevenir a violência autoprovocada; (III) controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental; (IV) garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio; (V) abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de

suicídio e garantir-lhes assistência psicossocial; (VI) informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocadas como problemas de saúde pública passíveis de prevenção; (VII) promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras; (VIII) promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os estabelecimentos de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão e, por fim, (IX) promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas.

Apesar do avanço que representa uma Lei instituída com vistas para a política de prevenção e pós-venção do suicídio, as estatísticas apontam para um crescimento de casos de suicídio em todas as faixas etárias, sendo assim, faz-se mister uma melhor compreensão dessa temática por parte da sociedade como um todo: profissionais inseridos em escolas; faculdades; pós-graduações; profissionais da área de saúde, enfim, quanto maiores os esclarecimentos, maiores as chances de uma sociedade melhor informada e menos estigmatizante no trato com o assunto.

No presente trabalho, as temáticas da maternidade, do luto por suicídio e da adolescência estão entrelaçadas. A maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher. Na atualidade, as mulheres permanecem com o desejo de se casarem, ter filhos, constituir família, mas, associados a estes desejos, também estão os anseios de inserção e atuação na vida profissional.

Arriagada (2009) aponta para o crescente aumento do contingente de mulheres no mercado de trabalho, mulheres que já há algum tempo representam estatisticamente a grande maioria de pessoas a estudar em cursos universitários e que chefiam lares, de acordo com dados apresentados pela autora ao considerar a realidade da América Latina. Tais dados correspondem, igualmente, à realidade da mulher brasileira. De acordo com dados do IBGE (2018), a participação feminina em cursos de nível superior é mais elevada que a masculina, assim como houve um significativo avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho. Na atualidade, elas estudam mais, trabalham mais e permanecem ganhando menos do que os homens.

Apesar de todas as transformações ocorridas na vida das mulheres, a maternidade permanece com essa característica de centralidade em suas existências. Na minha dissertação

de Mestrado, defendida no ano de 2014, na Universidade Católica do Salvador (UCSal), pesquisei sobre as concepções de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho sobre família, cuidado e educação de filhos. Dentre os resultados encontrados, está a concepção da família como base de tudo e sentido da vida das mães. A maternidade foi considerada tarefa positiva, mas complexa e que envolve responsabilidade, mas também um amor incondicional. As concepções de educação envolveram, principalmente, a orientação/ensino, o estabelecimento de limites e a transmissão de valores. Foi verificada, ainda, a sobrecarga de atribuições conferidas às mães acerca dos trabalhos domésticos e os direcionados à educação e cuidados dos filhos (FONTOURA, 2014).

Dos resultados encontrados, pretendo destacar a centralidade da maternidade, a questão do sentido existencial que ela confere para as mulheres. Em diversos relatos, é a experiência da maternidade o sustentáculo em momentos de grandes dificuldades, correspondendo ao que Frankl (2008, p. 7) expressa com a seguinte frase: “Quem tem um porquê, enfrenta qualquer como”.

A palavra *logos* é de origem grega e significa sentido. O autor supracitado afirma que o homem é um ser responsável e que essa responsabilidade é conferida por meio do cumprimento de um sentido. A busca pelo sentido atribui significado para a existência humana. Em uma sociedade capitalista e consumista, que se encontra em avançada etapa de desenvolvimento industrial e tecnológico, com elevada produção de bens e serviços, onde há notória ascensão da violência e inversão de valores, na qual as relações pessoais estão sendo substituídas por relações fluidas e virtuais, refletir sobre possibilidades de sentido para as pessoas, em especial, mulheres e mães, é relevante.

A capacidade de autotranscendência corresponde ao ato de sair de si próprio e partir em busca de um sentido para a própria existência. Essa busca pode ser encontrada mediante uma pessoa, um ideal, uma meta, a prática de beneficência, um serviço. Transcender implica em realizar algo de significativo a partir da própria vida, para além dela. A existência de um sentido na vida é abordada por Frankl (2008) em seu livro intitulado: “Em Busca de Sentido”, em que relata sua experiência em campo de concentração nazista, onde vivenciou situações difíceis para a manutenção da dignidade humana. Para o autor, a família tem um destaque importante como sentido de vida para as pessoas. A maternidade é considerada uma experiência que dá sentido e que capacita a mulher a realizar a autotranscendência (FRANKL, 2008; 2016; ZAMULAK, 2015).

Walsh (2005) reconhece as mudanças que a instituição familiar está passando nos últimos tempos, porém enfatiza seu caráter fundamental, assim como de seus membros, no

suporte e sentido em momentos de crise e seu enfrentamento. Em seu estudo sobre resiliência, confere à família um importante papel de compartilhamento. Para a autora, a morte se configura como uma experiência de ruptura no ciclo evolutivo dos seres humanos. Apesar de ser o caminho para onde todas as pessoas estão predestinadas, a experiência da/com a morte tem sido vivenciada como um tabu na sociedade contemporânea, cujos objetivos, alicerçados nas evoluções tecnológicas, são do prolongamento da vida a todo custo e a consequente desnaturalização da morte (WALSH, 2005).

Na esteira desta reflexão, Hollis (2006) afirma que o tema da perda atravessa a existência humana e aponta para a necessidade premente do exercício da renúncia ao desejo de controle que, enquanto seres humanos, ainda possuímos. A vida é transitória e mutável e o estado de permanência da vida está em sua impermanência. O autor não invalida o sofrimento decorrente de uma perda, pelo contrário. Ele reconhece que só há sofrimento quando há valor. Porém informa que, internalizar aquilo que ficou da pessoa amada, possibilita o deslocamento de energia para as coisas da vida, numa espécie de redirecionamento existencial. Ele afirma:

[...] honramos mais aqueles que perdemos tornando consciente a contribuição deles para a nossa vida, vivendo deliberadamente com esse valor e incorporando esse valor no empreendimento contínuo da vida. Essa é a conversão adequada da perda, inevitável nessa vida evanescente. Essa conversão não é uma negação, e sim uma transformação. Nada que é internalizado jamais é perdido. Mesmo na perda, então, algo elevado permanece. (HOLLIS, 2006, p. 59)

Arantes (2016) assegura que, embora não gostemos do assunto, todos vamos morrer e, quanto mais nos prepararmos para a ideia, melhor partiremos. Para a autora, médica especialista em cuidados paliativos, quando uma pessoa amada morre, é como se fôssemos levados até a entrada de uma caverna. No dia da morte, entramos na caverna e a saída não é pela mesma abertura por onde entramos, pois não encontraremos a mesma vida que tínhamos antes. A vida que será conhecida a partir da perda não será a mesma de quando a pessoa amada estava viva. E, para sair dessa caverna do luto, é preciso cavar a própria saída, cada um à sua maneira.

Para Hollis (2006), a mensagem da perda, da dor, da traição, dos vícios, da raiva, da solidão corresponde aos lugares sombrios que precisamos, enquanto humanos, de má vontade, visitar. Contempla a angústia como função da frágil condição humana. Afirma que estas passagens são verdadeiras intimações à Individuação. São verdadeiros convites, queiramos ou não, ao crescimento, à expansão da consciência, individual e coletiva. Convites que levam à

transformação, à saída da caverna. A procura pela compreensão de tais acontecimentos inexplicáveis e inaceitáveis, num primeiro momento, e a posterior aceitação dos mesmos, amplia os horizontes e possibilita o aprendizado de uma vivência com mais humildade e destemor.

A morte é uma experiência que permite que a pessoa enlutada adentre numa caverna e jamais saia dela sem passar por alguma transformação. A perda de um filho, neste sentido, amplia essa experiência, pois não faz parte da expectativa das famílias e, especialmente das mães, a perda de um filho adolescente, em pleno vigor da sua juventude. É relevante adentrar em uma temática por vezes evitada, pela complexidade e pela dor que envolve. É socialmente esperado que os pais morram antes dos seus filhos, assim, a experiência da morte de um filho quebra tais previsões familiares e pode ocasionar desajustes e profundo sofrimento. Escutar as vozes dessas mães, além de ser uma possibilidade legítima de restauração, pode auxiliar na implementação de melhores estratégias de enfrentamento de uma dor já tão profunda e impactante.

No presente trabalho, as temáticas da maternidade, do luto por suicídio e da adolescência se entrelaçam. Conforme citado anteriormente, a morte é uma experiência que convoca a pessoa enlutada a adentrar numa caverna e jamais sair dela sem passar por alguma transformação. A perda de um filho, neste sentido, amplia essa experiência, pois não faz parte da expectativa das famílias e, especialmente das mães, a perda de um filho adolescente, em pleno vigor da sua juventude.

Corroborando a ideia de complexidade mediante a dor que acomete mães enlutadas, em estudo realizado com três mães que perderam seus filhos, Freitas e Michel (2014) observaram elementos centrais e constituintes a essas mães, a saber: sentimento de dor, perda de um modo de existir (o modo da maternidade), vivência e/ou aproximação da espiritualidade, sentimentos de culpa, perda do sentido do mundo e da vida, vontade de morrer, engajamento em projetos relacionados ao filho, perpetuação da memória do filho, estreitamento dos laços com pessoas significativas para o morto, indicando que, embora o luto se modifique com o passar do tempo, a perda de um filho jamais é superada, a maternidade permanece, embora transformada.

Considerando os elementos supracitados, o objetivo geral da presente tese de doutorado consiste em conhecer as experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio. Os objetivos específicos são: compreender o impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares; identificar qual o sentido que as mães atribuem à

morte de seus filhos e identificar quais as estratégias de enfrentamento utilizadas por mães em face da morte do(a) seu(sua) filho(a).

As motivações para a realização do presente estudo de doutorado decorrem de diversos fatores. O mais recente relaciona-se aos achados encontrados após a conclusão da dissertação de mestrado (FONTOURA, 2014). Destes, saliento a valoração da maternidade, independente da classe social da pessoa entrevistada.

Além disso, a vivência da morte de maneira precoce em minha vida, certamente, me impulsionou para a escrita desta tese. O meu pai foi acometido por um tumor cerebral quando eu tinha sete anos de idade, vindo a falecer em decorrência desse tumor seis anos depois, quando eu estava com apenas 13 anos de idade. Em meio às mudanças ocorridas em minha família em decorrência dessa perda, tomada pelo sofrimento e pela dor, observava a obstinação da minha mãe nos cuidados aos seus três filhos. Mesmo em face da viuvez precoce, a maternidade era claramente um farol que a guiava pelos caminhos de dificuldades, mas cheios de gratificações sutis, oriundas dessa relação tão profunda entre mãe e filhos.

Em decorrência dessa perda, vivi uma adolescência sem a figura paterna, assim, considero relevante tratar sobre a temática da adolescência, das necessidades que perpassam essa etapa da vida, da identificação, por vezes, com adolescentes que, em decorrência de algum sofrimento, tiveram o trágico fim no suicídio. Embora essa nunca tenha sido uma possibilidade vislumbrada por mim, sou conhecedora, testemunha ocular da vivência da impulsividade característica da adolescência, assim como do sentimento de vazio concernente a essa fase, e me apraz a possibilidade de escrever sobre tal público.

Outra motivação para a realização deste estudo foi o fato de considerar a família como base importante para o desenvolvimento de uma pessoa, local de formação das primeiras impressões acerca do mundo e de desenvolvimento da personalidade e da aprendizagem de valores. A família proporciona ao indivíduo o primeiro contato com o mundo ao seu redor e isso é um valor determinante para as suas escolhas futuras. Por outro lado, na atualidade, essa instituição passa por diversas modificações e a possibilidade de conhecer mais sobre essas transformações, igualmente motivaram a realização desta pesquisa.

Uma das modificações supracitadas está na valorização da família na atualidade. Com os olhares cada vez mais voltados para a realização profissional e o trabalho, e a produtividade se apresentando como um valor essencial, muitos têm dedicado cada vez mais tempo para esta finalidade, negligenciando ou subvalorizando os laços familiares, e o espaço para a construção dos mesmos; as dinâmicas mais triviais de casa, voltadas para o olhar, para as construções de diálogos e conversas profundas, em detrimento de conversas superficiais e

corriqueiras. Toda essa orientação para a produção já tem apresentado seus resultados: vínculos familiares mais afrouxados, pessoas emocionalmente mais fragilizadas, surgimento de algumas síndromes vinculadas ao excesso de produtividade, como o burnout e a ansiedade, grande senso de frustração, quando da não realização deste ideal normatizado supracitado.

Investigar a temática da família, abordando mais precisamente pais e filhos adolescentes, perpassa pela necessidade de estabelecimento de comunicação. Em uma sociedade marcada por recursos tecnológicos, na qual as relações virtuais sobrepujam as interações reais, é imperativo questionar como estão os vínculos entre pais e filhos, a capacidade de estabelecimento de diálogo, favorecendo a valorização pessoal destes adolescentes, minimizando conflitos já tão presentes nessa etapa de vida.

Entrelaçando o percurso pessoal e acadêmico, sempre esteve presente em minhas observações a importância de um sentido para a existência humana. Frankl (2008) compreende que a atribuição de significados é particular e difere de pessoa para pessoa, conferindo maior qualidade de presença na realização das atividades comuns, mas, sobretudo, reforça uma postura de responsabilidade maior diante da existência.

Para o autor supracitado, o sentido não pode ser fabricado ou exportado de um ente exterior à pessoa, é preciso descobri-lo. Apresentou, em livro intitulado: “Sede de sentido”, resultados de pesquisas encabeçadas por ele, a saber: em uma delas, foram entrevistados sessenta estudantes que já tinham tentado cometer suicídio, pelo menos uma vez. Em 85% dos casos, foi detectado que a vida não tinha sentido para eles. Desses 51 jovens, 48 estavam em excelentes condições físicas, viviam em ambiente socioeconômico favorável, sem conflitos familiares importantes, ou seja, 93% das pessoas para as quais a vida não tinha sentido algum, estavam aparentemente bem e não tinham do que se queixar, ao menos externamente. Em outra pesquisa, por meio da aplicação de testes, o autor constatou que o índice de envolvimento com drogas, nas pessoas medianamente realizadas é de 4,25%, ao passo que naqueles que sofrem de um sentimento de ausência de sentido, tal índice chegou a 8,90%, mais que o dobro. Estes estudos refletem a urgência da discussão acerca da questão do sentido, especialmente nas populações jovens (FRANKL, 2008, 2016).

Diante dos assuntos supracitados, considero relevante a possibilidade de encontrar algum significado em meio ao sofrimento, bem como, verificar possibilidades existenciais de enfrentamento. Essa é uma das buscas quando da escrita desta tese de doutorado.

Esta tese será apresentada na forma dos seguintes capítulos: Revisão de literatura; metodologia; resultados e discussão; e considerações finais.

A revisão de literatura foi subdividida em seções que contemplam as temáticas elencadas nesta introdução. São elas: família contemporânea: algumas considerações; desafios da maternidade contemporânea; adolescência e contemporaneidade; morte, luto e suicídio e, por fim, uma seção dedicada à Logoterapia e a questão do sentido.

A metodologia escolhida foi a qualitativa, por meio de análise de entrevistas, tendo como base as histórias de vida, objetivando o aprofundamento nas narrativas das mães entrevistadas. Ao narrar, a pessoa não conta a totalidade da sua vida, e sim, a versão possível compreendendo a sua experiência e seu envolvimento com os fatos narrados, bem como compreendendo que a pessoa entrevistada reflete sobre a situação vivida enquanto narra, buscando um fio condutor que lhe dê sentido (MINAYO, 2014).

Foram entrevistadas seis mães cujos filhos adolescentes cometeram suicídio. Essas mães foram indicadas pela pesquisadora, psicóloga e suicidologista Karina Okajima Fukumitsu, cujas pesquisas recentes versam em torno da temática do suicídio e enlutados por suicídio. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Às mães com filhos adolescentes falecidos por meio do suicídio e que aceitaram participar da investigação foi entregue o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B) e agendado local e horário para a realização da entrevista gravada. As participantes que porventura apresentassem sofrimento psíquico durante a realização da entrevista seriam encaminhadas para atendimento psicossocial.

Os resultados e discussão foram organizados em três eixos de análise com vistas a dar conta dos sentidos e ações das mães em face ao suicídio de seus filhos adolescentes.

O eixo 1, denominado *Impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares*, está organizado em dois núcleos de sentido: um se refere ao apoio nas relações familiares e o outro à valoração da maternidade. Além desses núcleos, ele está composto pelo estigma sofrido pelas mães. O eixo 2 foi denominado *Atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a)*, e abarca os sentidos dados à morte do adolescente. O terceiro eixo de análise consiste nas *estratégias de enfrentamento* utilizadas pelas mães face ao falecimento de seu filho(a). Consistem nos seguintes núcleos de sentido: transcendência e espiritualidade e resiliência. A resiliência, por sua vez, foi observada como: práticas terapêuticas; trabalho; falar/escrever sobre; e servir ao próximo.

Como último item, nas considerações finais, estabeleço pontes entre os objetivos elencados nesta tese de doutorado e as respostas fornecidas pelas mães entrevistadas, cujos resultados as apresentam de maneira estruturada por meio dos eixos temáticos; tecendo comentários, reflexões e proposições sobre as questões que foram levantadas a partir de todo

o percurso da escrita. As mães serão sempre mães. Filhos serão sempre filhos. A maternidade não se interrompe jamais, isso está posto.

Feitas as observações acima, apresentarei, a seguir, a revisão de literatura sobre os assuntos aqui citados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Um estudo que se propõe investigar a experiência de mães em face da morte de seus filhos adolescentes por meio de suicídio requer aprofundamento de temas envolvendo a família, a maternidade, a adolescência, a morte por suicídio e o luto, assim como a abordagem teórica do estudo: a Logoterapia.

2.1 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A família é reconhecida nas Ciências Humanas e no senso comum como base das relações sociais, estrutura representativa do acolhimento, contexto em que se originam tais relações; de onde o indivíduo sai e para onde ele retorna. Seu valor é reconhecido “desde o início da história humana até hoje” diante do caráter *suprafuncional* que ela assume por ser considerada um fenômeno social total, que abriga dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, sociais, jurídicas, políticas e religiosas (DONATI, 2008, p. 55).

Scabini (2012), em sua reflexão acerca da transmissão intergeracional, reitera tal afirmação, pois compreende a transmissão intergeracional na família como a possibilidade de transferência de patrimônio afetivo e de valores das gerações mais velhas para as mais novas, reconhecendo a capacidade que as novas gerações possuem de decidir aquilo que merece ser acolhido e/ou descartado, observando, assim, o compromisso que essa comunicação entre gerações possui em dar sentido e continuidade às relações familiares de modo geral.

Donati (2008), em estudo sobre a teoria relacional da sociedade, afirma que toda a realidade social é formada por relações sociais distintas e que variam entre diferentes culturas. Para ele, a família apresenta diversas formações e modos de vinculação, sendo essa uma característica própria da sociedade contemporânea. Os indicadores de diferentes tipos de relações familiares apenas reforçam a importância da instituição familiar e a busca das pessoas de modo geral pela formação familiar, ainda que de maneira pluralizada. Concorda com a ideia de que a família obedece a ciclos. Na contemporaneidade, emerge o conceito de “cursos de vida”, e a família se apresenta como sendo um entrelaçamento de cursos de vida individuais, de pessoas que se agregam e se desagregam com maior contingência sem abandonar a ideia original de ciclos, visto que essa é uma instituição que igualmente os possui, o que colabora para que a transmissão intergeracional aconteça (DONATI, 2008).

Na sociedade brasileira contemporânea, a instituição familiar vem passando por profundas transformações em seus modos de estruturação das relações, revelando um intenso

dinamismo intersubjetivo, percebido nas relações conjugais e parentais, sem contudo, perder sua relevância enquanto instituição formativa (DONATI, 2008; ARRIAGADA, 2009; PETRINI, 2003; RABINOVICH; MOREIRA, 2011; SCABINI, 2012; WALSH, 2005).

Jablonski (2007) destaca que a própria definição de família está em questão, visto que o modelo herdado dos anos 50, no qual o pai sai para trabalhar e a mulher fica como cuidadora dos filhos, está em extinção, dando lugar, principalmente nos grandes centros urbanos, a famílias nas quais o casal trabalha fora, em alguns casos não mais no primeiro casamento (os chamados recasamentos), ou ainda aponta para a existência de famílias monoparentais, em sua grande maioria, chefiadas por mulheres.

Petrini (2003) discorre sobre as transformações ocorridas na família nos últimos anos em consequência dos movimentos sociais, considerando, também, outras origens de mudanças decorrentes do próprio dinamismo da sociedade. Dentre estes movimentos, cita o *Welfare State*, fenômeno ocorrido mais ativamente em países do primeiro mundo (principalmente países do continente europeu) e que aqui no Brasil ficou conhecido como o Estado de Bem-estar Social, um movimento que defendeu a garantia de direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão, ao contemplar movimentos sociais de amparo aos idosos, às crianças e às mulheres, focados em suas instâncias individuais na contramão de objetivos coletivos, tomando como exemplo qualquer movimento social em prol da comunidade, tal como a família.

Aponta a importância histórica da instituição família, como base matricial do próprio processo civilizatório, sem deixar escapar os momentos de crise que tal instituição enfrentou. Revela que, apesar das crises enfrentadas e do forte apelo ao individualismo, a família permanece como base da sociedade, fazendo parte do imaginário coletivo e dos objetivos a serem alcançados pela maioria das pessoas.

Em estudo recente, Petrini e Cavalcanti (2018) apontam para intensas mudanças na sociedade contemporânea, enfatizando as transformações tecnológicas como as que mais imediatamente se impõem à atenção para serem consumidas, tornando-se cada vez mais indispensáveis como mediadoras das relações. Nessa nova equação, alguns ganhos são pontuados, como o rápido estabelecimento da comunicação, porém, observam déficits como o aumento do individualismo e da incidência da violência, que deflagra uma agressividade latente e convoca à apreciação de valores como a verdade, a justiça, o bem comum da população em detrimento do bem individual.

Ainda sobre valores, Petrini e Cavalcanti (2018) assinalam a experiência elementar, que consiste em facear os objetivos originários da experiência humana e sua realização

enquanto pessoa, suas exigências de felicidade, verdade, equidade, justiça e beleza. Sendo assim, numa sociedade em transformação, cujo fundamento está numa esfera de mercado, os aspectos mais significativos tendem a ser suprimidos, como afirmam os autores:

Pode-se responder à necessidade de moradia, mas não se sabe como responder ao desejo de que a habitação seja também um lar. Podem ser organizadas festas para facilitar a resposta às necessidades sexuais das pessoas, mas nada se pode oferecer para responder ao desejo de amar e de ser amado que cada pessoa traz dentro de si. A razão humana, entendida como capacidade de dar-se conta da realidade segundo a totalidade de seus fatores, pode enfrentar essas questões, mesmo que elas não sejam manuseáveis como as necessidades básicas. (PETRINI; CAVALCANTI, 2018, p. 199)

Ao dissertar acerca da sede de sentido na juventude, Santos e Freitas (2018), atualizam a perspectiva trazida acima acerca da dicotomia instalada entre a esfera de mercado e o anseio pela experiência elementar, cuja compreensão se estabelece a partir da autotranscendência. Afirmam que os atores sociais têm vivido cada vez mais individualizados, concentrados em interesses privados, experimentando a solidão e o desenraizamento de uma convivência comunitária, o que colabora com a massificação da falta de sentido apontada por Frankl (2008, 2016), cujos valores (de experiência, de criação e de atitude) são respostas e antídotos para a realidade social atual.

Os valores de criação estão ligados ao trabalho profissional, com destaque não para a profissão escolhida, mas para a maneira com a qual se executa a função laboral. Os valores de vivência/experiência envolvem a capacidade de contemplação, manifestando a dimensão da gratuidade, esta, vinculada aos valores vivenciais, quais sejam, a bondade, a verdade e a beleza, valores supracitados quando da explanação acerca da experiência elementar. Por fim, os valores de atitude, correspondem a encontrar sentido mesmo em face ao sofrimento. Ressalta-se que a exploração desses valores, especialmente os valores de vivência, são mais facilmente compartilhados quando da existência de modos duradouros de vinculação, como pretende-se ser a família, enquanto locus significativo social.

Dando prosseguimento à reflexão sobre as mudanças na instituição familiar, Dessen (2010) aponta importantes mudanças ocorridas na referida instituição quando da passagem do modelo familiar hierárquico (década de 1950) ao modelo igualitário (década de 1980). São elas: maior aproximação dos papéis exercidos entre os homens e as mulheres; relações parentais menos calcadas no autoritarismo e mais igualitárias; a passagem da família mais

extensa para um modelo familiar mais nuclear fragmentado e privatizado, reafirmando os passos dinâmicos ocorridos nessa instituição após tais acontecimentos.

Arriagada (2009), ao realizar estudo sobre as “Diversidades e Desigualdades das Famílias Latino-Americanas”, também aponta para a transformação da família nos últimos anos. Essas mudanças incluem o aumento da quantidade de famílias monoparentais chefiadas em sua maioria por mulheres; o crescente número de famílias recompostas, vindas de recasamentos; a mudança de um modelo social que tinha o homem como principal provedor para um modelo social mais diversificado, que inclui maior participação feminina; e o aumento de lares individuais, evidenciando uma maior individuação dos sujeitos envolvidos em sociedade. Mesmo diante das diversas mudanças citadas, a autora afirma haver uma maior aceitação social desses diversos tipos de lares.

Arriagada (2009) contempla, também, a realidade das mulheres na atualidade, ressaltando um movimento de maior responsabilidade profissional, ao mesmo tempo em que assumem o comando de suas casas e apresentam um maior distanciamento entre o nascimento do primeiro filho e o segundo, fenômeno que está intimamente ligado à participação mais ativa das mulheres no mercado de trabalho, assim como aos recasamentos.

A autora supracitada aponta para grandes desafios na esfera política, em especial as Políticas Públicas, reconhecendo, como ponto de partida, o fato de que estamos vivendo hoje diferentes configurações familiares. Sendo assim, para a pesquisadora, aceitar essas novas configurações é um passo importante para que sejam repensadas as políticas destinadas às famílias, em paralelo à promoção de políticas familiares que favoreçam os vínculos e a atuação de um Estado que garanta políticas de serviços para aqueles que não podem promover a sua autonomia por algum motivo, seja ele qual for, tais como crianças, determinados idosos, pessoas com algum adoecimento ou deficiência.

Em estudo sobre resiliência familiar, Walsh (2005) reconhece as transformações supracitadas envolvendo famílias contemporâneas no que tange aos recasamentos, ao aumento de famílias monoparentais, ao número mais expressivo de pessoas vivendo por conta própria, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as consequências desse fenômeno. Ressalta que o mito da família ideal aumenta a sensação de deficiência e fracasso das famílias em transição. Como o mundo atual é marcado por mudanças e fragmentações, as vidas das pessoas podem parecer imprevisíveis e a perda de direção pode ser experimentada como opressiva e alarmante. A autora recomenda o uso da criatividade diante das incertezas e salienta que, encontrar significado para as situações vividas facilita o atravessamento das mesmas.

Fontoura e Moreira (2019), em estudo realizado objetivando conhecer as concepções e práticas de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho sobre família, cuidado e educação de filhos, encontraram, dentre seus resultados, a família como base de tudo para nove entre dez mães entrevistadas. Em seguida, a família foi concebida como um “sentido de vida” para essas mães. Além disso, a família foi citada como local de troca de ensinamentos e de valores e ambiente no qual se encontram as pessoas com as quais se compartilha a vida.

De um modo geral, apesar das constantes transformações a que é submetida, a família é considerada, ainda, um pilar da sociedade e a sua formação é almejada por muitos, tendo sua força relacionada à segurança, ao acolhimento e ao bem-estar social. Sendo assim, percorrer caminhos esclarecedores sobre essa instituição é relevante, como também o é a possibilidade de vislumbrar a perspectiva apontada por Arriagada (2009) quando cita as Políticas Públicas como fatores fundamentais para a melhoria na qualidade das relações estabelecidas no âmbito familiar.

A instituição familiar, apesar de todas as transformações citadas anteriormente, continua sendo considerada e reconhecida socialmente como constitutiva da identidade primária das pessoas, lugar determinante para a educação e formação do caráter delas (BIASOLI-ALVES, 2002; GOLDANI, 2002; PETRINI, 2003; JABLONSKI, 2007; PETRINI, 2008; ARRIAGADA, 2009).

Donati (2008) atribui à família um caráter suprafuncional, por abrigar dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, sociais, jurídicas, políticas e religiosas. Deste modo, também as crises de diversas ordens e a exposição aos ciclos de vida são vivenciadas pelas famílias, quando se apresentam.

Para Walsh (2005), a morte de um membro da família tem impacto imediato e a longo prazo para cada membro e para todos os outros relacionamentos, de acordo com os sistemas de crenças, os processos organizacionais e os processos de comunicação de cada família.

Os sistemas de crenças abrangem valores, convicções, tendências e atitudes que se misturam para formar um conjunto de premissas básicas que desencadeiam reações emocionais, informam decisões e guiam ações. As famílias desenvolvem crenças compartilhadas a partir de sua cultura e experiências vividas e estas, são capazes de orientar quando da vivência de uma experiência traumática. Senso de coerência, senso de pertencimento, otimismo e confiança, manutenção da esperança, crença em algo maior (transcendência) são importantes valores elencados por Walsh (2005), quando do fortalecimento da resiliência familiar.

Os processos organizacionais correspondem à capacidade de flexibilidade – um bom gerenciamento entre estabilidade e mudança; a conexão entre os membros familiares compreende apoio mútuo, respeito e cooperação entre os membros, prevendo, também, perdão e reconciliação quando da vivência de relacionamentos conturbados e, por fim, os recursos sociais e econômicos. Com relação aos processos de comunicação, a autora elenca a clareza, a possibilidade de expressão emocional aberta e a resolução colaborativa de problemas. Os elementos que compõem o tripé sistemas de crenças, processos organizacionais e processos de comunicação são fundamentais na condução de crises e abalos familiares, a exemplo da morte, que não avisa quando vai se apresentar. Especificamente a morte por suicídio, pelo caráter estigmatizante que possui, favorece a suscetibilidade à vulnerabilidade familiar (WALSH, 2005).

Realizada essa primeira análise sobre a família contemporânea, contemplando a sua importância apesar de todas as transformações sociais, vislumbrando, também, a ocorrência de crises familiares, firma-se a continuidade da escrita acerca da maternidade, temática a qual me dedico neste texto.

2.2 DESAFIOS DA MATERNIDADE CONTEMPORÂNEA

A maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher. Nesta seção em que abordo mudanças ancoradas nas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas recentes e que refletiram na vida familiar das mulheres e conseqüentemente na vida com seus filhos, faz-se mister argumentar primeiramente, a favor dessa relação. A maternidade não seria possível não fosse a existência dos filhos. Apesar da obviedade dessa afirmação, ressalto a questão do vínculo, da afetividade, dos laços de amor, do crescimento em diversos níveis, possível para ambos os pólos dessa tão complexa relação. Mais à frente será necessário tratar sobre a morte. Morte de filhos. Acredito que nenhuma mãe – nenhuma – está preparada para lidar com a perda de um filho. As mulheres-mães se preparam para atuação no mercado de trabalho, para deixarem seus filhos sob os cuidados de terceiros, para a jornada tripla de trabalho, para lidar com uma comunidade ainda machista, com homens/pais em sua maioria pouco participativos em suas funções, apresentando maestria em algumas dessas situações que lhes são atribuídas. Porém, a vida com a morte de um filho é algo totalmente inesperado, fora de contexto, irrealizável sob o ponto de vista das expectativas, incluindo expectativas de sofrimento. A morte de um filho consiste em uma

experiência não normativa no curso de vida de uma mulher. Sendo assim, o que está posto aqui, sobretudo, são mães, filhos e o exercício desse amor incondicional.

São muitos os desafios existentes no exercício da maternidade na contemporaneidade. Sejam esses de ordem pública e privada, como por exemplo: um grande contingente de mulheres está inserido no mercado de trabalho sem com isso abdicar de outros projetos pessoais, tais como a formação de famílias, o planejamento e a concepção de filhos e os cuidados com afazeres domésticos, sendo evidente, portanto, a quantidade de papéis e responsabilidades atribuídos a elas. Ainda assim e mesmo em face de transformações físicas e psíquicas importantes, a experiência da maternidade permanece sendo desejada pela grande maioria das mulheres em nossa sociedade.

Sobre a temática da maternidade contemporânea, Moreira e Nardi (2009) questionam o modelo socialmente imposto e sugerem a realização de novos estudos que aprofundem a realidade da mãe, avaliando o contexto no qual tais mulheres estão inseridas (observando se há diferenças na sua atuação em cidades da capital e do interior bem como em diferentes estados brasileiros).

Rabinovich, Moreira e Franco (2012) também sugerem que seja feita a observação da rede de apoio e cuidados e da cultura do local. Revela-se importante, assim, que se considere a experiência da maternidade como algo que perpassa, inclusive, o aspecto subjetivo de cada mulher e que, portanto, pode assumir distintas características para diferentes pessoas.

Diante do exposto, fica explícito um dos principais desafios da maternidade contemporânea: como conciliar a questão do tempo com as diversas funções imputadas às mulheres. Percebe-se que, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, as atribuições conferidas às mulheres ainda permanecem presentes e pouco compartilhadas com os homens, respondendo a um modelo patriarcal e conferindo uma sobrecarga a elas. No entanto, há que ser considerado o crescente envolvimento do pai com seus filhos, principalmente no que se refere a atividades como brincar, passear e manifestar afeto (PALKOVITZ, 1997). Por outro lado, esse mesmo estudo de Palkovitz revela que alguns pais permanecem distantes fisicamente em decorrência de fatores como separação conjugal, dificuldades financeiras, conflitos judiciais, dentre outros.

Em publicação intitulada: “Reengenharia do tempo”, Oliveira (2003) discorre sobre a interlocução entre público e privado; sobre a cada vez mais premente orientação para o consumo – e o consumo de tempo que é destinado a essa prática em detrimento de função parental como patrimônio legado de uma geração à outra; dentre tantas outras atuais discussões que envolvem trabalho, família e investimento de tempo. Apresenta algumas

possíveis soluções para a questão das atribuições femininas em seu estudo. Para ela, a reengenharia é um desafio à reinvenção, incorporando medidas úteis para empresas, políticas públicas e, assim, aproximando-se da vida das pessoas de uma maneira geral. Ela escreve:

Porque os sintomas da crise se acumulam, na volatilidade dos núcleos familiares, no descaminho de crianças e jovens, no desencontro dos que se acreditavam unidos por laços amorosos, na assustadora solidão dos indivíduos, entregues a si mesmos e tão livres quanto pássaros sem ninho. E mais que tudo, no sentimento de falta de sentido que, em seu estágio último, equivale a não mais perguntar sobre o que fazemos, por que fazemos ou sobre o modo como vivemos. Na medida em que a vida produtiva ganha terreno sobre o tempo da vida afetiva é o cotidiano das pessoas que vai moldando uma sociedade em que encolhem os vínculos fundamentais. (OLIVEIRA, 2003, p. 1)

São necessários mais estudos objetivando a compreensão das mudanças ocorridas nas famílias da atualidade. Principalmente acerca da realidade feminina, que é ainda mais complexa: da mulher se requer elasticidade para cumprir todas as suas atribuições enquanto mãe, profissional, dona-de-casa e esposa. Ela foi inserida no espaço público social em termos profissionais e vem garantindo avanços nesse sentido, porém, essa mesma mulher continua sendo a pessoa que circula no espaço privado com as mesmas atribuições domésticas do passado (ROCHA-COUTINHO, 2003; OLIVEIRA, 2003).

Perlin e Diniz (2005), em pesquisa quantitativa realizada com 222 homens e 222 mulheres casados(as), com faixa etária entre 31 e 40 anos, funcionários(as) em diversas instituições públicas de Brasília (DF), teve como principal objetivo avaliar a satisfação no casamento de homens e mulheres que optaram por relacionamentos de “duplo trabalho” (casamento em que ambos os cônjuges trabalham fora em tempo integral). Os participantes responderam a um questionário contendo dados demográficos, além de perguntas abertas e fechadas sobre a situação de duplo trabalho.

Os resultados do referido estudo revelam uma necessidade da manutenção da família, da parentalidade, sem descartar a necessidade de adequação a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a valorização do crescimento individual e da independência financeira. Tal realidade é reconhecida, pelas autoras, como um desafio tanto para os casais quanto para a sociedade. Seguem algumas características da amostra: a média de horas trabalhadas pelos homens (44,48 horas semanais) foi maior do que a das mulheres (com 38,56 horas semanais); as mulheres responderam que, em média, seus salários equivalem a 57% da renda familiar, enquanto os homens responderam que os salários deles equivalem a 64%. Esses dados têm

sua relevância, visto que há pouco tempo não era essa a realidade existente, e sim uma faixa salarial bem menos proporcional entre homens e mulheres (PERLIN; DINIZ, 2005).

A conciliação família-trabalho corresponde, hoje, a aspiração feminina de modo geral. Dessa forma, essa tendência requer alguns ajustes para que possa acontecer harmonicamente. Faz-se necessária uma rede de colaboradores para que essa mulher possa trilhar a vida profissional e garanta o bem-estar dos seus filhos, assim como se fazem necessários estudos acadêmicos que abordem tais assuntos, no intuito de auxiliar essas mulheres. Percebe-se, também, a necessidade de focar a atenção naquilo que se está fazendo no momento presente, para que a qualidade dessa atuação feminina passe a ser mais agradável e menos estressante.

Oliveira (2003, p. 3) cita que “[...] a presença maciça das mulheres no mercado de trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão [...]”. Nesse sentido, há que ser revista a agenda pública e privada, redefinindo espaços, carga horária e atribuições. Biasoli-Alves (2000), ao informar a falta de paciência, a irritação e a pressa que acometem as mães participantes do estudo a respeito das continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX, mostra concordância com Oliveira (2005), informando que há algo errado na dinâmica da sociedade atual. Antigos modelos de atuação precisam ser revistos, assim como questões relativas ao tempo, visto que a sobrecarga de atribuições, ao longo dos anos, gera um custo para a saúde mental e física daquele que a detém, aqui, especificamente, a mulher.

Oliveira (2003) elenca alguns exemplos de ações de reengenharia, tais como a Suécia que, a partir de 1995, promulgou uma lei que obriga todos os municípios a oferecerem um lugar de acolhida para crianças, a partir de um ano de idade, cujos pais trabalhem ou estejam em formação; e o da Holanda, onde toda empresa com mais de dez empregados está obrigada a permitir o aumento ou a redução do tempo da jornada diária de trabalho dos empregados e o direito destes de modular seu horário de serviço sem precisar apresentar justificativa. Tais iniciativas, se somadas, fariam uma diferença gradual na vida das pessoas em sociedade.

O psicanalista, sociólogo e filósofo Erich Fromm (1900-1980), em estudo sobre a arte de amar (FROMM, 2015), escreve que o amor é a resposta para o problema da existência humana e elenca algumas relações nas quais este sentimento pode ser vivenciado: o amor entre pais e filhos, o amor fraterno, o amor materno, o amor erótico, o amor a si mesmo e o amor a Deus. Ele descreve dificuldades encontradas na sociedade contemporânea para a vivência do amor em sua plenitude por conta do capitalismo exacerbado que alienou o homem de si mesmo, de seus semelhantes e da natureza, tornando-o um ser voltado para o consumo e com pouco tempo para a consolidação dos relacionamentos, comparando-o ao retrato feito por

Huxley (1932 apud FROMM, 2015) em *Admirável Mundo Novo*: um homem bem nutrido, sexualmente satisfeito, bem vestido, porém sem eu, sem nada, imerso em superficialidades e amante de prazeres momentâneos, obstaculizando o exercício do amor pleno.

Apesar das dificuldades encontradas para a vivência do amor, nesse mesmo texto está inscrita a grandeza do amor materno, este amor que capacita e incute na criança o amor à vida, quando vivenciado em sua plenitude. Fromm (2015) afirma que, para que isso ocorra, é preciso que a mãe tenha outros vínculos emocionais e afetivos e saiba experimentá-los. Assim, o amor materno surge como um amor altruístico e generoso, considerado o mais sagrado de todos os vínculos emocionais. Para o autor, a mulher transcende a si mesma na vivência do amor por seu filho; seu amor por ele dá sentido e significado à sua vida.

Tal concepção de amor que atribui sentido e significado à vida da mulher que o experimenta corrobora o pensamento de Frankl (2008). Para ele, uma das maneiras de se encontrar sentido na vida é experimentando algo – como a bondade, a verdade e a beleza –, experimentando a natureza e a cultura, ou ainda, experimentando outro ser humano em sua originalidade única, amando-o. Sendo assim, o amor pode ser conceituado da seguinte maneira:

Amor é a única maneira de captar outro ser humano no íntimo da sua personalidade. Ninguém consegue ter consciência plena da essência última de outro ser humano sem amá-lo. Por seu amor a pessoa se torna capaz de ver os traços característicos e as feições essenciais do seu amado; mais ainda, ela vê o que está potencialmente contido nele, aquilo que ainda não está, mas deveria ser realizado. Além disso, através do seu amor a pessoa que ama capacita a pessoa amada a realizar estas potencialidades. Conscientizando-a do que ela pode ser e do que deveria vir a ser, aquele que ama faz com que estas potencialidades venham a se realizar. (FRANKL, 2008, p. 136)

Pontes (2016), em escrita sobre a experiência de perdas gestacionais recorrentes em contextos públicos e privados de assistência à saúde, aborda a questão do sentido e do significado da maternidade, por meio de signos que são transmitidos de uma geração à outra, em que há uma valoração positiva da maternidade. Apesar do sofrimento vivenciado por recorrentes perdas gestacionais, algumas mulheres mantiveram acesa a chama da maternidade em seus corações e seguiram buscando a realização deste grande sonho e ideal feminino, ainda que, em alguns casos, a vida das próprias gestantes estivesse em risco, devido a complicações físicas e psicológicas relacionadas às perdas, reforçando a ideia de realização ligada à experiência da maternidade.

De fato, a maternidade é uma experiência única na vida da mulher, capaz de transformar a sua existência e atribuir-lhe sentido e significado, conforme cita Fromm (2015). Em estudo realizado pelo Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSal), mediante pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistadas 10 mães, sendo cinco inseridas no mercado de trabalho e cinco não-inseridas, Fontoura e Moreira (2019) buscaram compreender as concepções e as práticas dessas mães sobre família, cuidado e educação de filhos. As autoras identificaram a centralidade da maternidade para as mulheres entrevistadas e, algumas destas apresentaram, inclusive, dificuldades para descrever em palavras o significado da maternidade em suas vidas.

Para Fontoura e Moreira (2019), a maternidade se constitui em uma temática complexa, de difícil conceituação. Faz parte da realidade feminina, das brincadeiras de criança e da própria construção de uma identidade de gênero feminino. Além disso, é também construída durante o processo gestacional do bebê, momento em que a mulher assimila elementos simbólicos vinculados ao papel de mãe e que são socialmente aprendidos. Diversas autoras (MOREIRA; NARDI, 2009; SCAVONE, 2001; KIMURA, 1997) compartilham dessa noção de complexidade, reconhecendo a ambiguidade presente na concepção que a maioria das mulheres possui em relação à maternidade. A ambiguidade relatada por tais estudiosas corresponde a um profundo amor pelo filho, mas, também, a um sentimento de responsabilidade e de transformações físicas e psicológicas importantes.

Dentre os resultados encontrados por Fontoura e Moreira (2019) para o significado da maternidade, estão: a maternidade como sentido da vida dessas mulheres; a maternidade como exercício de responsabilidade, que está associada a responder pela formação geral da criança; a maternidade como tarefa complexa, tendo em vista que ser mãe compreende a realização de diversas atividades; a maternidade como possibilidade de experiência de um amor incondicional; a maternidade como dádiva de Deus, pois, para algumas mulheres entrevistadas, ser mãe é um dom de Deus, um presente Dele. Por fim, a maternidade surge como possibilidade de dar continuidade à família e é carregada de respostas valorativas positivas, como por exemplo: é uma experiência que traz alegria, importante para as mulheres entrevistadas, algo que gostam de viver.

Por sua vez, Lemos e Kind (2017) afirmam que a maternidade na contemporaneidade é um acontecimento permeado por ambivalências, expectativas, antagonismos e prescrições de diversas ordens. Em estudo qualitativo realizado com seis mulheres, sendo cinco mães e uma delas convicta em não abraçar a maternidade, o exercício de ser mãe foi percebido em

meio a diversas outras atividades importantes para a mulher, que conta com a participação da tecnologia nos processos educativos de seus filhos.

Na pesquisa supracitada, foram encontrados cinco temas centrais à maternidade: a dedicação; a normatividade; o esgotamento; a presença de conflitos e de ambivalências; e transformações ocorridas. No item dedicação, afirmam que a maternidade dá sentido à vida das mães, ainda que sendo uma tarefa complexa e de difícil conceituação. No quesito normatividade, para cinco mães entrevistadas, há um condicionamento social para que as mulheres se tornem mães, uma decisão que parece “vir de fora”, de valores e ensinamentos transmitidos e aprendidos desde pequenas e transmitidos entre as gerações. Quanto ao esgotamento, há um consenso sobre o desgaste físico, mental e emocional vivenciado pela maioria das mães, nas diversas fases da vida dos seus filhos, e a referência ao apoio à díade mãe-e-babá, para aquelas mães inseridas no mercado de trabalho, algo também percebido em Fontoura e Moreira (2019). Sobre conflitos e ambivalências, há um sentimento de realização, plenitude e felicidade associado a sentimentos como medo, preocupação, frustração, tristeza, aflição e desespero. Por fim, no quesito transformações ocorridas, todas as mães entrevistadas foram enfáticas quanto às mudanças sucedidas após a maternidade: gerar filhos, experimentar o cuidado com outra pessoa desse modo singular possibilitou uma transformação pessoal intensa no sentido do autoconhecimento, da busca por tornarem-se pessoas melhores para dar conta de tarefa tão complexa e significativa (LEMOS; KIND, 2017).

A maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher. Na atualidade, as mulheres permanecem com o desejo de se casarem, ter filhos, constituir família, mas, relacionados a estes desejos, também estão os anseios de inserção e de atuação na vida profissional. De acordo com dados do IBGE (2018), houve um significativo avanço da participação feminina no mercado de trabalho, bem como em cursos de nível superior, no período de 2000 até 2010.

Em estudo realizado por Rabinovich, Moreira e Franco (2012) com 170 universitários baianos, focalizando relações, papéis e comportamentos dos membros das famílias baianas foram apresentados como um dos resultados a centralidade do papel da mãe nas famílias dos participantes. Para eles, a mãe é a responsável pela manutenção da união familiar e do ambiente agradável, é aquela que dá suporte emocional, realiza afazeres domésticos e resolve conflitos. É considerada, também, como a pessoa responsável pela transmissão das tradições familiares, além de ser figura essencial nos cuidados e na transmissão de afeto.

Tal pesquisa replicou estudo realizado por Georgas, Berry, Vijver, Kagitçibasi e Poortinga (2006 apud RABINOVICH; MOREIRA; FRANCO, 2012), psicólogos norte-

americanos que investigaram famílias em 30 países, incluindo o Brasil, abordando a temática da família, a partir de duas questões básicas: a existência (ou não) de semelhanças e diferenças entre as famílias localizadas em várias partes do mundo e se estaria havendo um padrão de vida familiar que pudesse ser incorporado como padrão único universal. Esse estudo apontou a mãe como a figura mais lembrada e de maior importância em todos os países pesquisados, reafirmando a sua centralidade nas famílias da sociedade de um modo geral. Ademais, sugere mudanças nos valores relativos às relações hierárquicas nas famílias e apresenta relações mais igualitárias como ideais, considerando tais mudanças de valores como os mais importantes indicativos de transformações nas famílias, conforme estudo apresentado por Rabinovich, Moreira e Franco (2012), a exemplo da rejeição do modelo autoritário historicamente atribuído ao pai, mantendo os demais familiares submissos às decisões dele.

As informações apresentadas acerca da centralidade da figura materna nas famílias indicam a importância da maternidade na sociedade contemporânea. Ao pai, cabe ainda, a responsabilidade de provedor que, no entanto, é cada vez mais ofuscada, diante da participação ativa da mulher na divisão de tarefas e despesas com o marido em proporções de igualdade, refletindo uma perda gradativa do pátrio poder, porém sem a ocorrência da diminuição das funções atribuídas à mulher. Contudo, para além da discussão sobre papéis, confirma-se a centralidade da maternidade nas famílias, independentemente da localização geográfica delas.

Na atual pesquisa, foi investigada a maternidade interrompida, ou seja, pretendo me aprofundar a respeito das experiências de mães que perderam seus filhos adolescentes por meio de suicídio. Para isso, entrevistei qualitativamente seis mães que passaram por tal experiência de perda e sofrimento pela morte dos seus filhos adolescentes. Acredito que a maternidade permanece vívida para essas mulheres, mesmo em face de tal experiência. Como afirma Kubler-Ross (2017), o luto decorre do rompimento de um vínculo significativo e há a possibilidade de construção de novos significados para a perda ao longo da vida, e sob essa perspectiva, o luto não tem fim, assim, a pessoa que venha a superar a perda de um ente querido, aprenderá a viver com ela. Além disso, a autora defende que tal pessoa se restaurará e se reconstruirá em torno da perda que sofreu, contudo nunca mais será a mesma (KUBLER-ROSS, 2017).

Corroborando o trecho citado anteriormente, Allende (2010), em texto dedicado à sua filha Paula, que adoeceu gravemente de porfíria e ficou durante alguns meses em coma até a sua morte, nos informa como a escrita pode ser catártica em situações de sofrimento intenso. O adoecimento e a perda de Paula a fizeram revisitar suas memórias mais longínquas de

infância e de adolescência no Chile e presentear leitores com essa sensível e dolorosa passagem. A dor da mãe transformada em palavras inspiradoras para muitas gerações de pessoas; a maternidade interrompida abruptamente por uma doença degenerativa, que não permitiu sequer uma despedida da presença lúcida de sua filha, os ajustamentos necessários que foram feitos em decorrência disto, tudo está ali; assim como a elaboração do luto, o refazimento da mãe em meio ao caos, a vida e sua inexorável necessidade de continuar. São dela as seguintes palavras:

[...] desde os tempos imemoriais as mulheres têm perdido filhos, é essa a dor mais antiga e inevitável da humanidade. Não sou a única, todas as mães passam por essa provação, ficam de coração partido, mas continuam vivendo porque precisam proteger e amar os que permanecem vivos [...] a morte sempre está a espreita. Fui para o quarto de Paula com Ernesto, fechamos a porta e à sós, improvisamos um breve rito de adeus. Dissemos quanto a amávamos, recordamos os anos maravilhosos que vivemos juntos e afirmamos que ela permanecerá sempre na nossa memória. Prometemos acompanhá-la até o último instante de vida neste mundo, e que no outro iremos nos reencontrar, porque, na realidade, não existe a separação. Morra, meu amor, suplicou Ernesto, ajoelhado ao pé da cama. Morra, filha, acrescentei em silêncio, porque minha voz não conseguiu sair. (ALLENDE, 2010, p. 406)

A temática da despedida da relação mãe e filha também envolve a escrita de Ferreira (2018). Em seu livro “O amor que sinto agora”, a jornalista retrata, por meio de cartas escritas para a sua falecida mãe, a jornada de autoconhecimento que imprimiu a si mesma após a morte materna. A fim de superar a depressão que a acometia naquele momento, a autora traça um itinerário que inclui viagens a lugares nunca antes imaginados, lugares que permearam a vida de sua mãe, que fizeram parte de sua memória. Encontra pessoas e vive experiências que tiveram o poder de reconectá-la à sua mãe e, sobretudo, que a fizeram retornar para si mesma.

A literatura apresenta o enlutamento materno como uma dor que não tem fim. A perda de um filho, para uma mãe, é experienciada como a perda de uma parte de si própria. Em uma sociedade que pede pressa e os rituais estão cada vez mais enfraquecidos, as mães enlutadas encontram maneiras de manutenção do vínculo com seus filhos por meio de engajamento em atividades que as remetam à lembrança deles e a busca pela espiritualidade, por exemplo. A experiência do enlutamento materno, entretanto, é única e não necessariamente perpassa pelo luto patológico, ela é modificada com o passar do tempo.

Tais afirmações são encontradas, de forma semelhante, em pesquisa de cunho fenomenológico, com três mães que perderam seus filhos, realizada por Freitas e Michel (2014), cuja concretização está vinculada a um amplo projeto sobre luto aprovado pelo

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, a partir da seguinte pergunta disparadora: “Você pode descrever sua experiência ao passar pelo luto?”; não havendo tempo determinado para as respostas, o que permitiu que as mães falassem livremente sobre a experiência vivida. Foram encontrados dez constituintes essenciais que descrevem a estrutura da vivência das mães que perderam seus filhos. Quais são: a dor, a perda de um modo de existir e a vivência da espiritualidade. Há, também, sentimentos de culpa; perda de sentido do mundo e da vida; vontade de morrer; fragmentação dos laços afetivos; engajamento em projetos que tivessem relação com seus filhos; perpetuação da memória do filho e estreitamento dos laços com pessoas significativas para o morto.

O estudo realizado por Nogueira e Nascimento (2014) com sete mulheres em idades entre 39 e 56 anos, todas mães que perderam filhos por causas violentas ou acidentais, teve por objetivo compreender o processo de construção e de reconstrução da identidade da maternidade para essas mulheres e revelou que a identidade da maternidade permanece, ainda que com a ausência física de seus filhos. A concepção de maternidade é semelhante à concepção elencada por Fontoura e Moreira (2019) e compreende cuidado e educação de filhos, assim como imposição de limites e amor incondicional. Sobre a experiência com a morte, tais mães revelaram narrativas marcadas pela impossibilidade de definição do significado de morte para elas. Definir a morte é um desafio. Das sete mães entrevistadas, apenas uma não recorreu à religião como forma de dar sentido à perda do filho. Para todas as mães, a experiência de um *continuum* de significação é marcante, como se o luto fosse realmente processual; recordação saudosa e sentimento agridoce foram palavras presentes no discurso das mães entrevistadas (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2014).

Para maior aprofundamento da temática do luto materno, segue um levantamento bibliográfico realizado utilizando as palavras-chave luto materno e luto materno por suicídio.

2.2.1 Maternidade e luto: levantamento bibliográfico

Em levantamento bibliográfico realizado no portal CAPES, em 11 de abril de 2022, foram encontrados nove artigos científicos e três dissertações de mestrado, quando lançadas as seguintes palavras-chave: luto materno e luto materno por suicídio, com recorte temporal de 2017 a 2022. Das doze pesquisas científicas elencadas na busca, quatro delas abordam a temática do luto por suicídio e apenas uma abrange especificamente o luto materno por suicídio, donde se identifica o déficit de publicações voltadas para essa área que conjuga luto

materno e luto materno por suicídio. A escassez da produção científica pode ser justificada pelo caráter estigmatizante que envolve a temática. A seguir, uma breve descrição das pesquisas científicas supracitadas.

O primeiro estudo identificado foi uma dissertação de mestrado, defendida no ano de 2019, intitulada: “Luto materno: a ressignificação do viver após a perda de um filho”, de autoria de Alcineide Mendes de Sousa com orientação de Joelma Ana Gutiérrez Espíndula, que teve como objetivo geral: compreender a ressignificação do viver para mães após a perda do filho e objetivos específicos: descrever a caracterização pessoal e sociodemográfica das mulheres que perderam seus filhos e identificar as estratégias elaboradas pelas mães para lidar com o luto do filho. O estudo de cunho qualitativo-descritivo, fundamentado no método fenomenológico de Edmund Husserl, apresentou como resultados/conclusões os seguintes dados: a perda de um filho como experiência avassaladora na vida de uma mãe, desencadeante de diversas sensações e sentimentos como dor física, raiva, tristeza, culpa, depressão e tentativa de suicídio. Cada mãe é única e singular no seu processo de elaboração do luto e se modifica para um luto saudável ao longo do tempo, sendo que a perda de um filho jamais é superada. As palavras-chave utilizadas no estudo são: Fenomenologia. Luto. Luto materno.

O segundo estudo encontrado no levantamento realizado foi um artigo científico publicado no ano de 2022, intitulado: “O tempo do luto materno pelo filho que morreu na infância”, de autoria de Maria Augusta Rocha Bezerra; Ruth Cardoso Rocha; Cristianne Teixeira Carneiro; Karla Nayalle de Souza Rocha; Diogo Filipe Santos Moura; Silvana Santiago da Rocha. Apresentou como objetivo: desvelar o movimento existencial da mãe após a morte do filho por acidente doméstico na infância. A metodologia utilizada para a realização do estudo é de cunho qualitativo, embasada no referencial teórico-filosófico-metodológico da fenomenologia de Martin Heidegger e apresentou como resultados, três temáticas: (1) lembrando o sofrimento profundo diante da morte do filho e os primeiros dias/meses sem ele; (2) revivendo a dor no presente, por meio da falta diária e das datas importantes e objetos/símbolos da criança; e (3) antecipando que a dor e a falta que sentem dos filhos nunca irão passar. Como conclusão, os autores compreenderam que o tempo não é preditor da elaboração do luto materno. Neste contexto, o vivido da mãe é composto por um conjunto de significados, que envolvem multiplicidade de fatores e geram importantes repercussões ao longo da vida. Na perspectiva para promoção do cuidado, emergiram: a necessidade de ampliar a compreensão e as ações de acolhimento à mãe enlutada, refletindo sobre a

temporalidade como constituinte do enlutamento materno. As palavras-chave encontradas são: Acontecimentos que Mudam a Vida; Comportamento Materno; Criança; Luto; Morte.

O terceiro estudo encontrado corresponde a uma dissertação de mestrado, defendida no ano de 2019, intitulada: “Luto materno decorrente de perda gestacional e as percepções e sentimentos maternos sobre a gestação e o bebê subsequente à perda”, de autoria de Andressa Milczarck Teodózio e orientação de Daniela Centenaro Levandowski. Essa dissertação está composta por dois estudos empíricos qualitativos, com objetivo de investigar as repercussões e particularidades do processo de luto decorrente de perdas gestacionais (primeiro estudo) e identificar e compreender as percepções e sentimentos maternos sobre a gestação e o bebê subsequente à perda gestacional (segundo estudo). Apresentou como objetivo geral: entender as repercussões do luto materno decorrente de perda gestacional e como objetivos específicos: identificar e compreender as percepções e sentimentos maternos sobre a gestação e o bebê subsequente à perda gestacional. O método utilizado foi o qualitativo. Foram percebidas particularidades no processo de luto materno em decorrência da perda gestacional. Identificou-se que as repercussões físicas advindas da perda gestacional contribuíram para a inscrição psíquica dessa vivência; dessa forma, tais repercussões mostraram-se imbricadas às repercussões emocionais, estas últimas permeadas por elementos narcísicos, melancólicos e traumáticos, de acordo com a autora da dissertação. Verificou-se repercussões da perda gestacional nos sentimentos maternos sobre a gestação subsequente, tendo sido identificados medo de outra perda, ambivalência frente à gestação e angústia frente ao parto e nascimento. Também foram identificadas repercussões da perda gestacional nas percepções e sentimentos maternos sobre o bebê subsequente após o seu nascimento, evidenciando-se a idealização de suas características e da relação mãe-bebê, assim como medos e preocupações com o bebê, que geraram comportamentos de superproteção e hipervigilância. Também se observou o posicionamento do novo bebê como substituto do bebê falecido, por exemplo, na escolha do mesmo nome para ambos. A autora escolheu como palavras-chave: Luto materno; Perda gestacional; Relação mãe-bebê.

A dissertação de mestrado intitulada: “Para sempre mãe: A proteção jurídica ao luto materno”, corresponde ao quarto estudo encontrado, defendida no ano de 2018 e de autoria de Larissa Oliveira dos Santos, sob orientação da professora Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos. O estudo teve como objetivo geral: analisar e ilustrar a complexidade do luto materno, e fazer um levantamento se existem leis no sistema constitucional brasileiro, destinadas à proteção ao luto materno, com preceitos legais que o reconheça, e proteja a empregada, nos casos em que o parto, teve como resultado, morte do filho e objetivos específicos: analisar

acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho dos estados da Bahia e do Paraná, que tratam as questões do enlutamento materno, ligadas aos direitos trabalhistas. Tanto a estabilidade provisória, quanto a licença maternidade e ilustrar a complexidade do processo de luto, realizando entrevistas com mães que passaram pela perda de filhos natimortos. A metodologia do estudo foi de cunho qualitativo, contendo três fases: (1) fase exploratória, (2) trabalho de campo, (3) análise e tratamento do material empírico e documental. Como resultados/conclusões, foram observadas as repercussões que uma perda, com essas características, apresenta para a mãe enlutada: a pesquisa se mostra importante à medida que aborda situações vivenciadas por um número alarmante de trabalhadoras, se apresentando como um assunto contemporâneo, que abraça tanto o direito, quanto questões de saúde pública e qualidade de vida. A autora escolheu como palavras-chave: gestação; maternidade; perda; luto materno; natimorto; direitos das parturientes; estabilidade provisória; licença maternidade.

O quinto estudo encontrado no levantamento corresponde a um artigo científico, intitulado: “A dor por traz do luto materno: Uma investigação acerca dos mecanismos de sobrevivência criados a partir do luto”, de autoria de Wanner Sobroza Marvila; Ludmylla de Moraes Gonçalves; Naildo Ferreira, com orientação de Maria Angélica Napolitano. O estudo apresentou como objetivo geral trazer à luz os conflitos adquiridos pós-perda de um filho, a fim de contribuir na compreensão dessa dor sem nome, suscitando em um debate cujo tema é pouco discutido. O método escolhido foi estudo descritivo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Como resultados e conclusões, há a reflexão da importância crucial do psicólogo na superação do luto materno, cuja função é ser um facilitador e amenizar a dor e a angústia causadas pela perda. Para os autores, caso não sejam elaboradas as etapas do luto, há a expectativa de desequilíbrio no lar dos enlutados, a desestruturação no casamento dos pais e isolamento destes, permanecendo presos às lembranças e fantasias de que esse ente querido ainda vive, o que retarda a elaboração da morte e dificulta a retomada das atividades cotidianas. Os autores escolheram como palavras-chave: Luto Materno. Elaboração do Luto. Enlutado. Fases do Luto.

O sexto estudo corresponde a um artigo científico, publicado no ano de 2019, de título: Luto materno: aplicabilidade de um protocolo de psicoterapia cognitiva comportamental, de autoria de Bruna Fraga Tristão e Karin Martins Gomes. Objetivo geral: apresentar a estruturação do processo de luto vivenciado por mães, assim como os pensamentos disfuncionais e as crenças distorcidas relativas à perda e objetivos específicos: apresentar as diferenças do luto materno e luto patológico, além de um protocolo de intervenção

psicoterapêutica, com a proposta de acompanhar as mães individualmente nesta fase, para que seu luto seja vivenciado de forma natural e não se desenvolva um quadro de luto patológico. A metodologia escolhida foi de cunho bibliográfico exploratório. O resultado do estudo implica na necessidade de apresentar a metodologia para os profissionais da área, a fim de auxiliar no desenvolvimento da reestruturação das habilidades cognitivas e comportamentais. As autoras escolheram como palavras-chave: Luto materno. Luto patológico. Psicoterapia. Protocolo.

O sétimo estudo corresponde a um artigo científico publicado no ano de 2020 e intitulado: “A mesa que encolheu: a perspectiva alimentar das mães que perderam filhos”, de autoria de Maria Teresa Fialho de Sousa Campos; Maria do Carmo Gouveia Peluzio; Mônica Santos de Souza Melo; Eduardo Simonini; France Maria Gontijo Coelho e Raquel Maria Amaral Araújo. O estudo apresentou como objetivo geral: descrever a relação das mães que vivenciaram experiências de luto por filho com a alimentação, concebendo que o enlutamento implica em mudanças no modo de ser e de estar no mundo. A metodologia caracterizou-se por ser qualitativa, fenomenológica, ancorada na entrevista não diretiva e apresentou como resultados e conclusões: a influência que o luto exerce na relação das mães com a alimentação evidenciada de diversas maneiras, seja na ausência de fome, na alteração do peso e na falta do(a) filho(a) nas interações sociais durante as refeições compartilhadas, representando os desafios da mãe perante uma “mesa que encolheu”, exigindo das mesmas novas significações frente à alimentação. Compreendeu-se que a relação da enlutada com a alimentação é permeada de conflitos que a expõe a risco de desvios nutricionais e demanda apoio com profissionais sensíveis e esclarecidos sobre essa condição. As autoras apresentaram como palavras-chave: Morte, Luto, Saúde materna, Comportamento alimentar.

O oitavo estudo corresponde a um artigo científico publicado em 2021, intitulado: “Situações de suicídio: Atuação do psicólogo junto a pais enlutados”, de autoria de Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo. O objetivo do estudo foi mostrar que é possível o acompanhamento psicológico de enlutados para além dos procedimentos ditados pelos manuais. A autora apresentou como metodologia uma revisão narrativa da literatura. Os resultados encontrados versam sobre a possibilidade de uma prática psicológica para além dos manuais, os quais prescrevem ao profissional comportamentos a serem expressos nas situações referidas de luto. As palavras-chave escolhidas pela autora são: Luto; suicídio; psicologia clínica.

O nono estudo encontrado no levantamento corresponde ao artigo científico publicado no ano de 2022, intitulado: “Pós-venção com pais enlutados: uma estratégia de cuidado no contexto do suicídio”, de autoria de Luana Dondé Tochetto e Raquel Furtado Conte, cujo

objetivo foi salientar a importância do cuidado com pais que perderam filhos jovens por morte voluntária, ou seja, suicídio. Os resultados apontaram que a pós-venção é uma intervenção eficaz para auxiliar o processo de luto dos pais enlutados por suicídio de seus filhos, a fim de que consigam elaborar os sentimentos e pensamentos relativos ao evento traumático ocorrido. Nesse sentido, serviços e políticas públicas podem ser importantes aliados para a realização da intervenção com essa população. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e de abordagem descritiva e exploratória e as palavras-chave utilizadas foram: Suicídio; Luto por suicídio; Pais enlutados; Pós-venção; Sobreviventes por suicídio.

O décimo estudo elencado no levantamento corresponde a um artigo científico publicado em 2021, intitulado: “Revisão integrativa da literatura sobre suicídio: repercussões nas famílias e atuação dos profissionais da saúde”, de autoria de Jeanderson Vilas Boas Oliveira; Larissa Amorim e Pablo Mateus dos Santos Jacinto. O estudo apresentou como objetivo geral: trazer à tona discussões significativas sobre a família após a perda de um membro por suicídio e objetivos específicos: compreender as consequências do suicídio para as famílias e os modos de atuação do psicólogo e profissionais de saúde nesse contexto. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a qualitativa com revisão integrativa de literatura e apresentou como resultados e conclusões a desorganização no sistema familiar em face do luto por suicídio, sofrimento psíquico, estratégia de enfrentamento encontrada no social e frequência em grupos de apoio. As palavras-chave utilizadas pelos autores são: Família. Luto. Suicídio.

O décimo primeiro estudo corresponde a um artigo científico, publicado no ano de 2022 e intitulado: “Mães que perderam filhos adultos: um grupo focal”, de autoria de Eduarda Camila Saft e Flávia Michelle Pereira Albuquerque. O objetivo geral do artigo foi identificar os processos psicossociais que auxiliam mães que perderam filhos adultos a enfrentarem a dor de um sofrimento não nominado. A metodologia escolhida para a realização da pesquisa foi de cunho qualitativo, exploratório, descritivo e de campo. A relevância deste estudo reside na possibilidade de produzir reflexões sobre o luto materno possibilitando o planejamento de ações que envolvam os enlutados, familiares e comunidade promovendo saúde, ressignificação de sentimentos e completude do sujeito. As autoras elencaram como palavras-chave: Morte; Luto; Mães; Filho; Dor.

Por fim, o décimo segundo estudo do levantamento corresponde a um artigo científico publicado em 2020 e intitulado: “Luto materno no suicídio: a impotência e o desamparo frente às (im)possibilidades”, de autoria de Adriana Patrícia Egg Serra e Joanneliese de Lucas Freitas. A metodologia escolhida pelas autoras foi a pesquisa fenomenológica empírica

qualitativa, de caráter exploratório, a partir da análise de uma entrevista pelo método de Giorgi. O estudo apresentou como objetivo: investigar as especificidades da experiência do enlutamento materno no suicídio, aprofundando sua compreensão por meio do desvelamento dos temas de sentido que a organizam. As características mais marcantes e distintivas que se revelaram na experiência analisada foram um profundo sentimento de impotência diante da percepção de um desfecho que se apresentava inexorável, o desamparo vivido na busca por um auxílio que se evidenciava insuficiente e o suporte encontrado no amparo da família e no enfrentamento religioso depois do suicídio consumado. As palavras-chave escolhidas pelas autoras foram: Luto Materno; Suicídio; Fenomenologia.

Profundos e tocantes relatos estão contidos nos trabalhos científicos supracitados. A causa mortis dos filhos das mães estudadas é multifatorial, porém, a agudez da dor vivida por elas mostra-se uma experiência compartilhada. A busca por apoio entre familiares; busca por apoio na espiritualidade; sentimentos ambivalentes como culpa, vergonha, revolta, raiva e saudade; dificuldades com a alimentação, sendo a mãe, em geral, a responsável pela alimentação e nutrição familiar; a falta de sentido diante da vida; confusão mental, são elementos comuns a quase todas essas mães. O filho que morreu pode tornar-se mais presente para a mãe enlutada em sua ausência do que ele jamais foi enquanto vivo, justificando o modo de ser presença na ausência, o modo de existir da mãe de um filho cuja intercorporalidade já não se faz mais presente. O uso da imaginação como recurso emerge, quando da presença de pensamentos sobre como seria caso o filho estivesse vivo, como estaria com o passar do tempo, o que gera uma constante atualização da relação mãe-filho. Kast (2004) aponta para a imaginação como recurso no enfrentamento de crises. Afirma que a imaginação tem maior grau de liberdade: tempo, espaço e responsabilidade são liberados. Imaginar o filho por perto pode aplacar a dor da saudade de uma mãe cujo sofrimento existencial mostra-se intenso. Sendo assim, a autora sugere a utilização da imaginação como elixir para imputar mais alegria ao cotidiano das pessoas que padecem de quaisquer tipos de experiências de sofrimento. Ainda assim, densidade e silenciamento dão a tônica da leitura dos escritos acima (BEZERRA; ROCHA; CARNEIRO; ROCHA; MOURA; ROCHA, 2022; CAMPOS; PELUZIO; MELO; SIMONINI; COELHO; ARAÚJO, 2018; FEIJOO, 2021; KAST, 2004; MARVILA; GONÇALVES; FERREIRA, 2016; OLIVEIRA; AMORIM; JACINTO, 2021; SANTOS, 2018; SAFT; ALBUQUERQUE, 2022; SERRA; FREITAS, 2020; SOUSA, 2019; TEODÓZIO, 2019; TOCHETTO; CONTE, 2019; TRISTÃO; GOMES, 2019).

Cada estudo e cada tipo de luto materno aponta para uma especificidade, a exemplo do luto materno em decorrência de perdas gestacionais, donde se percebe um misto de medo e

expectativa quanto à novas gestações, bem como, a esperança de que o movimento de negação social em torno do sofrimento dessas mulheres diante desse tipo de perda, o que muitas vezes também se percebe entre os profissionais de saúde, e até mesmo no ambiente hospitalar, seja minimizado com estudos científicos capazes de ampliar esclarecimentos. Questionamentos no nível de especificidades jurídicas, no sentido do reconhecimento do luto materno de filhos natimortos, também se fazem presentes. Aqui fica o registro do tempo concedido de licença a uma mulher que experimenta este tipo de luto: apenas dois dias, a chamada licença nojo. Fica clara a presença do luto não autorizado (CASELLATO, 2018), onde família e/ou sociedade, não se apercebem da profundidade daquela perda, como se a dor sentida pelo familiar não tivesse razão de ser. Frases ditas e até mesmo a falta de proteção jurídica mais contundente só reforçam posturas de desqualificação para uma vivência que requer atenção, cuidado e tempo para elaboração (CASELLATO, 2018; SANTOS, 2018; TEODÓZIO, 2019).

O estudo cujos autores se debruçam sobre o comportamento das mães à mesa, quando da ausência de seus filhos, também retrata as suas particularidades, desde a manutenção de uma rotina alimentar como forma de homenagear o filho falecido, até posturas de muito sofrimento diante dos alimentos prediletos do filho e uma necessidade de tempo para a retomada de uma relação mais ajustada com a comida. De modo geral, os achados apontam para a necessidade de espaços onde as mulheres que atravessam essa especificidade de luto possam dar voz ao seu sofrimento psíquico, pois a falta de reconhecimento desse sofrimento contribui para a dificuldade de elaboração dessa vivência. Estudos supracitados retratam a importância e a carência, ainda, de espaços de escuta e acolhimento, especificamente da escuta psicológica, bem como a preparação deste profissional no intuito de ofertar uma escuta mais especializada. Em se tratando do luto materno por suicídio, a expressão dos sentimentos surge como um importante movimento de elaboração para os enlutados (CAMPOS; PELUZIO; MELO; SIMONINI; COELHO; ARAÚJO, 2018; OLIVEIRA; AMORIM; JACINTO, 2021; SAFT; ALBUQUERQUE, 2022; SERRA; FREITAS, 2020; TRISTÃO; GOMES, 2019).

Apesar de o luto materno ter sido contemplado nos estudos supracitados, ainda há escassez de pesquisas voltadas para a temática do luto materno por suicídio. A partir das experiências supracitadas, é perceptível a continuidade da maternidade apesar da morte do filho. Uma mãe não deixa de ser mãe porque seu filho está morto. A maternidade segue acompanhando esta mulher, que a ressignifica de acordo com sua rede de apoio, seu estado emocional, sua condição psíquica e espiritual, dentre outros fatores envolvidos. Há uma dor

que é comum a essas mulheres, mas há, também, um enfrentamento que é pessoal, assim como é a maternidade em si.

2.3 ADOLESCÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE

A palavra adolescência, etimologicamente, vem do latim *adolescere*, em que *ad* significa “para” e *olescere* significa “crescer”; ou seja, a adolescência corresponde a uma fase de impulso ao crescimento, de transição da infância para a idade adulta, etapa em que o indivíduo passa por transformações de ordem física, emocional, sexual, mental, social, relacional e psicológica (LAROUSSE CULTURAL, 1999).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), com reconhecimento do Ministério da Saúde do Brasil e, também, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a adolescência corresponde à segunda década da vida, entre a faixa etária de 10 a 19 anos, e a juventude, que vai dos 15 aos 24 anos e representa mais de 16% da população mundial. Mais precisamente, é dividida em três fases: a pré-adolescência, dos 10 aos 14 anos; a adolescência, dos 15 aos 19 anos completos e a juventude, que vai dos 15 aos 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência, a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade completos, sendo referência, desde 1990, para criação de leis e programas que asseguram os direitos desta população (DOURADO; ARRUDA; FERREIRA JÚNIOR; AGUIAR, 2020; OMS, 2017).

Para a Organização Mundial de Saúde (2017), a adolescência constitui-se em um período fundamental para a formação de bons hábitos visando à saúde mental do indivíduo, tais como: a adoção de atividades físicas regulares, bons hábitos de sono, desenvolvimento de habilidades interpessoais, capacidade de gerenciamento de problemas e administração das emoções. Todas essas habilidades dependem do contexto ao qual este adolescente está inserido. Quanto mais expostos a fatores de risco, maior o impacto na saúde mental dos adolescentes. Por essa razão, faz-se mister o trabalho de promoção e prevenção em saúde, utilizando-se de estratégias interventivas para que as emoções, os questionamentos e as situações-problema vivenciadas pelos adolescentes sejam trabalhadas, por meio de: intervenções nas famílias, nas escolas e nas comunidades; programas de prevenção dirigidos a adolescentes em situação de vulnerabilidade; programas para prevenir e administrar os efeitos da violência sexual em adolescentes; programas multissetoriais de prevenção ao suicídio; intervenções multiníveis para prevenir o uso abusivo de álcool e outras substâncias, enfim, programas que auxiliem a saúde integral do adolescente.

Calligaris (2000) afirma que o adolescente é alguém que já assimilou os valores compartilhados por sua comunidade, alguém cujo corpo chegou a uma maturação e alguém para quem a sociedade impõe um adiamento ou postergação. Portanto, para ele, a adolescência é um período de moratória na qual um sujeito fisicamente adulto encontra-se impedido pela sociedade de penetrar no mundo dos adultos. E reflete a complexidade desta etapa, quando anuncia que a rebeldia típica do adolescente corresponde a um desejo adulto de satisfazer as suas necessidades tamponadas por normas aprendidas com a adulez e as responsabilidades oriundas deste lugar.

Há um sentimento comum aos adolescentes, que é a sensação de isolamento por não se perceberem nem na infância e nem na fase adulta, e este sentimento é impulsionador para que eles procurem grupos nos quais possam sentir pertencimento, que compartilhem interesses como vestuário e/ou visões de mundo. Daí o surgimento das tribos, nas quais há um compartilhamento de opiniões e posturas e, comumente, um desejo de transformar o mundo a partir das ideias em comum (CALLIGARIS, 2000; DOURADO; ARRUDA; FERREIRA JÚNIOR; AGUIAR, 2020).

Dourado, Arruda, Ferreira Júnior e Aguiar (2020) afirmam ainda que, na sociedade contemporânea, circulam concepções sobre a adolescência que se associam à noção de conflito, de desordem e de irresponsabilidade; um problema a ser resolvido e que merece atenção pública. Deste modo, há uma preocupação inerente a esta etapa da vida, com situações do tipo: gravidez na adolescência; contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); uso de drogas lícitas e ilícitas; e o envolvimento em casos de violência.

Moreira, Rabinovich e Fornasier (2018) apresentam algumas concepções sobre a adolescência, dentre elas, uma ideia comum no que se refere à fase transicional adolescente, donde se considera um período de formação mais alongado, especialmente para os jovens de famílias mais abastadas. Os autores supracitados coordenaram uma pesquisa intitulada: “Adolescentes e sua Adolescência: família, escola e sociedade”, realizada na região metropolitana de Salvador/Bahia, no segundo semestre do ano de 2017, contando com 60 adolescentes, sendo 30 do sexo masculino e 30 do sexo feminino, com idades entre 13 e 17 anos, entrevistados por alunos do curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador, e por alunos do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da mesma universidade.

Dentre os resultados encontrados, pôde-se perceber a relevância da convivência familiar para ambos os sexos e a família reconhecida como fonte de apoio e suporte incondicional para a maioria dos entrevistados. Os aspectos desagradáveis percebidos pelos adolescentes versaram sobre conflitos familiares e imposições e controles atribuídos por seus pais, além de pouca convivência, falta de compreensão, dentre outros. Ainda assim, valoraram positivamente a vida familiar, considerando a família extensa como família, não somente a família nuclear. Na vida escolar, destacaram-se os relacionamentos, bom rendimento escolar e relacionamento com a equipe escolar, sendo que o item relacionamentos foi preponderante para ambos os sexos, salientando a escola como espaço de convivência e estabelecimento de importantes vínculos nessa etapa da vida. Na vida social, para ambos os sexos, foi considerado relevante a convivência com amigos e o pertencimento a grupos. Há uma convocação/alerta, no referido estudo, para o empobrecimento da vida social desses adolescentes, especialmente no que condiz à livre circulação em ruas, tendo a perspectiva da vida, por vezes, através da janela do carro, e o exercício de uma liberdade com limitações, fruto da realidade social atual (MOREIRA; RABINOVICH; FORNASIER, 2018).

Quando se trata de adolescentes, há uma perspectiva de vulnerabilidade e exposição a riscos por conta de comportamentos impulsivos e atos inconsequentes atribuídos a eles. Os autores supracitados reforçam que, para que a análise sobre a adolescência seja criteriosa e os fatores de risco/exposição à vulnerabilidade realmente ocorram, existe a necessidade de localizar em qual contexto está situado este adolescente: qual sua realidade social e cultural; quais suas condições de vida; qual sua raça, etnia e classe social; quais as condições de saúde; qual a possibilidade de acesso ou não à informação; e quais as políticas públicas em saúde e educação a que têm acesso (DOURADO; ARRUDA; FERREIRA JÚNIOR; AGUIAR, 2020).

Neiva-Silva, Demenech, Moreira, Oliveira, Carvalho e Paludo (2018), em estudo sobre a experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, realizado nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande (RS, Brasil), cujos 307 participantes tinham idades entre 10 e 21 anos, sendo 204 entrevistados em Porto Alegre e 103 em Rio Grande, detectaram a prevalência da gravidez em 29,3% desta população, assim como a porcentagem de 10,4% de abortos realizados.

A vulnerabilidade vivida por esses atores reflete a presença de vínculos fragilizados com suas famílias de origem, assim como a falta de ligação com instituições de ensino. Os dados encontrados apontam para uma alta prevalência de gravidez e de aborto deste público, se comparada às pessoas da mesma faixa etária em desenvolvimento típico. Aqui, há um índice maior de gravidezes em pessoas que trocaram de parceiros ao longo de um ano, assim

como uma taxa significativa de ocorrências em pessoas que mantiveram relacionamento estável, o que reitera a importância da implementação de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva específicas para esta população (NEIVA-SILVA; DEMENECH; MOREIRA; OLIVEIRA; CARVALHO; PALUDO, 2018).

Ainda sobre a temática da vulnerabilidade e exposição na adolescência, foi realizada uma pesquisa por Beserra, Carlos, Leitão e Ferriani (2019) sobre a prevalência de violência na escola e uso de álcool e outras drogas entre adolescentes, cuja amostra foi composta por 634 adolescentes, entre 12 e 18 anos de idade, matriculados em seis escolas públicas, nos Ensinos Fundamental e Médio, em Recife-PE, no ano de 2013. Esse estudo faz parte de uma investigação realizada com o objetivo de examinar a violência sofrida e/ou praticada por adolescentes no contexto escolar e os fatores individuais e ambientais associados, em escolas públicas da cidade do Recife. As análises revelaram elevada prevalência de violência envolvendo adolescentes em contexto escolar, tanto na condição de vítima, quanto na de agressor. A idade de 12 a 14 anos e o sexo masculino associaram-se significativamente à violência sofrida, enquanto a baixa escolaridade materna se associou à violência praticada. A violência sofrida ou a praticada não mostrou associação significativa ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, apesar da alta prevalência desse comportamento entre os adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos.

Os estudos supracitados, envolvendo violência entre adolescentes, uso de álcool e outras drogas e exposição à gravidez na adolescência conduzem à reflexão sobre a efetividade das ações das políticas públicas voltadas para o público adolescente.

Para Senna e Dessen (2012), a adolescência é um período do curso de vida essencial ao desenvolvimento humano, foco de interesse de diversos teóricos em diferentes períodos de tempo. As principais teorias do desenvolvimento foram responsáveis por explicar o fenômeno da adolescência, com base em duas questões principais: a adolescência como fase distinta no desenvolvimento e como período caracterizado por crescentes e inevitáveis níveis de turbulência. Dito isso, as autoras subdividem o percurso do estudo científico da adolescência no século XX em duas fases: a primeira, focalizada na descrição dos seus processos de desenvolvimento e a segunda, abarcando uma visão mais contextualista do desenvolvimento do adolescente. Na primeira fase estão elencados teóricos de Sigmund Freud à Jean Piaget, passando por aspectos biológicos, comportamentais e cognitivos, donde o foco esteve voltado para o desenvolvimento do adolescente mais a nível individual do que relacional. Já na segunda fase, as interações pessoa-contexto passam a ser vistas como um fenômeno do desenvolvimento psicológico, considerando a pessoa em constante desenvolvimento, devido

ao fluxo de contínuas mudanças nas relações que ela estabelece com o ambiente; o desenvolvimento humano caracterizado pelo grande potencial para mudança sistemática (plasticidade), em qualquer ponto no curso de vida; e o significado do desenvolvimento humano inserido no contexto sócio-histórico em que ele acontece (SENNA; DESSEN, 2012).

A teoria do curso de vida surge nesta fase e propõe a identificação dos estágios de vida (infância, adolescência, fase adulta e velhice), nos seus aspectos temporais, contextuais e processuais, como uma das formas de compreender as mudanças que ocorrem no desenvolvimento humano. Há uma relação com acontecimentos históricos, geográficos e ambientais, revelando uma interdependência da pessoa com seu entorno. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano está em consonância com essa perspectiva. Idealizada por Urie Bronfenbrenner (1996), cuja análise se dá não somente relativa ao indivíduo e suas capacidades perceptuais, motoras e cognitivas, mas também, às interações e os padrões relacionais estabelecidos em diferentes contextos, ao longo do tempo. Remete à ideia de câmbio, no sentido de movimento, ou seja, das múltiplas influências dos diferentes ambientes, diretos ou indiretos, ao ser humano constantemente. Para o autor, os microsistemas compreendem o entorno imediato da pessoa, como a família, por exemplo. O mesossistema corresponde a uma ponte entre dois ambientes diferentes, uma interação mais ampliada da pessoa com seu meio, do que somente com o microsistema. Há o exossistema, que inclui, por exemplo, o ambiente de trabalho dos pais do adolescente: apesar de não conhecer necessariamente tal ambiente, em alguma medida, este o influencia; e o macrosistema, que corresponde às crenças e o ambiente cultural em que a pessoa vive (BRONFENBRENNER, 1996; SENNA; DESSEN, 2012).

Compreender o desenvolvimento humano com base neste modelo implica identificar elementos básicos, inter-relacionados e dinâmicos, como o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. Ao longo do desenvolvimento, a pessoa se envolve em processos de interações recíprocas, com outras pessoas, objetos ou símbolos. Essas interações podem variar de acordo com as características das pessoas, dos contextos e do momento em que elas acontecem, podendo produzir tanto competências como disfunções no desenvolvimento. Neste modelo, o adolescente apresenta características próprias, além de uma forma própria de lidar com suas experiências de vida. Ele é visto como um sujeito ativo, produto e produtor do seu desenvolvimento e em constante relação com o ambiente, afetando e sendo afetado por ele (BRONFENBRENNER, 1996; SENNA; DESSEN, 2012).

Senna e Dessen (2012) reconhecem um atual interesse no desenvolvimento positivo dos adolescentes, com vistas a identificar seus recursos pessoais – talentos, energias e

interesses construtivos, bem como, a identificação de recursos e forças de suas famílias, escolas e comunidades, com a finalidade de fornecer e fortalecer a conexão entre eles. Resiliência, otimismo, esperança e coragem, entre outras habilidades interpessoais indicativas de vida saudável são valores potenciais indicados pelas autoras supracitadas como pontos chave de estudos futuros que envolvam a adolescência.

Os estudos supracitados revelam a adolescência em uma perspectiva temporal, passando de uma visão mais biológica, para uma visão interacionista, abarcando uma complexa rede interrelacional, donde se chega às necessidades mais atuais, que incluem um olhar para aspectos positivos do adolescente e do adolecer, seus pontos de saúde, suas pedras de toque. Diante de boletins epidemiológicos com índices cada vez mais aumentados de suicídio entre adolescentes, bem como comportamentos autolesivos, é questionável qual direcionamento tem sido dado a essas questões apresentadas. A nossa sociedade capitalista e tecnológica tem produzido indivíduos cada vez mais fragilizados emocionalmente, com dificuldades no enfrentamento de situações de rupturas e perdas, sendo que a vida apresenta realidades de dor e sofrimento inevitáveis: perdas, rupturas, sofrimentos emocionais de diversas ordens – e os adolescentes pertencem a essa comunidade humana que vive, experimenta, sente e sofre.

Na presente pesquisa, em que se estuda a maternidade interrompida e o luto pela perda de um filho adolescente para o suicídio, incorpora-se, no rol de necessidades e de atenção, a temática do suicídio. Segundo a OMS, atualmente, a morte por suicídio corresponde a segunda maior causa de morte em pessoas de 15 a 29 anos e está entre as três principais causas de morte entre indivíduos de 15 a 44 anos; ou seja, adolescentes e jovens estão cada vez mais recorrendo ao suicídio como alternativa para lidar com seus problemas e dores. A falta de diálogo com pessoas significativas das suas famílias, somados ao comportamento impulsivo associado ao adolescente podem ser uma combinação explosiva e que requer atenção e esforços dos profissionais de saúde, da educação, dentre outras áreas (SESAB, 2020).

Pintos (2006 apud SANTOS; FREITAS, 2018) identifica o ciclo vital em três etapas: na primeira etapa, que corresponde à fase da infância e adolescência, há o predomínio da dimensão biológica. Na segunda etapa, da juventude e vida adulta, há o predomínio da dimensão psicossocial e a terceira etapa corresponde à maturidade, velhice e senilidade, prevalecendo aqui a dimensão noética. A presença de idealismo, da formação da identidade e da imposição de uma presença afetiva e efetiva no mundo circundante, definem a adolescência, para o referido autor. O desenvolvimento da dimensão noética dependerá do

processo formativo educacional da pessoa, o que coaduna com reflexão apresentada por Senna e Dessen (2012) quando da proposição de práticas positivas para os adolescentes, vislumbrando um desenvolvimento saudável dos mesmos. Os questionamentos existenciais surgem quando da fase da adolescência e, para além de corresponderem a uma mera abstração, a busca por sentido na vida compreende uma tarefa concreta a ser realizada ao longo de toda vida (SANTOS; FREITAS, 2018).

Frankl (2016, 2022) aponta para a existência daquilo que chama de neurose coletiva da atualidade, composta por sintomas como depressão, agressão e adição (dependência de drogas), revelando estudos que justificam a recorrência ao suicídio como um sintoma dos tempos atuais, em decorrência da falta de sentido que habita na existência das pessoas, especialmente de pessoas jovens. Para o autor, ao contrário do animal, o homem não tem instintos que lhe dizem o que *tem de* fazer; e diferentemente do que acontecia em séculos passados, o homem de hoje já não conta com tradições que lhe dizem o que *deve* fazer; assim, muitas vezes parece já não saber o que *quer* de fato. Como consequência dessa realidade, acaba por empenhar-se em querer fazer o que os outros fazem – e o resultado é o conformismo e a massificação típicos da sociedade atual. Assim sendo, parece haver uma equação letal quando se adiciona o sentimento de falta de sentido à impulsividade típica dos adolescentes. Porém, este ser humano, dotado de dimensões física, psíquica e noética, é um ser capaz de autotranscendência, que constitui a disposição para sair de si mesmo em prol de algo ou alguém, de olhar para além de si mesmo (FRANKL, 2022; SANTOS; FREITAS, 2018; ZAMULAK, 2015). É alguém capaz de buscar o sentido da vida como fator protetivo, conforme afirmam os autores:

[...] é preciso que o(a) jovem esteja com sua consciência aguçada para perceber a sua liberdade e responsabilidade nas diferentes perguntas da vida. Esta tarefa pode ser realizada desafiando e confrontando o(a) jovem com valores criativos, vivenciais e atitudinais, pois, deste modo, pode intuir e realizar um sentido e, conseqüentemente, ampliar sua capacidade de trabalhar, contemplar, conviver, amar e sofrer. Quanto mais possibilidades são percebidas, há mais chances de uma delas brilhar mais, isto é, estar dotada de sentido. Deste modo, o(a) jovem, também poderá estar engajado em um caminho de amadurecimento, de se tornar uma pessoa cada vez mais humana. Como todo caminho, terá altos e baixos, mas orientar a vida para aquele horizonte de sentido a concretizar no futuro, no onde e para que sua vida está se direcionando, tem um efeito preventivo, saudável e realizador. (SANTOS; FREITAS, 2018, p. 243)

As crises fazem parte do curso de vida de todas as pessoas, em todas as fases da vida, conforme afirmam Santos e Freitas (2018), porém, os números alarmantes que envolvem as

tentativas de suicídio pelos adolescentes chamam atenção de estudiosos ao redor do mundo, não somente por essa se caracterizar uma situação de extrema violência – a violência contra si mesmo – e que se encontra em ascensão, mas, também, pelo fato de os adolescentes ainda não contarem com recursos psicológicos (repertório) para o enfrentamento de crises, recorrendo ao suicídio como alternativa. Há fatores interligados que formam uma rede áspera: além de adversidades familiares, impulsividade, inabilidade no enfrentamento e gerenciamento de crises, influências socioeconômicas e políticas na vida das pessoas; realidades como abandono, drogadição, maus-tratos e criminalidade, que, se por um lado reforçam o medo e a desesperança dos jovens de classe média, confirmam e reafirmam o medo e a desesperança de jovens das classes mais baixas (BRASIL, 2021; NEIVA-SILVA, DEMENECH, MOREIRA, OLIVEIRA, CARVALHO, PALUDO, 2018).

Dados do mais recente boletim epidemiológico lançado pelo Ministério da Saúde, concebido entre os anos de 2010 a 2019, apontam para as particularidades geracionais, das gerações chamadas Y (geração do milênio, nascidos entre 1981 e 1995) e Z (chamados “natos digitais”, nascidos após 1995) que podem estar influenciando o aumento observado de suicídios em jovens. Especificamente sobre a geração Z, há estudos sugestivos de que são mais susceptíveis aos efeitos do estresse, apresentando maiores taxas de ansiedade, depressão, automutilação e suicídio. Aponta-se que estes jovens possuem menos mecanismos para lidar com frustrações e adversidades e dificuldades em adiar o prazer (são imediatistas), conforme estudo apresentado acima (BRASIL, 2021). Estudos confirmam a predominância das tentativas de suicídio realizadas pelo público feminino, contudo, esses indicam que é comum os garotos utilizarem métodos mais violentos. Há uso abusivo de álcool e outras drogas como fatores de risco comunitários mais frequentes, assim como, em se tratando de fatores individuais, a indicação de rompimentos afetivos e a presença de algum transtorno afetivo, como a depressão (BRASIL, 2021; SOUZA; BARBOSA; MORENO, 2015; ARTEAGA; BARRERA; LÓPEZ; CRUZ, 2020).

Como afirma Angerami (2017):

Na simples constatação da violência, que impera nas sociedades atuais, vemos claramente que nenhum indício dessa violência, seja ela representada por latrocínios, suicídio e outros, tem a capacidade de, ainda que brevemente, causar alarido no seio de qualquer sociedade. Ou seja, o índice de violência, atualmente, é tão elevado, que, ao contrário das sociedades antigas, onde a comunidade se preocupava com o comportamento individual dos seus cidadãos, nada tem o poder de sensibilizar a ordem estabelecida, sejam chacinas, suicídio e até mesmo a miséria socioeconômica a que estão expostas milhares de pessoas. Pertencemos a uma época que legitimou,

culturalmente, as condutas autodestrutivas. Os vícios socializados, a exploração irracional da natureza, a crescente coisificação do próximo, e de si mesmo e o risco atômico, figuram entre as dramáticas evidências de que o suicídio não apresenta, na atualidade, as características de excepcionalidade que pode ter tido em outros momentos históricos. (ANGERAMI, 2017, p. 32)

Em contraponto à escrita de Angerami (2017), acredito que a legitimação da violência não torna o ser humano imune a ela. Ao contrário, a busca por alternativas tão violentas de modos de existir (ou de não mais existir) refletem a crise da sociedade contemporânea, com valores invertidos, hedonismo, individualismo exacerbado, consumismo, hiperconexão tecnológica e desconexão presencial. Na atualidade, há a possibilidade de ser estabelecida em segundos a comunicação entre pessoas de quaisquer partes do mundo, porém, em muitos casos, há uma grande e crescente dificuldade de dialogar com o ente querido, por vezes, coabitando o mesmo espaço físico. Nesse contexto, conversas profundas dão lugar a conversas superficiais. A contradição estabelecida é explicada pelo filósofo e sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), cuja escrita traduz essa realidade com o termo: “modernidade líquida”, explicitando os laços fluidos e voláteis da nossa sociedade, laços produzidos historicamente e consolidados com a globalização. Para o autor, com a tecnologia, o ser humano nunca mais precisou estar sozinho, entretanto, na fuga incessante da solidão, deixou escapar a sensação de solidão, a sublime condição que permite à pessoa organizar seus pensamentos, ponderar, que o permite crescer com as experiências por meio da reflexão (BAUMAN, 2008, 2011).

2.4 MORTE, SUICÍDIO E LUTO

Kubler-Ross (2006) afirma que, quando o homem se permite viver bem e com sentido, não precisa se preocupar com a morte em si. Afinal, a morte é simplesmente um termo presente em nossas vidas e, para vivermos bem, precisamos aprender a amar e a respeitar o outro em sua individualidade e escolha de vida. Ou seja, a questão não está relacionada com o tempo, e sim com a forma pela qual o homem vive enquanto dono de si mesmo.

Em escrita sobre as diversas possibilidades e perspectivas da experiência amorosa, Hooks (2020) aponta para a cultura ocidental que estimula o medo coletivo da morte – numa realidade de violência que gera mais violência, alienação de si e das coisas imateriais e estilos de vida voltados para o consumismo; sob pena da não plenitude da experiência da vida e afirma que, ao acolher a morte, podemos aprimorar a forma como nos relacionamos com as

peças e com o mundo. Essa ideia se coaduna com reflexão apresentada por Kubler-Ross (2006), que não compreende a morte somente como assunto negativo. Encerrar a morte como evento negativo é perder de vista o poder que ela apresenta de exploração de cada momento da vida.

A partir das palavras de Hooks (2020) e Kuber-Ross (2006), pode-se refletir que a morte não necessariamente precisa ser vista como preocupação, desde que saibamos transformar o sentimento de angústia a ela associado em oportunidade de crescimento e alargamento existencial, ideia que coaduna com a perspectiva de Frankl (2016) sobre a vontade de sentido. É preciso encontrar sentido até mesmo diante da morte. Para Bonder:

Quem muito dispõe de si, não apenas dos paladares adocicados, mas quem faz uso das fantásticas especiarias da vida, mesmo do amargo, esse desenvolve um senso de recurso e tem tudo. Apropriar-se e responsabilizar-se pela vida é o que nos disponibiliza o recurso de todos os recursos, que é a fé na existência de recursos. (BONDER, 2011, p. 159)

A morte aqui referida não significa somente a morte como perda da vida. É também a morte de um sonho, de um relacionamento ou de um emprego que não deu certo. Quem determina o significado dos acontecimentos é cada pessoa em sua própria experiência individual. O fator decisório é o que fazemos com as possibilidades que temos em vida independentemente de uma possível morte ou da vivência de uma dor. A vida compreende, também, a passagem por sofrimento, não somente alegrias e realizações (BONDER, 2011). A compreensão nascida a partir da obscuridade tem o significado especial de abarcar ou conter algo novo, isto é, a pessoa que experimenta um sofrimento, contendo-o profundamente, com o passar do tempo, é capaz de ultrapassá-lo, aprendendo com ele, crescendo em sabedoria. Isso posto, o desfecho ou a morte significam, igualmente, abertura; des-fecho: fecha-se algo para abrir-se algo novo; encerra-se um ciclo para que surja outra possibilidade; dá-se uma nova abertura a cada fechamento. Caberá à pessoa que está vivenciando a perda definir qual resposta será dada perante as situações vividas, lembrando que existimos também para tomar decisões, sejam elas boas ou ruins (POMPÉIA, 2016).

Bonder (2011) afirma que há duas estruturas de realidade: a estrutura do Amor e a estrutura da Verdade. A estrutura do Amor consiste na saúde, na realização pessoal, no sucesso, e em todas as coisas boas que cercam as pessoas de modo geral. Já a estrutura da Verdade é revelada por meio da realidade dos fatos, incluindo a experiência com a morte. Para o autor:

Quando olhamos o mar e este nos inspira um poema, quando surfamos em suas ondas tomados pelo senso de soberania e liberdade, quando o mar nos aplaca o calor com sua refrescante consistência, ele é percebido como instrumento do Amor. No entanto, o mesmo mar pode nos afogar. Sua propriedade de poder afogar é parte de sua Verdade latente. Nós vivemos constantemente nossa realidade de Amor em meio a realidades latentes de Verdade. (BONDER, 2011, p. 27)

Segundo o autor supracitado, as pessoas, na atualidade, estão cada vez mais condicionadas a viver na dimensão do Amor em detrimento da dimensão da Verdade e isso tem gerado sofrimento. A Verdade faz parte da existência humana assim como o Amor e ambas são complementares, assim como o dia e a noite. Para ele, do mesmo modo com que nos entregamos ao sono, à noite, quando nos deitamos para dormir, sem saber o que de fato acontecerá, devemos proceder com a dimensão da Verdade: essa capacidade de entrega não somente nos aproxima da dimensão da Verdade, mas, do mesmo modo, amplia e estimula a graça da dimensão amorosa (BONDER, 2011).

A experiência do luto pode ter variações a depender das pessoas, levando em consideração a individualidade de cada um, porém, não se pode deixar de enfatizar que o luto em si caracteriza-se como uma tarefa dolorosa e intensa que o ser humano invariavelmente irá vivenciar (CORRÊA, 2012). Para Frankl (2016), é possível encontrar sentido também por meio do sofrimento. Pompéia (2016, p. 167), corrobora tal afirmação quando cita que “na ausência de sentido, fica difícil viver. Mas se a pessoa compreender que, embora os sonhos se acabem, a possibilidade de sonhar permanece, ela poderá reestabelecer um sentido”. Dito de outra forma, a pessoa tem a chance de reconstruir aquilo que foi perdido, ou reestabelecer-se mesmo em face de grande sofrimento; para isso, é preciso estar atenta às possibilidades de reconstrução que a vida apresenta.

Em estudo sobre o luto, Corrêa (2012) apresenta o relato de caso de uma paciente que vivenciou a perda do próprio pai. À medida que realizava os atendimentos, o resgate do sentido existencial acontecia, ainda que a pessoa estivesse envolvida pela dor da perda de alguém que amava, diante de um sofrimento profundo. A realidade da morte é imutável, mas a descoberta de um sentido pode ser uma experiência transformadora para quem a experiencia.

Do mesmo modo, Bonder (2011) retrata a experiência do luto como uma saudade de si mesmo. Questiona as perdas significativas que o ego sofrerá, qual impacto na vida daqueles que ficarão após a experiência de enlutamento, qual impacto que a falta e a privação do contato com o ente querido irá acarretar. E relembra a experiência trazida por Frankl nos

campos de concentração, quando apontava a diferença de atitude entre aqueles que claramente apresentavam um sentido para a permanência em vida e aqueles cujas vidas já estavam destinadas à morte iminente. Com essa reflexão, Bonder nos convida a uma ponderação pertinente, a de verificar uma dimensão externa à existência na própria existência, qual seja, a olhar a vida para além da dor vivida; a enxergar a dimensão do Amor para além da dimensão da Verdade, ou, nas palavras de Frankl, a perceber um sentido, apesar de tão sofrida confrontação (BONDER, 2011; FRANKL, 2013).

A vivência da morte, durante algum tempo, foi considerada como algo natural ao ser humano, ocorrendo de modo tranquilo e resignado, em geral no ambiente familiar, envolvendo cerimônias públicas ritualísticas, nas quais havia a possibilidade de despedida do ente querido, por meio da expressão dos sentimentos de perda e com demonstrações autorizadas de tristeza, facilitando a assimilação desta, que é uma etapa natural a todo ser humano (ARIÈS, 1990). Na atualidade, a vivência da morte é cercada por tabus, envolvendo mistérios e crenças e, frequentemente, um sentimento de negação.

As descobertas científicas e os avanços tecnológicos da Medicina têm aumentado a capacidade humana para adiar a morte. Associada a essas mudanças, encontra-se a necessidade do ser humano de controle da vida, da prorrogação do tempo de vida, e, conseqüentemente, desnaturalizando algo que é inerente à vida, destino comum a todos os seres humanos.

Mazorra (2009) em estudo qualitativo, cujas entrevistas foram realizadas com três mulheres de 25 a 41 anos, sobre a construção de significados atribuídos à morte de um ente querido e o processo de luto, identificou o luto como reação a uma perda de objeto libidinal; o luto como uma reação ao rompimento de vínculos afetivos importantes; o luto complicado e as diversas formas de este tipo de luto ser vivido, como por exemplo: altos níveis de ansiedade, evitação de situações e pensamentos que evoquem a perda e a cena traumática, e, eventualmente, a ocorrência de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Nesses casos, as reações do luto tendem a ser mais intensas e duradouras, contribuindo para a cronicidade do enlutamento.

Dentre os seus achados, a autora apresentou o modelo de luto trazido por Schut e Stroebe (2001 apud MAZORRA, 2009), intitulado Modelo do Processo Dual, que parte de uma tentativa de acolher diversas teorias sobre o luto, ofertando a ideia central de que o enlutado oscila entre o enfrentamento orientado para a perda e o enfrentamento orientado para a restauração. O primeiro refere-se a lidar com a perda, concentrando-se nela e trabalhando

algum de seus aspectos. O segundo inclui dar conta de tarefas, reorganizar a vida e desenvolver novas atividades.

O Modelo de Processo Dual descrito por Schut e Stroebe (2001 apud MAZORRA, 2009) aponta para uma ideia central: a de que nem todos os indivíduos seguem o mesmo padrão na experiência de enlutamento. Há um período de transição que vai da não aceitação à assimilação, no qual sentimentos de tristeza, saudade, raiva, apatia, solidão e culpa são experimentados conjuntamente a um retorno às obrigações, responsabilidades cotidianas e projetos de vida pessoal. Essa oscilação entre o enfrentamento orientado para a perda e o enfrentamento orientado para a restauração corresponde a um recolhimento necessário, a uma introspecção, que visa a economia de energia e restauração de forças para a chegada do segundo momento, que consiste no enfrentamento orientado para a restauração, na qual há um reinvestimento de esforço e concentração nos ajustes necessários em diferentes áreas, como família, trabalho e vida social. A negação da perda do ente querido pode vir a acompanhar todo o processo, por se tratar de uma resposta adaptativa do enlutado, por vezes sendo essa a única maneira encontrada de sobrevivência estabelecida por ele.

Mazorra (2009) conclui que a construção dos significados para a morte relaciona-se a fatores como dinâmica familiar, personalidade e estilo de apego, circunstâncias da morte, relação com o falecido e rede de suporte. Os resultados apresentam processos elaborativos e os modos de enfrentamento do luto a partir dos elementos anteriormente citados.

Escrever sobre a morte não é tarefa fácil. Existem diferentes mentalidades sobre a morte, no entanto, uma das predominantes, na sociedade contemporânea, é a que considera a morte como tema interdito e tabu, que carrega em sua esteira a ideia de que esta deve ser a todo custo evitada, por ser considerada como fracasso e vergonha (ARIÈS, 2017).

O termo morte vem do latim *mortis* e significa a extinção definitiva da vida, da existência: compreende a ausência de vivacidade, falecimento, passamento, óbito. Corresponde à cessação de uma espécie, morte da esperança, morte de um organismo vivo; diz respeito à destruição, ruína e/ou dor violenta (LAROUSSE CULTURAL, 1999). Em todas as formas empregadas, a morte compreende passagem, ruptura, transição de um estado a outro. Talvez pelo componente desconhecido desse outro estado, ela ainda cause a nós, humanos, tamanha incompreensão e temor.

Ainda que a morte se configure como um tabu, as pessoas estão mais preparadas para o enfrentamento da morte dos mais velhos, seguindo uma perspectiva de desenvolvimento humano natural, que compreende a passagem da infância, adolescência, adultez e velhice, seguida da morte por adoecimento e/ou morte natural. Nessa perspectiva, a morte de um filho

vai de encontro a qualquer programação feita previamente e inaugura a novidade, só que por meio da experiência de intenso pesar.

A psicóloga Gláucia Tavares, após a morte de sua filha de 18 anos em um acidente automobilístico, criou, junto ao seu marido, o médico pediatra Eduardo Carlos Tavares, um grupo de apoio a enlutados intitulado Apoio a Perdas Irreparáveis (API), em outubro de 1998. Hoje a Rede API conta com mais de 7 mil pessoas cadastradas, com unidades abertas tanto em Belo Horizonte quanto em outras cidades do estado de Minas Gerais, em Vitória, capital do Espírito Santo, e em Nova York (TAVARES, 2018).

Para a autora, o processo de luto não tem regras nem modelos prévios. O direcionamento para a vivência de um luto funcional consiste em compartilhar emoções acerca do ente querido, pois emoções expressas constituem a prevenção de várias doenças e, também, o ato de falar sobre a experiência traumática, compartilhando dores com pessoas que vivenciaram situações semelhantes, é uma forma de fortalecimento e de reconciliação com a vida. Ela afirma:

A amargura pode dar lugar à aceitação, o silêncio pode abrir espaços para relações de maior intimidade, a solidão pode ser transformada em oportunidade de aprender a ficar só e, também, de valorizar as amizades. A desesperança pode se transformar na capacidade de esperar. A tarefa é transformar a tristeza em oportunidade de aprendizado e de reflexão e busca de autoconhecimento. (TAVARES, 2018, p. 237)

Como visto anteriormente, quando essa perda ocorre de maneira inesperada, o enfrentamento da dor torna-se ainda mais difícil, sendo por vezes insuportável este atravessamento. A morte por suicídio, por sua vez, amplia a vivência da dor e implica a necessidade de atenção por parte da sociedade civil, bem como o estabelecimento de Políticas Públicas que possam servir de direcionamento não somente para a sociedade, mas, sobretudo, aos profissionais de saúde e estudiosos da área, favorecendo o acompanhamento dos processos de prevenção e pós-venção ao enlutado por suicídio.

A origem da palavra suicídio, etimologicamente, vem do latim *sui = si mesmo; caedes = ação de matar*, e exprime exatamente o dado em si: quando uma pessoa em situação de intenso sofrimento decide tirar a própria vida. O suicídio é o ato de atentar contra a própria vida, o que vai de encontro a todos os valores morais, éticos e normas de comportamentos aprendidos socialmente. O estigma em volta deste acontecimento é um dificultador tanto para a divulgação ampla de suas causas quanto para a criação de Políticas Públicas que favoreçam

o esclarecimento populacional e a consequente prevenção (BRASIL, 2021; DURKHEIM, 2008; FUKUMITSU, 2013; OMS, 2017).

O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, considerado um importante problema de saúde pública, que impacta a sociedade como um todo. O mais recente boletim epidemiológico lançado pelo Ministério da Saúde, concebido entre os anos de 2010 a 2019, revelou um aumento de 43% no número anual de mortes por suicídio, com aumento de risco em todas as regiões do Brasil. Verificou-se aumento das taxas de suicídio em todos os grupos etários, com destaque para aumento nas taxas de mortalidade de adolescentes, que sofreram um incremento de 81% no período, passando de 606 óbitos e de uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil hab., para 1.022 óbitos, e uma taxa de 6,4 suicídios para cada 100 mil adolescentes (BRASIL, 2021).

Ainda de acordo com o boletim epidemiológico supracitado, alguns fatores se destacam no que tange à prática do suicídio por adolescentes. Sentimentos de tristeza, desesperança e depressão; ansiedade, baixa autoestima, experiências pregressas de adversidade, como abusos físicos e sexuais pelos pais ou outras pessoas próximas, falta de amigos e suporte de parentes, exposição à violência e discriminação no ambiente escolar e o uso de substâncias psicoativas são elementos que colaboram para a multifatorialidade da prática do suicídio na adolescência. Particularidades geracionais também são apontadas. As gerações chamadas Y (geração do milênio, nascidos entre 1981 e 1995) e Z (os já nascidos em meio às tecnologias digitais, após 1995) podem estar influenciando o aumento das taxas de suicídio observadas em jovens. Especificamente no que diz respeito à geração Z, o boletim epidemiológico aponta para maior susceptibilidade destes jovens aos efeitos do estresse, apresentando maiores taxas de ansiedade, depressão, automutilação e suicídio. Argumenta-se que esses jovens possuem menos mecanismos para lidar com frustrações e adversidades (menor capacidade de resiliência) e são mais imediatistas (BRASIL, 2021).

Durkheim (2008), em obra clássica sobre o suicídio, escrita na Europa do século passado, reflete sobre o caráter social que tal ato possui. Afirma que o suicídio é: “todo o caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima, e que ela sabia que deveria produzir este resultado” (DURKHEIM, 2008, p. 103). Para o autor, indivíduo e sociedade formam um binômio indivisível, que se influencia mutuamente. Ele relaciona o suicídio não somente a quadros psiquiátricos agravados, mas, também, ao abuso de bebidas alcoólicas, a questões ligadas à hereditariedade, revelando casos em que o suicídio se apresenta mais de uma vez em uma mesma família; afirma ainda que a temperatura de determinadas localidades exerce influência nos ânimos de seus habitantes e

que isso leva indivíduos a considerarem tirar a própria vida; ademais, aponta um dos fatores mais debatidos sobre o suicídio que é a prática do ato por imitação, enfim, para o autor, cada sociedade possui um rol de características e normas de conduta que influenciam e são determinantes para que os indivíduos pertencentes a esta recorram ao ato.

Em sua obra, o sociólogo Durkheim (2008) apresenta três tipos de suicídio: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anômico. O suicídio egoísta é aquele em que o ego individual se sobrepuja ao ego social, ou seja, há um excesso de individualização culminando na opção pelo suicídio. Este tipo tem sido cada vez mais comum e recorrente nas sociedades ocidentais consumistas, capilistas e globalizadas. O segundo tipo é o suicídio altruísta, no qual a pessoa confunde-se com outra coisa fora de si mesmo, não o faz pelo ego, ao contrário, aqui o ego está afrouxado e há hiperconexão com ideologias externas, como por exemplo, religião, ou grupos extremistas. Trago o exemplo de kamikazes japoneses, os mulçumanos que colidiram com o *World Trade Center* em Nova Iorque, enfim, indivíduos hiperconectados com ideais exteriores a si, de tal modo que desconsideram a si mesmos. Por fim, há o suicídio anômico, reflexo de uma sociedade sem regras ou com regras afrouxadas, na qual a normalidade social não está mantida, a exemplo de sociedades muito violentas, onde a desordem e o medo são imperativos. Também há um reflexo na sociedade atual deste tipo de suicídio. A violência urbana e a desvalorização de instituições como família e estado, por exemplo, fazem com que os jovens – foco desta investigação – recorram cada vez mais ao suicídio como solução para seus problemas. Em uma situação de crise econômica, por exemplo, certas pessoas perdem postos de trabalho, oportunidades, mudam de classe social e se deparam com a crise financeira, considerando o suicídio como alternativa para a crise apresentada. Vale ressaltar que este tipo de suicídio é mais comum em países ricos, pois os países mais pobres já estão mais acostumados a lidar com crises econômicas. Para Durkheim:

Não há suicídios com um caráter altruísta mais acentuado. Com efeito, vemos em todos estes casos o indivíduo aspirar a libertar-se do seu ser pessoal para se lançar nessa outra coisa que considera como a sua verdadeira essência. Pouco importa o nome que lhe dá, é nela e só nela que crê existir, e é para existir que tenta tão energicamente identificar-se com ela. Quer isto portanto dizer que considera que não tem existência própria. A impersonalidade é elevada aqui até o máximo; é o altruísmo no estado agudo. Mas, poder-se-á perguntar, não provirão estes suicídios simplesmente do fato de o homem achar a vida triste? É claro que quando alguém se mata com essa espontaneidade é que não revela grande interesse pela existência, de que faz, por consequência, uma ideia mais ou menos melancólica. Mas todos os suicídios se assemelham neste aspecto. Seria, no entanto, um grave erro não estabelecer nenhuma distinção entre ele; porque esta ideia nem sempre tem a mesma causa e, por conseguinte, apesar das aparências, não é a

mesma nos diferentes casos. Enquanto o egoísta é um triste porque não vê nada de real no mundo do indivíduo, a tristeza do altruísta descomedido provém, pelo contrário, do fato de o indivíduo lhe parecer desprovido de qualquer realidade. Um está desligado da vida porque, não vendo nenhum objetivo ao qual se possa agarrar, sente-se inútil e sem razão de existir, e o outro porque tem um objetivo que, situando-se fora desta vida, faz com que ele a considere como um obstáculo. (DURKHEIM, 2008, p. 238)

Angerami (2017), em escrita guiada pela escola filosófica existencialista, abordando concepções sartreanas do viver e do morrer, aponta a morte por suicídio como uma resposta encontrada pelo ser humano ao que fizeram dele. É uma resposta encontrada pelo homem ao que ele mesmo fez dele. O autor corrobora as concepções de Frankl (2008) quando afirma que problemas conjugais, desemprego, desavenças familiares são causas, justificativas relatadas que mascaram a falta de sentido existencial, essa, a real motivação que destina o ser para a morte por suicídio. A perda do sentido existencial enfraquece a manutenção da vida, independentemente das circunstâncias nas quais a pessoa esteja envolvida; o contrário é também verdadeiro: aquela pessoa que tem um sentido para sua vida está mais envolvida com a manutenção da mesma (ANGERAMI, 2017; FRANKL, 2008).

Para Botega, Werlang, Cais e Macedo (2006, p. 214), “[...] o suicídio não é tão somente uma tragédia no âmbito pessoal; ele também representa um sério problema de saúde pública”. De acordo com dados do primeiro Relatório Global para Prevenção do Suicídio divulgado pela Organização Panamericana de la salud (OPAS, 2014), 800 mil pessoas por ano se suicidam no mundo, o correspondente a uma pessoa a cada 40 segundos. Como mencionado anteriormente, a morte por suicídio corresponde a segunda maior causa de morte em pessoas de 15 a 29 anos e está entre as três principais causas de morte entre indivíduos de 15 a 44 anos, tornando-se o suicídio um problema de saúde pública internacional (OMS, 2017).

De acordo com o referido Relatório (OPAS, 2014), as ações de prevenção ao suicídio devem ser tomadas conjuntamente, envolvendo diversos setores da sociedade, públicos e privados, como a saúde, a educação, o trabalho, o comércio, a agricultura, a justiça, dentre outros, devido à complexidade de fatores que envolvem o suicídio. Há alguns mitos e verdades apresentados no relatório, por exemplo: é mito a afirmação de que suicídios acontecem repentinamente; a maioria dos suicídios é precedida de avisos, como feitura de testamentos ou verbalização da tentativa. Outro mito está exatamente ligado a verbalizar; em verdade, quando alguém fala sobre suicídio, pode estar fazendo um pedido de socorro. Um número significativo de pessoas que tentam suicídio possui ansiedade e/ou depressão e pode

considerar o suicídio como opção, diante do quadro agravado de saúde mental que se encontra.

Outro mito diz respeito ao fato de que quem tenta o suicídio está decidido a morrer. A verdade é que tais pessoas possuem sentimentos ambivalentes relativos à vida e à morte. Alguém pode fazer uso excessivo de medicações e morrer poucos dias depois, desejando ter sobrevivido. Na grande maioria dos casos, aquela tentativa trata-se de um pedido de socorro, conforme já dito. Há também o mito que diz respeito ao fato de que, quem tenta suicídio uma vez, nunca mais deixará de ser um “tentante”. Bem, isso não é verdade. Quem teve pensamentos suicidas e chegou à tentativa de suicídio, pode não mais tentar, após receber adequado tratamento. Outro mito informa que só pessoas portadoras de transtornos mentais são suicidas. A verdade é que o comportamento suicida indica uma profunda infelicidade, mas não necessariamente um transtorno mental. Muitas pessoas que vivem com transtornos mentais não são afetadas por ideias suicidas, assim como nem todas as pessoas que tiram suas vidas eram portadoras de algum transtorno mental (OPAS, 2014).

Ainda sobre mitos e verdades, há um mito de que falar sobre suicídio é uma má ideia e pode estimular outras pessoas a tentá-lo. Na realidade, visto que há um estigma em volta do suicídio, a maioria das pessoas com ideia suicida não sabe com quem conversar e isso só agrava sua situação. Ou seja, em lugar de fomentar o comportamento suicida, falar sobre pode oferecer à pessoa outras opções, além de tempo para maior reflexão, o que pode salvar vidas (OPAS, 2014).

Estudos epidemiológicos realizados nas duas últimas décadas confirmam taxas de suicídio mais elevadas em homens, idosos e indígenas e em cidades de pequeno a médio porte populacional (realidade brasileira). Para Botega (2014), dados sobre mortalidade por suicídio no Brasil derivam de informações constantes de atestados de óbitos compilados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e que estes costumam estar subestimados, isto é, há mortes em decorrência de suicídio que são registradas como oriundas de outras causas, o que prejudica a real ciência não somente dos profissionais de saúde, mas da sociedade de modo geral, sobre a gravidade epidêmica do suicídio (BOTEGA, 2014; BRASIL, 2021).

Informa, também, que, no Brasil, a própria casa é o cenário mais frequente de suicídios (51%), seguida pelos hospitais (26%). Os principais meios utilizados são o enforcamento (47%), uso de armas de fogo (19%) e envenenamento (14%). Ele afirma que o poder da letalidade dos métodos utilizados deve ser um contraponto à presteza de um possível resgate e à viabilidade do tratamento e, por isso, é tão importante o investimento em ações

que visam preparar cada vez mais profissionais de saúde quando das tentativas de suicídio. Estima ainda que tentativas de suicídio superem o número de suicídios em pelo menos dez vezes; além disso, anuncia que na maioria dos casos de suicídio tem-se a existência de transtornos mentais, todavia, salienta a complexidade do ato, quando apresenta a perda de um emprego ou um rompimento amoroso como outras possíveis causas para a ocorrência do suicídio (BOTEGA, 2014).

Por fim, afirma que várias ações podem ser realizadas no âmbito da saúde pública, entre elas: elaboração de estratégias nacionais e locais de prevenção do suicídio; conscientização e questionamento dos tabus na população; detecção e tratamento precoces de transtornos mentais; controle de meios letais (redução de armas de fogo, regulação do comércio de agrotóxicos, arquitetura segura em locais públicos); e treinamento de profissionais de saúde em prevenção do suicídio (BOTEGA, 2014).

Em tese de doutorado, Fukumitsu (2013) disserta sobre o processo de luto do filho da pessoa que cometeu suicídio e ressalta a importância de se observar a singularidade de cada pessoa que cometeu este ato. As motivações e as explicações para sua realização permanecem no domínio do privado, embora o ato se torne público. O suicídio é uma morte repentina, violenta e chocante. Pode provocar indignação, por causar, em quem ficou, um hiato, um sentimento ambíguo em relação à experiência de dizer adeus àquele que é amado. A autora recomenda que as pessoas enlutadas por suicídio aprendam a “extrair flor de pedras”, termo por ela cunhado e que significa que, apesar da aridez do solo existencial, é preciso preservá-lo, para que um dia a vida possa novamente surpreender com a beleza de uma flor que nascerá. A morte autoinfligida causa sofrimento e, por essa razão, o enlutado por suicídio é conhecido como sobrevivente (FUKUMITSU, 2013, 2019a).

O termo sobrevivente para referir-se a todo indivíduo que experiencia o luto por suicídio foi criado por Shneidman (SHNEIDMAN, 1972 apud FUKUMITSU, 2013), destacando que tais pessoas, além da experiência dolorosa do enlutamento, precisam lidar com o estigma social que ainda acompanha a morte por suicídio, além do sentimento de culpa, como se essas pessoas pudessem ter feito “algo mais” para evitar que o evento traumático tivesse acontecido. Associados a estes sentimentos estão a raiva, a mágoa, o medo, a indignação, a revolta, a vergonha, dentre outras reações causadas pela autoaniquilação de quem se ama e compartilhadas pelos sobreviventes (FUKUMITSU, 2013, 2019a).

Fukumitsu (2013) compreende que o modo de lidar com o luto por suicídio depende do heterossuporte do enlutado, ou seja, dos recursos internos e da rede de relacionamentos que a pessoa possui. Após entrevistas realizadas, análise dos depoimentos e agrupamentos dos

temas principais, foram sistematizadas quatorze unidades de significados, descritas a seguir: (1) ausência presente e presença ausente; (2) a morte interdita e o empecilho do estigma do suicídio; (3) o enfrentamento da morte violenta e escancarada – entre a tensão e o relaxamento; (4) os sobreviventes que se unem e o interesse pela história de sobreviventes; (5) o ilustre desconhecido: quem foi você, mãe/pai? Existe uma parte sua em mim ou uma parte minha em você? (6) se meu pai/mãe se matou, eu também me matarei? Medos e transmissão psíquica transgeracional; (7) as lembranças vividas, as histórias contadas e as vivências emprestadas; (8) não é o fato que traumatiza, mas o processo como um todo: o estresse antes e depois do suicídio; (9) culpa e autoacusações; (10) a intensidade dos sentimentos e o estranho alívio; (11) poderia ser totalmente diferente: as especulações sobre a vida que não vivi; (12) o calar quando o falar seria importante; (13) novas formas de vida podem ser planejadas após uma paralisação que o suicídio provoca; (14) ajudar outros, estudar, isolar-se, fazer psicoterapia, ser evangélica e escolher a profissão: psicólogo(a), historiador e arquiteta.

Sobre a primeira unidade de significado, há no discurso dos entrevistados a concordância sobre uma ausência em vida, por parte dos pais, antes mesmo que estes cometessem o ato do suicídio, assim como, um sentimento de presença após a morte dos mesmos, por meio de lembranças, recordações e sentimento de culpa. Na segunda unidade, ao abordar a morte interdita, a autora anuncia uma morte estigmatizada, acompanhada de rótulos e preconceitos e que afeta os enlutados de diversas maneiras, causando variada intensidade de emoções. Sobre a morte violenta e escancarada: essa é a morte por suicídio. Para o enlutado, o acontecimento principal passa a ser a lida com sua história e perdas, bem como a maneira como lidará com suas feridas existenciais. Na quarta unidade de significado, há a constatação da convergência de interesses entre os sobreviventes enlutados por suicídio, pois, com o impacto da morte, o enlutado parece precisar de outras referências e as encontra no compartilhamento com pessoas que vivenciaram semelhante situação. A quinta unidade de significado aponta para a necessidade de o enlutado conhecer mais sobre a história do seu genitor. A morte repentina e a privação da convivência com o familiar falecido é um fator que mobiliza a investigação sobre a vida deste familiar, denotando a necessidade de conhecê-lo(a) mais profundamente.

Na sexta unidade de significado há a fantasia do efeito imitativo do suicídio, que implica no temor do enlutado de cometer semelhante ato. A literatura apontada pela autora, entretanto, enfatiza o caráter inverídico que envolve tal afirmação e ideia fantasiosa. Há, sim, a emergência de encontrar significado para as suas vidas, a fim de dar segmento às mesmas. Na sétima unidade, que trata de lembranças vividas, histórias contadas e vivências

emprestadas, a autora afirma que famílias inseridas no contexto da crise suicida precisam de auxílio e amparo para que possam ressignificar comportamentos autodestrutivos, muitos deles oriundos da não convivência com o familiar falecido. Aponta para a necessidade de recontar a história, por parte do enlutado, quantas vezes forem necessárias, até que ele consiga atribuir significado para a mesma.

Na oitava unidade de significado, o estresse na família do enlutado é acompanhado pelo adoecimento em seu contexto familiar, ou pelo fato de um membro da família sofrer de doença mental e por haver ameaça constante com as tentativas de suicídio recorrentes, ou seja, um fator estressor (a morte do genitor por suicídio) que origina outros potenciais estressores. Na nona unidade de significado, a culpa surge como um sentimento que dificulta a reorganização da vida do enlutado, pois, a sua energia psíquica está sempre voltada para lidar com as consequências emocionais decorrentes da ideia fantasiosa de que a situação poderia ser diferente do desfecho do suicídio, caso ele tivesse tomado essa ou aquela atitude. Há uma dificuldade em se desvencilhar da culpa e da autoacusação.

Na décima unidade de significado, experimenta-se uma intensidade de sentimentos voltados para o genitor, sentimentos descritos como atordoantes. Na décima segunda unidade de significado, intitulada: “o calar, quando o falar seria importante”, remonta ao caráter estigmatizante que acompanha o suicídio e que imputa esse estado de silêncio entre as pessoas enlutadas. Falar é essencial, não só para a lida com o estigma, mas para uma experiência de maior fluidez por parte dos sobreviventes enlutados. A décima terceira unidade, que trata do planejamento de novas formas de vida, reflete um movimento gradual de abertura para a vida e para a atribuição de novos sentidos à mesma. Por fim, a décima quarta unidade de significado, trata dos manejos apresentados pelos enlutados: ajuda mútua, isolamento quando necessário, a prática da psicoterapia, dentre outros, sempre respeitando o próprio tempo (FUKUMITSU, 2013).

A autora apresenta uma realidade comum aos enlutados por suicídio – a busca por explicações:

A busca por explicações é permeada de perguntas: Por que isso aconteceu comigo? Por que ele se foi desse jeito? Como será aprender a viver sem ter a pessoa amada por perto? Será mesmo que existem explicações? O suicídio significa desprendimento dos vínculos e das coisas materiais daquele que se matou? Foi um ato de desamor? Foi um ato de desespero? O suicídio foi causado por uma doença? Será que algum dia chegarei a uma resposta que ninguém descobriu ainda? Quanto menos respostas o enlutado encontra, maior é o ciclo interminável de perguntas. (FUKUMITSU, 2019a, p. 42)

É verdade que algumas perguntas jamais serão respondidas. O tempo se encarregará de transformar a experiência das perguntas, que continuarão a ser feitas na medida em que o tecido existencial da pessoa se dá. Smith (2013 apud FUKUMITSU, 2019a) afirma que os mistérios da vida e da morte vão além da nossa compreensão e que é preciso, para além de questioná-los, apreciá-los. Saber apreciar os mistérios que envolvem as tramas da existência humana é uma arte para poucos, mas que, aqueles que experimentam e fazem a morte são convidados a tal experiência (BONDER, 2011; FUKUMITSU, 2019a; POMPÉIA, 2016).

Fukumitsu (2019b) afirma que os enlutados por suicídio passam por um processo reconhecido como montanha-russa de sentimentos. Dentre esses sentimentos, foram verificados alguns pertinentes a quase todos enlutados por ela entrevistados, em sua pesquisa de pós-doutorado. A saber: culpa, acusações, raiva, revolta e o estranho alívio. A culpa está presente nos 32 depoimentos colhidos pela autora em sua pesquisa. O processo de transferir a culpa para si, dá-se pelo questionamento de que poderia ter feito algo para salvar a vida do familiar, assim como aparece como uma forma de manter aquele familiar presente, ainda que ausente. Entre os sentimentos confusos e ambíguos, há as acusações, que são recebidas por parte de terceiros, o que em geral amplia o sentimento de culpa e de nada auxilia no processo de recuperação do enlutado. Sentimentos de raiva e revolta também são comuns, diante da falta de explicação e das interrogações que ficam no ar, além, é claro, das particularidades de cada caso, que reforçam, por vezes, o sentimento de raiva, como por exemplo, quando uma pessoa comete o suicídio no dia do aniversário de um familiar, ou em algum lugar significativo, deixando, para sempre, o registro da intencionalidade do ato. Por fim, há o sentimento de estranho alívio, que é comum ao enlutado que vivencia diversas tentativas prévias e que vive em constante estado de alerta, de modo bastante estressante. O fim existencial do familiar, apesar da dor e do sofrimento, representam uma possibilidade de recomeço da vida do enlutado com mais leveza.

Há, ainda na escrita da referida autora, a colocação de direitos das pessoas em luto por suicídio, como uma maneira de convocar a sociedade para a complexa experiência de um familiar enlutado por suicídio. São eles: enlutar-se à sua maneira e conforme o tempo que for necessário; saber a verdade sobre o suicídio, ver o corpo do falecido e organizar funeral, considerando suas ideias, necessidades e rituais; considerar o suicídio como resultante de causas inter-relacionadas, que provocaram dor insuportável para a pessoa que se matou: o suicídio não foi uma escolha, mas um processo de sofrimento; integrar alegria e tristeza e se libertar de estigmas ou julgamentos; ter sua privacidade e imagem respeitadas, bem como a da pessoa que morreu; receber apoio de parentes, amigos, colegas e outros sobreviventes

enlutados, assim como de profissionais habilitados, que conheçam a dinâmica do processo do luto, os potenciais fatores de risco e suas consequências; entrar em contato com o médico ou cuidador (se for o caso) que acompanhou a pessoa que se matou; não ser considerado candidato potencial ao suicídio nem doente mental; compartilhar sua experiência com outros sobreviventes, cuidadores e todos os que buscam a ampliação do conhecimento acerca do suicídio e do luto por suicídio; não exigir de si mesmo ser a mesma pessoa de antes. Há uma maneira de viver antes do suicídio e depois dele (FUKUMITSU, 2019a).

Na esteira da reflexão acerca dos sentimentos ambíguos e, em se tratando da temática da infância e adolescência, Silva Filho e Minayo (2021) compreendem a experiência do suicídio conceituando-a como um triplo tabu, que abrange o tabu da morte, o tabu do suicídio e o tabu do suicídio infantojuvenil. Precedido por outro estudo, realizado no período entre 2018 e 2019 e intitulado: “Percepção e conhecimento de médicos residentes em pediatria no Rio de Janeiro sobre comportamento suicida na infância e adolescência”, cujos resultados apontaram para lacunas no conhecimento do fenômeno do suicídio por parte de pediatras em formação, que favoreceram na propagação de preconceitos que distanciam profissionais de saúde dessa temática e dificultam a abordagem de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, corroborando com a cristalização de ideias preconcebidas presentes na sociedade, o conceito de triplo tabu é mais uma constatação a sedimentar o caráter estigmatizado que acompanha a morte por suicídio ainda muito difundido em nossa sociedade e salientar sentimentos ambíguos por parte dos enlutados por suicídio, tendo em vista que há uma espécie de véu que acoberta e dificulta a discussão, o acesso e esclarecimento da sociedade em torno da temática (SILVA FILHO; MINAYO, 2021; FUKUMITSU, 2019a). Onde se conclui que:

É preciso mais do que o reconhecimento do que esse texto nomeou como triplo tabu, mas o desenvolvimento de estratégias, argumentos e dispositivos para diálogos sensíveis sobre a morte e o suicídio. É necessário também reconhecer as vivências e as linguagens pediátricas, escutando e autorizando, sem as amarras dos conflitos geracionais, a voz e a subjetividade de crianças e adolescentes em suas plurais expressões, manifestações, formatos e conflitos, sobretudo quando falam do seu sofrimento. (SILVA FILHO; MINAYO, 2021, p. 5)

Franco (2018), em escrita que pontua a atenção voltada para o luto em nível internacional, apresentando pesquisas e tipos de intervenção sobre luto no Brasil e em outros países, cita diferentes tipos de luto por ela estudados: o luto normal e o luto complicado, tradicionalmente entendido como luto patológico. O luto complicado advém da não aceitação

da perda do ente querido e pode vir a desencadear alterações na saúde de quem o experimenta, além de transtornos psicológicos, alterações endócrinas e psicofisiológicas (sono, apetite, nível de cortisol e mudanças comportamentais). Com relação às complicações psicológicas estão os transtornos depressivos, ansiedade, desespero, descrença e anestesia emocional.

O luto normal é o processo pelo qual o indivíduo compreende e aceita a perda do ente querido, adaptando-se à ideia de viver sem aquela pessoa. Em uma sociedade que valoriza a alegria a todo custo, o sucesso e o bem-estar e que está cada vez mais distante de experiências ritualísticas voltadas para a morte e o morrer, é mais comum a experimentação do luto complicado e todas as suas consequências.

Por fim, a autora descreve, ainda, o luto prolongado, que não substitui nem é sinônimo de luto complicado, mas acontece em decorrência deste. Ela afirma que o luto prolongado é diferente de depressão e que um dos critérios para a delimitação deste luto é relativo à gravidade dos sintomas que persistem por mais de seis meses (FRANCO, 2018).

Bowlby (2002) observou quatro fases do luto: entorpecimento, busca e saudade (anseio), desorganização e desespero e reorganização. A fase de entorpecimento corresponde ao estado de choque e conseqüente negação da realidade, características principais da primeira fase. A segunda fase, o anseio, é marcada pelo desejo de rever o ente querido, recuperá-lo, e isso pode acontecer através de sonhos, o que gera inquietação no enlutado, quando percebe que a pessoa não retornará, o que corresponde à entrada na terceira fase, que diz respeito à desorganização e desespero, associados a sentimentos de raiva, tristeza, solidão e sensação de abandono. Ao atravessar todas essas fases, a pessoa acessa a fase de reorganização, onde ela consegue se restabelecer e, embora com a saudade ainda presente, poderá se sentir mais preparada para retomar as suas atividades cotidianas, bem como se adaptar às modificações causadas pela perda. As tarefas requeridas nas fases são: aceitar a realidade da morte, vivenciar o pesar, ajustar-se a um meio ao qual o falecido não mais se encontra e retirar energia emocional e reinvesti-la em outra relação e/ou projeto/atividade.

Já para Franco (2008), por se tratar de um fenômeno complexo, o luto deve ser enxergado em cinco dimensões: dimensão um (dimensão intelectual) do luto: marcada por confusão, falta de concentração, intelectualização, desorientação e negação; dimensão dois ou dimensão emocional do luto: fase de choque, entorpecimento, raiva e culpa, alívio, depressão, irritabilidade, solidão, descrença, ansiedade, confusão e medo; dimensão três (dimensão física): marcada por alterações no apetite e conseqüente ganho e/ou perda de peso, dores de cabeça, alterações no sono, perda de interesse sexual, choro excessivo e mudanças no funcionamento intestinal; dimensão quatro (dimensão espiritual): sonhos, dor espiritual, perda

de fé, desapontamento com a prática religiosa e raiva de Deus. Por fim, a dimensão cinco corresponde à dimensão social do luto, marcada pela perda da identidade, isolamento, afastamento das pessoas, falta de interação e perda da habilidade para se relacionar socialmente.

Kubler-Ross (2017), em publicação clássica sobre a morte e o morrer, descreve a rotina de pacientes terminais e seus últimos desejos; trata dos sentimentos que acompanham este delicado momento e da falta de comunicação que envolve pacientes e seus familiares, e do quanto o resgate dessa comunicação é importante nos instantes finais, enfim, abre espaço para o que depois se conheceu por cuidados paliativos. Nessa obra, a autora elenca cinco estágios do luto vividos pelos pacientes e que depois se tornaram referência para as pessoas que vivenciam o enlutamento de modo geral. Quais sejam: negação; raiva; barganha; depressão e aceitação.

Para a autora, a negação funciona como um para-choque, depois de notícias inesperadas e chocantes, corresponde a uma defesa temporária que pode ser substituída por aceitação parcial. O segundo estágio é a raiva, na qual também se encontra a revolta, a inveja e o ressentimento, que está acompanhado de perguntas como: “Por que eu?” ou “Por que isso está acontecendo comigo?” Essa etapa vem acompanhada de sentimentos negativos que costumam afetar as pessoas e o ambiente ao redor. O terceiro estágio, denominado barganha, corresponde a uma negociação da pessoa com Deus, com a equipe médica, com familiares, com o universo, enfim, já não há mais raiva intensa, porém, a aceitação ainda não se faz presente. Há uma tentativa expressa de adiamento, geralmente feita nas conversas íntimas da pessoa com Deus.

O quarto estágio é chamado de depressão, subdividida em depressão reativa e depressão preparatória. A depressão reativa consiste em uma reação natural e muito comum em meio às perdas de ordem financeira, ou associadas a alguma debilidade física já latente. A depressão preparatória é um sinal de que a pessoa está diante de perdas iminentes – e sofre por elas deprimindo. Por fim está a aceitação – que não se deve confundir com felicidade. Nesse estágio, é como se a dor tivesse esvanecido, a luta tivesse cessado e fosse chegado o momento do repouso derradeiro antes da longa viagem. É uma fase de menos ruídos, mais silêncio e aceitação, assim como é o seu nome (KUBLER-ROSS, 2017).

Ainda sobre teorias do luto, o psicólogo Willian Worden (1998 apud OSMARIN, 2015; SAFT; ALBUQUERQUE, 2022) compreende o enfrentamento do luto, não como estágios a serem ultrapassados e sim como tarefas a serem vivenciadas. Para o autor, o modelo de quatro tarefas torna o enlutado mais ativo no processo de enfrentamento do luto.

As tarefas se subdividem em: (1) aceitando a realidade da perda; (2) lidando com a dor do luto; (3) adaptando-se ao novo ambiente e (4) honrando a memória. A primeira tarefa compreende a aceitação da realidade da perda: mesmo existindo a sensação de que a morte não aconteceu, é preciso aceitar essa realidade e perceber que o reencontro, nesta vida, não será mais possível. Consiste numa tarefa difícil, donde a pessoa enlutada pode ver pessoas na rua parecidas com o ente querido, além de outros comportamentos que tendem a negar a perda vivida, como guardar pertences e manter atividades da pessoa à espera de que ela retorne, ou até minimizar a importância do vínculo com a pessoa, no intuito de se proteger do sofrimento. Os rituais, como o velório, são importantes ações no enfrentamento da perda, uma vez que auxiliam na tomada de consciência das pessoas enlutadas, na assimilação e elaboração dos ciclos da vida (Walsh, 2005). A segunda tarefa corresponde ao processamento da dor do luto: elaborar a dor da perda, e se refere a encarar a dor e o sofrimento de perder um ente querido. É um entrar em contato mais profundo com a realidade da perda. É comum que algumas pessoas fujam desta tarefa, numa tentativa de se protegerem do sofrimento. Isso pode acontecer de diversas maneiras: através de viagens e mudanças; da idealização do ente querido; através do uso de álcool ou drogas; ou até com o surgimento de sintomas psicossomáticos.

A tarefa três requer uma adaptação ao novo ambiente, onde está faltando a pessoa que faleceu. A pessoa enlutada precisa se ajustar à perda de papéis desempenhados pelo falecido e se ajustar à sua própria vida sem a pessoa. Demanda uma reorganização espacial e uma reorganização íntima, na relação estabelecida com aquele que já faleceu. A quarta e última tarefa corresponde a honrar a memória do falecido, reposicionando-a em termos emocionais, encontrando uma conexão duradoura com a pessoa morta em meio ao início de uma nova vida: manter os laços com a pessoa falecida, permitindo que a conexão entre ambos permaneça, assumindo, no entanto, uma outra forma.

Em consonância com as teorias sobre o luto citadas anteriormente, fica clara a presença de um primeiro momento de torpor, uma confusão de realidade e fantasia, uma clara não-aceitação da realidade, tal como ela se apresenta. Com o passar do tempo e a condição emocional de enfrentamento de cada pessoa, esse estado vai sendo substituído por outro, no qual há a maior capacidade de aceitação, um lidar melhor com o sentimento de saudade e, principalmente, um reinvestimento de energia e atenção para outras coisas, projetos e/ou pessoas, o que favorece o enfrentamento e sobrevivência da pessoa enlutada.

2.5 LOGOTERAPIA E A QUESTÃO DO SENTIDO

A Logoterapia ou Análise Existencial é uma abordagem teórica, conhecida como a terceira escola vienense de psicoterapia. É uma modalidade de psicoterapia cujo objetivo fundante é o sentido de vida e o processo de busca do sentido para a existência humana. Foi criada pelo médico, neuropsiquiatra, austríaco, Viktor Frankl (1905-1997), que passou pela experiência de quatro campos de concentração nazistas. Esse teórico acreditava que a procura do homem por sentido é resultante de uma motivação em sua vida e só pode ser realizada por si mesmo, sendo considerada por ele uma experiência de despertar do ser, abarcando os mistérios da vida e, também, da morte, portanto, é uma proposta de psicoterapia que trabalha com questões relacionadas à existência humana, investigando conflitos inerentes à busca do sentido (CRUZ; AQUINO, 2020; FRANKL, 2015, 2016; SANTOS, 2016; ZAMULAK, 2015).

Nascido em uma família austríaca judia, Viktor E. Frankl foi criado sob a égide de tradições transmitidas com firmeza e amor. Caçula de três irmãos, seus pais se chamavam Gabriel e Elsa, e a partir do ambiente familiar acolhedor, pode-se dizer que Frankl teve boa referência em sua infância e que tal experiência foi determinante para a posterior criação da Logoterapia (XAUSA, 2013). Após a Primeira Guerra Mundial, assim como muitas famílias judias, a sua mergulhou na pobreza. O interesse pela Filosofia já ocorria enquanto cursava o Ensino Médio. Aos 16 anos, deu a sua primeira palestra intitulada: “Sobre o sentido da vida”, demonstrando que as questões sobre o sentido o inquietavam mesmo antes de criar a posterior abordagem teórica que trataria de questões existenciais voltadas para o sentido da vida (SANTOS, 2016).

Também foi aos 16 anos que se interessou pela Medicina, decisão essa que foi amplamente apoiada por seu pai. Ingressou na Universidade de Viena em 1924, diplomando-se médico em 1930, com apenas 25 anos de idade. Já estudante de Medicina, chegou a se envolver com o Partido de Jovens Trabalhadores Comunistas, sendo presidente dessa organização em 1924. Por conta do envolvimento com a política, decidiu permanecer em terras austríacas mesmo com a invasão alemã na Segunda Guerra. Sua juventude foi marcada pela intensa participação em movimentos sociais. Para que Frankl chegasse à criação da escola de pensamento denominada Logoterapia, aprofundou-se em teorias como a Psicanálise e a Psicologia Individual, sendo discípulo de Freud e Adler (AQUINO; VÉRAS; BRAGA; VASCONCELOS; SILVA, 2015). Sua primeira esposa chamava-se Tily Grosser, de quem foi

afastado em 1941 pelos nazistas e que veio a falecer. Seu segundo casamento foi em 1947, com Elleonore Katharina, com quem teve dois filhos (XAUSA, 2013).

Alguns estudos apontam que a Logoterapia foi pensada por Frankl antes mesmo da vivência nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Para Aquino, Vêras, Braga, Vasconcelos e Silva (2015), Frankl mencionou tal termo em palestra acadêmica pela primeira vez no ano de 1926. Vale ressaltar que seu interesse em prol da valorização da vida humana e em defesa de maior informação acerca do suicídio ocorreu antes da fundação da Logoterapia, ainda estudante de Medicina, quando da residência em psiquiatria e neurologia e atuação em hospital psiquiátrico em Viena, em ala com pacientes que haviam tentado suicídio, conhecida, também, como pavilhão do suicídio (SANTOS, 2016).

A Logoterapia é uma teoria de cunho fenomenológico existencial que apresenta como área de interesse questões existenciais e significativas do ser humano em vida. A fenomenologia é uma escola de pensamento filosófica fundada por Edmund Husserl (1859-1938), que apresenta como ponto fundamental o estudo dos fenômenos apresentados nas situações da vida, assim como a relação entre consciência e objeto. Para ele, o mundo só pode ser conhecido a partir da forma como se manifesta e essa manifestação só acontece na consciência das pessoas. A Fenomenologia busca olhar o fenômeno tal como ele se apresenta, libertando-o de encobrimentos, teorizações e interpretações sobre ele. O método fenomenológico utiliza a suspensão de juízo, ou seja, de ideias apriorísticas, para que se possa alcançar uma melhor aproximação do fenômeno. Além dos ensinamentos fenomenológicos, a Logoterapia tem como referencial teórico o existencialismo de Martin Heidegger (1889-1976), que apresenta a compreensão do homem a partir da sua existência. A filosofia existencialista prega que o ser humano é um ser responsável por suas ações e, portanto, é capaz de dar sentido à sua própria existência. Para o existencialista, o homem é responsável pela criação da sua realidade e, assim sendo, é um ser de liberdade e de angústia. Dessa forma, a Logoterapia, como teoria fundamentada pelos conhecimentos de Frankl, propõe uma vivência com possibilidades de significar e ressignificar a existência humana, tendo como base escolas filosóficas de referência. O seu objetivo é suscitar no ser humano maior responsabilidade pessoal, um encontro com seu sentido de vida, favorecendo a tomada de consciência e a liberdade para, cada vez mais, responsabilizar-se por seus atos e escolhas (FRANKL, 2016). Ele afirma:

[...] o sentido não pode ser fabricado ou pré-fabricado, e com isso quero dizer que não podemos *criar* sentido, mas somente *descobri-lo*. O que

podemos criar, porém, é a falta de sentido, o absurdo; e é neste fato que reside, segundo me parece, a raiz dessa corrente de arte cênica representada pelo teatro do absurdo. Numa época em que já não se consegue encontrar o sentido incriável, as pessoas passam a considerar o absurdo como a única coisa que podem criar por si mesmas. Falo seriamente, e o assunto não é nem óbvio nem tolo. Fazemos um teatro do absurdo para podermos pelo menos embebedar-nos de falta de sentido. Porque esta, sim, pode ser fabricada; e a fabricamos *ad nauseam*. (FRANKL, 2016, p. 59)

Para Frankl (2016), o homem é um ser biopsicosocioespiritual, porém a sua manifestação orgânica está a serviço da dimensão espiritual (noética). O autor considera que o ser humano está constantemente sendo chamado e precisa responder aos apelos da vida com clareza, discernimento, liberdade e dignidade frente ao que lhe é apresentado. O sentido de vida é uma chave de acesso às questões existenciais e permite um contato maior com o seu interior, favorecendo uma ressignificação do existir humano. As pessoas são livres para serem e estarem no mundo da forma como desejarem e a Logoterapia atua na vida do ser humano como possibilidade de autotranscendência, isto é, ao homem cabe o progresso material, moral e saúde física, bem como estabelecimento e garantia de vínculos relacionais. Todas essas instâncias são importantes. Contudo, é a capacidade de autotranscendência, a característica determinante para Frankl. Para ele, é por meio dessa capacidade que é conferido o grau de humanidade de uma pessoa. Ele afirma que o homem só pode descobrir a sua identidade e encontrar sentido na vida quando for capaz de sair de si mesmo e voltar-se ao outro, a alguma obra ou servindo à divindade.

Sobre a autotranscendência, Zamulak (2015) afirma:

Quanto maior for a disponibilidade de abertura e interação com o outro, mais saudável o ser humano é. Para Frankl (2005, p. 82), a existência humana é sempre autotranscendente, por esta razão o homem está sempre se dirigindo ao encontro de algo ou de alguém além de si mesmo. Como o olho saudável não se vê a si mesmo, o homem também funciona melhor quando se esquece de si mesmo e se entrega ao outro. Agindo dessa maneira ele desenvolve a sua sensibilidade e amplia a sua criatividade. (ZAMULAK, 2015, p. 136)

A autotranscendência confere ao homem a possibilidade de enfrentamento das mais variadas adversidades, pois é por meio desta capacidade que ele sai de si mesmo e busca encontrar um sentido para sua vida, em um movimento de profunda beleza. O fechamento em si mesmo, muitas vezes motivado por sentimentos de tristeza, apatia e depressão; outras vezes pela dor da perda de um ente querido ou a vivência de uma decepção, faz com que a pessoa deixe de vislumbrar essa possibilidade, empobrecendo a própria vida, ensimesmando-se. A

própria palavra existir deriva do latim *ex-sistere* e significa sair de si, qual seja, o ato de sair de si é um movimento natural do ser humano (FRANKL, 2016). Nas palavras do autor:

A vontade de sentido constitui, em meu entender, um dos aspectos básicos de um fenômeno antropológico fundamental a que dou o nome de *transcendência de si mesmo*. Esta autotranscendência do existir humano consiste no fato essencial de o homem sempre apontar para além de si próprio, na direção de alguma coisa que serve ou de alguma pessoa que ama. E é somente na medida em que o ser humano se autotranscende que lhe é possível realizar-se – tornar-se real – a si próprio. (FRANKL, 2016, p. 24-25)

Outro conceito em resposta ao sofrimento, trazido por Frankl, é o de autodistanciamento, que corresponde à capacidade de distanciar-se de si mesmo, para não sucumbir a problemas e dificuldades. Essa é uma ação que se aproxima a um diálogo expandido com o próprio eu; remete a uma atitude de autocompreensão, até mesmo de humor, no sentido de rir de uma situação em busca de enfrentá-la da melhor maneira possível (SANTOS, 2016).

Para além do conceito de autotranscendência e autodistanciamento, nessa teoria, há uma tríade conceitual que abrange os seguintes elementos: Sentido de Vida, Liberdade da Vontade e Vontade de Sentido. A força motriz para a realização dessa tríade conceitual é o ser humano, aqui concebido sob o ponto de vista espiritual, físico e psíquico. A dimensão espiritual é conhecida na Logoterapia como dimensão noética, que vem do grego *nous* e significa espírito. A dimensão noética assume um valor de grande relevância nessa abordagem, destacando-se em diversas passagens. Frankl concebe o homem como um ser portador de espiritualidade e que está aqui para cumprir, também, esta dimensão (FRANKL, 2015, 2016).

Na Liberdade de Vontade, está implícita a ideia de que ao ser humano é dada a liberdade de se posicionar diante de condicionantes externos, como por exemplo: uma doença, uma infância infeliz etc. Essa capacidade pressupõe escolhas e requer atitude perante os fatos. Assumir responsabilidades por meio de uma consciência mais expandida, que permite inclusive tal capacidade afluída, faz parte da Liberdade de Vontade. Esta consiste em uma atitude noética elevada perante os fatos que cercam a vida da pessoa, consiste em uma possibilidade de posicionamento, ou seja, pressupõe responsabilização (SANTOS, 2016).

Por sua vez, a Vontade de Sentido é a força motriz da autotranscendência, que se aproxima da autorrealização, do sentido da vida e do sentimento de felicidade e se opõe à vontade de poder, à Vontade de Prazer e à Vontade de Dinheiro. Explico: a Vontade de Sentido

nasce do sentimento profundo que habita todo ser humano por transcender a si mesmo, ver além das coisas que estão à sua disposição. Considera a Vontade de Sentido inerente ao homem e afirma que sua maior lição sobre essa experiência foi aprendida nos campos de concentração em que esteve: os reclusos que se orientavam em direção ao futuro e, de alguma forma, esperavam por ele, tendo uma tarefa futura a ser realizada, eram os que apresentavam maiores probabilidades de sobrevivência (FRANKL, 2016).

A falta de sentido ou o sentimento de vazio interior pode estar associado ao vácuo existencial. O vazio existencial está aqui representado pela neurose coletiva, que corresponde a uma atitude fatalista perante a vida. A atitude de neurose coletiva está ligada à perda de valores essenciais e tem sido uma atitude cada vez mais constante na sociedade atual, capitalista e imediatista em que vivemos. Uma sociedade que supervaloriza a dinâmica da produtividade e do alcance de metas em função do trabalho e esquece as metas transcendentais. A teoria de Frankl, quando nos apresenta sentido e significado, vai de encontro à realidade de consumo e objetificação apontada por Bauman (1925-2017), uma realidade de laços líquidos na qual a efemeridade é a tônica relacional (BAUMAN, 2008, 2011; SANTOS, 2016; ZAMULAK, 2015).

A atitude existencial provisória que leva o indivíduo a viver de impulsos, já que não sabe se estará vivo amanhã, também está ligada à falta de projetos pessoais e corresponde à realidade supracitada. A neurose coletiva prevê uma atitude coletivista, ou seja, o indivíduo deixa de agir por si e atribui responsabilidade à massa, não se comprometendo, assim, com a parte que lhe cabe. Fica o homem sendo instrumento do rebanho, agindo conforme a necessidade das massas, sem capacidade de reflexão e posicionamento próprio. Há aqui, também, a atitude fanática, que corresponde a quando o indivíduo não tolera atitudes e opiniões que sejam divergentes às suas (SANTOS, 2016).

Frankl (2016, p. 131) afirma que “o vazio existencial se manifesta principalmente num estado de tédio”. Posto isso, é possível entender que algumas pessoas se percebem sem sentido e com um vazio interior que pode resultar em angústia e frustração existencial. Se por um lado, tal experiência corresponde à vivência de dor e sofrimento, por outro, aponta para a necessidade de se ter um significado para se manter ativo em vida, experimentando uma sensação de preenchimento de si mesmo e, também, da experiência com as outras pessoas (ZAMULAK, 2015).

Em contrapartida ao vazio existencial, está o sentido do trabalho. Para Frankl, o trabalho tem um lugar de destaque em sua teoria e, igualmente, na vida do ser humano, por ocupar o campo em que algo único se relaciona com a comunidade, recebendo, assim, o seu

sentido e o seu valor. Aqui não se trata do trabalho pelo trabalho ou apenas ao ato de executar tarefas, mas do sentido que a pessoa dá aos seus atos nesse contexto. Muito menos é esta ou aquela profissão a determinar se haverá ou não possibilidade de sentido ao ser humano, mas sim o que ele faz dela; em suma, o essencial está em como se cria e não em o que ou quanto se cria (FRANKL, 2015; SANTOS, 2016).

Para além do sentido do trabalho, há outro conceito importante na teoria de Frankl que são os valores, que correspondem ao segundo elemento da tríade da Logoterapia. Para Frankl (SANTOS, 2016), os valores também são sustentáculos da vida. Eles podem ser entendidos como Valores de criação, Valores de experiência ou Valores de atitude. Os valores de criação estão relacionados à criação de um trabalho ou à prática de um ato. Remetem ao potencial criativo e realizador de cada pessoa, por conseguinte, são únicos e intransponíveis. É preciso utilizar a inteligência e a vontade (intencionalidade) para realizar a partir de si (sujeito) para o mundo (objeto), lançando algo ao outro.

Os valores de experiência dizem respeito a experimentar algo ou encontrar alguém e têm relação com vivência; por exemplo, a vivência de uma experiência amorosa marcante e que, por conta disso, torna-se um valor na vida da pessoa. Tais valores estão ligados a experiências de bondade, verdade e beleza, sentimentos nutritivos que agregam positivamente ao indivíduo. Aprofundando sobre os valores de experiência, vê-se que estes se referem ao que o ser humano recebe do mundo. Estas experiências se dão por meio do contato com a natureza, com a cultura e com outras pessoas; assim, está implícita aqui a necessidade do contato.

Por fim, valores de atitude dizem respeito a atitudes que tomamos perante o sofrimento. A depender da circunstância – seja ela econômica, geográfica, física ou afetiva – a única possibilidade que o ser humano possui é a atitude a ser tomada perante o fato e tal atitude, para Frankl, é um valor. Aqui, experimentando valores de atitude, o ser humano se vê perante a mais autêntica experiência de transcendência: encontrar sentido por meio de um modo digno de sofrer (SANTOS, 2016).

Na experiência cotidiana, um valor pode ter mais sentido de ser realizado do que o outro. Focalizando especialmente os valores de experiência, nota-se que é na troca afetiva dessas experiências com outras pessoas que há a possibilidade de se desenvolver uma privilegiada e intransferível realização existencial que é a experiência amorosa, ou para Frankl, o sentido do amor. Amor filial, amor entre casais, amor parental, amor entre amigos, enfim, a experiência amorosa é dotada de possibilidades de sentido para o ser humano. Ele escreve:

O amor é a única maneira de captar outro ser humano no íntimo da sua personalidade. Ninguém consegue ter consciência plena da essência última de outro ser humano sem amá-lo. Por seu amor a pessoa se torna capaz de ver os traços característicos e as feições essenciais do seu amado; mais ainda, ela vê o que está potencialmente contido nele, aquilo que ainda não está, mas deveria ser realizado. Além disso, através do seu amor a pessoa que ama capacita a pessoa amada a realizar estas potencialidades. Conscientizando-a do que ela pode ser e do que deveria vir a ser, aquele que ama faz com que estas potencialidades venham a se realizar. (FRANKL, 2008, p. 136)

Na lógica dos conceitos, há, ainda, a tríade trágica apresentada por Frankl, que corresponde à dor, à culpa e à morte. Aqui, o sentido não está apenas presente nas experiências alegres, mas também pode ser encontrado nas vivências trágicas, a partir da atitude que se tem diante daquilo que é imutável, uma atitude de dignidade e coragem, da qual se originam estudos sobre resiliência. Frankl não valoriza o autoflagelo como experiência de sentido. Ele busca afirmar valores positivos, atitudes de enfrentamento e a possibilidade de se encontrar sentido para a vida mesmo em face de perdas e sofrimentos. Para tanto, ele afirma que esse sentido é incondicional, tendo em vista que é revelado mesmo em situações mais adversas (FRANKL, 2015; SANTOS, 2016).

Por fim, o suprasentido excede e ultrapassa a capacidade intelectual finita do ser humano. O que se requer da pessoa não é aquilo que alguns filósofos existenciais ensinam, ou seja, suportar a falta de sentido da vida; o que se propõe na Logoterapia é, antes, suportar a incapacidade de captar, em termos racionais, o fato de que a vida tem um sentido incondicional. O *logos* é mais profundo que a lógica, isto é, o suprasentido está para além de explicações racionais (FRANKL, 2008; SANTOS, 2016).

Diante do exposto acima, fica clara a necessidade de se refletir sobre a transitoriedade da vida, através do exercício de conscientização sobre ela, identificando escolhas e responsabilidades perante os fatos ocorridos. A todo e qualquer momento a pessoa precisa decidir, para o bem ou para o mal, qual será o monumento da sua existência (FRANKL, 2008).

Nesta pesquisa, em que a proposta é escutar a experiência de mães que perderam filhos por suicídio, pretende-se verificar a possibilidade de um resgate do sentido existencial para suas vidas, assim como verificar a existência da capacidade de autotranscendência e da realização do suprasentido, algo que esteja e que se efetive para além da esfera de tão dolorosa perda e que as mantenha em vida, algo que sirva como motivador existencial. A Logoterapia revela-se uma abordagem teórica eficaz, ao apresentar conceitos e elementos que

possibilitam a reflexão sobre a importância de se ter um propósito em vida e que tal meta seja sempre renovada. A partir da vivência de um propósito existencial, a pessoa pode enfrentar as mais variadas dificuldades, pois é sabedor da existência de algo que transcende a sua humanidade, que o mantém em vida, realizando seus valores.

Conforme define Frankl (2016), a palavra *logos* vem do grego e significa sentido. Para Frankl (1986 apud ROEHE, 2005), ser homem é viver na responsabilidade porque é ser livre. Livre para decidir algo ou fazer e dar possibilidades para a liberdade, porém, a liberdade é limitada. Haverá situações nas quais não teremos como escolher não presenciar. Nesse exato momento, precisamos refletir sobre a liberdade humana defendida por Frankl (ZAMULAK, 2015).

O homem não é livre de suas limitações, mas pode se posicionar diante delas. Ele tem a liberdade para se apresentar à medida que as situações forem sendo colocadas, para que, dessa maneira, possa transcender sua vida, e assim, assumir responsabilidade por esta (FRANKL, 1986 apud ROEHE, 2005). A busca do sentido é uma tarefa individual e é preciso estar preparado para a responsabilidade sobre aquilo que nos move.

3 METODOLOGIA

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002) escrevem que o método não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado. Também descrevem como objetivo essencial do método as aplicações regulares dos procedimentos científicos. Para eles, existe uma grande diferença entre as trilhas mecanicamente traçadas sobre a pesquisa, da progressão lenta proposta por um verdadeiro discurso de método sociológico.

Nesse sentido, o método corresponde a uma forma estruturada de fazer perguntas à natureza a fim de obter determinadas respostas, criando regras para que o objetivo pretendido seja atingido. Eles escrevem:

Para ultrapassar esses debates acadêmicos e as maneiras acadêmicas de superá-los, é necessário submeter a prática científica a uma reflexão que, diferentemente da filosofia clássica do conhecimento, aplica-se não à ciência já constituída, [...], mas à ciência em vias de se fazer. Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p. 17)

Para tanto, tais autores afirmam que uma vez “embarcados” no fazer científico, faz-se necessário utilizar todas as ferramentas técnicas objetivando a verificação experimental, ressaltando a impossibilidade da existência de um pesquisador impecável, por este se tratar de um ser humano.

Diferentes áreas do conhecimento se ocupam do estudo das relações humanas e sociais. A Antropologia, a Psicologia e a Sociologia são algumas dessas áreas, cuja investigação perpassa por fenômenos sociais, psicológicos, econômicos, educacionais e culturais, dentre outros.

Pesquisas realizadas no campo das Ciências Sociais se utilizam de métodos quantitativos e qualitativos. Ambos os métodos pressupõem um esforço cuidadoso para a realização da investigação proposta, com objetivo de descoberta de novos conteúdos e/ou a comprovação de informações já existentes.

3.1 DELINEAMENTO

O presente estudo caracteriza-se por ser qualitativo. A pesquisa qualitativa corresponde, metaforicamente, a uma mistura de texturas, fios, cores que, juntos, produzem um tecido colorido e único, todavia, de não tão fácil assimilação pela sua complexidade. Para designar com mais propriedade tal modalidade de pesquisa, Creswel (2014) elenca diferentes abordagens que correspondem à sua subdivisão. São elas: a pesquisa narrativa, a fenomenológica, a teoria fundamentada, a etnografia e os estudos de caso. Já em Minayo (2014) as modalidades da pesquisa qualitativa são subdivididas em fenomenologia sociológica, etnometodologia, interacionismo simbólico, histórias de vida e os estudos de caso, sendo a modalidade escolhida para este estudo as histórias de vida.

Portelli (1997), em texto intitulado “Tentando aprender um pouquinho”, escreve acerca da prática da pesquisa qualitativa utilizando a História Oral e ressalta algumas características essenciais ao entrevistador. A saber: a ética, a transparência, o respeito ao próximo, o compromisso com a verdade, o uso de boas maneiras. Considera tais valores essenciais para o bom desenvolvimento da pesquisa, conduzindo uma ação respeitosa para com o entrevistado, tratando da história contada por ele como uma arte, algo singular, reconhecendo-o em suas particularidades. Afirma, ainda, que a História Oral está vinculada à subjetividade, à memória, ao discurso e ao diálogo. Sobre o fato de “aprender um pouquinho”, revela uma característica essencial ao entrevistador: a humildade.

Biasoli-Alves e Dias da Silva (1992) apontam tal abordagem como um caminho alternativo à rigidez positivista e consideram a ética e a seriedade do entrevistador fatores preponderantes para o sucesso de tal abordagem. As autoras elaboram, partindo das próprias experiências com pesquisas qualitativas, alguns pressupostos para o sucesso da utilização dessa metodologia. São eles: a necessidade de obter dados dentro de um contexto, a sistematização dos dados e a composição dos resultados para a redação. Sobre a obtenção dos dados, as autoras afirmam:

Esse formato pede também uma formulação flexível das questões, cuja sequência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui naturalmente no momento em que entrevistador e entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas abertas, destinadas a “evocar ou suscitar” uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados, surgindo então a oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa

captação, na íntegra, da fala dos sujeitos. (BIASOLI-ALVES; DIAS DA SILVA, 1992, p. 64)

Sobre a sistematização dos dados, as referidas autoras destacam a importância da revisão da literatura específica; a importância das anotações dos dados obtidos para que nenhuma informação se perca e a partilha de tais informações com outro pesquisador, objetivando uma construção mais rica, com um gradativo afinamento de dados. Sobre a composição dos dados para a redação, apontam para o cuidado com a linguagem utilizada na escrita, para a seriedade do pesquisador na transcrição dos dados e, por fim, para a relevância do tempo, da disponibilidade e do conhecimento do pesquisador na área pesquisada, garantindo, assim, a transferência do conhecimento.

Yin (2016) relembra que as entrevistas qualitativas não seguem roteiros rígidos, apesar de o entrevistador portar um roteiro de entrevistas previamente estabelecido. Afirma que o contexto e o ambiente da entrevista podem influenciar no bom andamento da mesma, assim como aponta para um modelo conversacional de realização de entrevistas: menos engessado e mais participativo. Sendo assim, as entrevistas qualitativas exigem do pesquisador uma escuta apurada, um esforço sistemático, por parte do entrevistador, no sentido da escuta e compreensão do que as pessoas dizem.

Para Godoy (1995), o método quantitativo foi imperativo e mais utilizado até meados do século XX, por possuir um plano de estudo preciso, com hipóteses especificadas e variáveis bem definidas, assegurando o pesquisador de eventuais erros ou surpresas, firmado por pressupostos positivistas.

Entretanto, o caráter subjetivo existente quando se trata de seres humanos é mais contemplado na perspectiva da pesquisa qualitativa. Apesar de também possuir pressupostos definidos, ela se dá por meio de entrevistas, da observação de campo, da descrição de diálogos e do contato com as pessoas entrevistadas, conferindo a esse método um aspecto mais humanizado de investigação (YIN, 2009; YIN, 2016; MINAYO, 2014).

Ao escolher o formato de pesquisa qualitativa, visou-se essencialmente a qualidade dos dados coletados. Para a realização desta tese de doutorado, foi escolhida a modalidade histórias de vida, objetivando o aprofundamento nas narrativas das mães entrevistadas, tendo em mente que, ao narrar, a pessoa não conta a totalidade da sua vida, e sim, a versão possível compreendendo a sua experiência e seu envolvimento com os fatos narrados, bem como, compreendendo que a pessoa entrevistada reflete sobre a situação vivida enquanto narra, buscando um fio condutor que lhe dê sentido (MINAYO, 2014). Portanto, o investigador

explora um conteúdo delimitado a partir do que é narrado, ciente de que nunca encontrará a verdade, e sim, a versão situada dos participantes nos episódios narrados (CRESWEL, 2014; MINAYO, 2014; YIN, 2009).

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

Foram entrevistadas seis mães cujos filhos adolescentes cometeram suicídio. As mães foram entrevistadas em local de sua conveniência, a saber: das seis mães entrevistadas, três entrevistas foram realizadas por via on-line e três entrevistas foram realizadas presencialmente. Para as entrevistas realizadas na modalidade on-line, foi utilizada a plataforma virtual GoogleMeet.

Das seis mães entrevistadas, quatro foram indicadas pela pesquisadora, psicóloga e suicidologista Karina Okajima Fukumitsu, cujas pesquisas recentes versam em torno da temática do suicídio e enlutados por suicídio. As duas mães que compuseram a pesquisa, foram indicadas por outra participante da mesma. Todas elas foram acessadas por meio de contato telefônico. Posteriormente, após o aceite, duas mães foram entrevistadas na cidade de São Paulo (e ABC Paulista), local de sua residência; uma mãe foi entrevistada em Salvador (Bahia) e, em virtude da pandemia do coronavírus; três destas entrevistas foram realizadas por via on-line, totalizando as seis entrevistas realizadas.

É válido ressaltar que os nomes das mães entrevistadas e os de seus filhos foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar o sigilo da(o)s mesma(o)s, bem como todos os cuidados envolvendo o sigilo, no ato das entrevistas, foram tomados, a fim de preservar os relatos das entrevistadas. Algumas dessas mães frequentaram o grupo Transformador em Amor: acolhimento aos enlutados por suicídio, gerido pelo Núcleo de Assistência Social (NAS) do Instituto Sedes Sapientiae, na cidade de São Paulo, coordenado por Karina Okajima Fukumitsu.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos das mães entrevistadas e seus filhos(as)

Nome Fictício	Idade	Nível de Escolaridade	Estado Civil	Profissão	Local de Residência	Quantidade de Filhos	Nome do(a) filho(a) focalizado(a) no estudo	Idade do(a) filho(a) focalizado(a) no estudo¹
Elaine	57 anos	Nível Superior	Casada	Psicóloga	Santo André (SP)	01 (falecido)	Flávio	15 anos
Helena	48 anos	Ensino Médio	Casada	Inspetora de Alunos	São José do Rio Preto (SP)	02 (um falecido)	Carlos	16 anos
Samira	54 anos	Nível Superior	Casada	Médica	Florianópolis (PI)	03 (um falecido)	João Carlos	19 anos
Tatiana	57 anos	Nível Superior	Casada	Publicitária e Professora de Francês	São Paulo (SP)	03 (um falecido)	Miguel	14 anos
Terena	48 anos	Nível Superior	Casada	Corretora de Seguros	São Bernardo do Campo (SP)	02 (um falecido)	Maria	19 anos
Verena	43 anos	Nível Superior	Divorciada	Diretora de Marketing	Londres (Inglaterra)	02 (um falecido)	Soraia	13 anos

Elaboração: Autoria própria.

Fonte: Dados de pesquisa.

¹ * Idade no momento do falecimento do/da adolescente/jovem em questão.

3.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados, optou-se pelo uso de entrevistas: estas, quando utilizadas em estudos qualitativos, possibilitam ao pesquisador coletar indícios dos modos como cada participante percebe e significa a sua realidade.

Foi elaborado pela doutoranda um roteiro semiestruturado de entrevista (APÊNDICE A) contendo: (a) dados de identificação; (b) como foi o tempo de vida do(a) filho(a), assim como o sentido de sua vida; (c) o dia em que o(a) filho(a) morreu e o sentido de sua morte; (d) os primeiros dias e meses após o falecimento do(a) filho(a) e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães em face da morte do seu(sua) filho(a); (e) sentido da vida e do futuro após o falecimento do(a) filho(a); (f) a experiência de maternidade antes e após a morte do(a) filho(a); (g) impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares.

Para Richardson (1999), o roteiro cumpre duas funções: descrever as características e medir variáveis de um indivíduo ou um grupo social. Ainda segundo o referido autor, é de responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado, e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes das do pesquisador.

Yin (2016) apresenta competências que transcendem à habilidade técnica, quando da realização de entrevistas qualitativas. São elas: a habilidade de escutar – habilidade que ultrapassa o senso de audição e convoca todos os sentidos, inclusive a intuição do entrevistador; a capacidade de fazer boas perguntas; conhecer o tema estudado; ter cuidado com o armazenamento dos dados coletados; a habilidade de executar tarefas paralelas (ouvir uma narrativa importante oriunda de um entrevistado ao mesmo tempo em que se está pensando sobre a próxima pergunta a ser feita e/ou observa-se o entorno) e, por fim, desenvolver a perseverança; virtude essencial em se tratando de pesquisas qualitativas, onde há a possibilidade de o entrevistador vivenciar frustrações e incertezas de diversas ordens.

Dito isso, as entrevistas qualitativas deste estudo foram realizadas em local de conveniência das mães entrevistadas. Algumas delas, em virtude da ocorrência da pandemia do coronavírus, foram efetivadas por via on-line. Ainda assim, ressalto que a pesquisa não ofereceu nenhum risco à integridade física ou moral das participantes, e a pesquisadora disponibilizou suporte psicológico para as mesmas, caso sentissem algum desconforto decorrente das entrevistas.

3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (PROCESSO N 138900/2020- CAAE 40593020.7.0000.5628). As mães com filhos adolescentes falecidos por meio de suicídio, foram acessadas por meio de contato telefônico. Posteriormente, após o aceite das mesmas, duas mães foram entrevistadas na cidade de São Paulo (e ABC Paulista), local de sua residência, uma mãe foi entrevistada na cidade de Salvador (Bahia) e, em virtude da pandemia do coronavírus, as três demais mães foram entrevistadas por via on-line, utilizando a plataforma GoogleMeet. Para as mães que aceitaram participar da investigação, foi entregue o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B) e agendado local e horário para a realização da entrevista gravada. As participantes que porventura apresentassem sofrimento psíquico durante a realização da entrevista seriam encaminhadas para atendimento psicossocial.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

O processo de análise de dados compreende uma tarefa desafiadora para pesquisadores qualitativos, pois corresponde ao momento em que este irá definir de que forma apresentará os dados coletados. Para esta apresentação, é recomendável o uso de textos, imagens e tabelas, fazendo uma codificação e organização dos temas, representando os dados e a interpretação destes, correlacionando com a teoria previamente estudada (CRESWEL, 2014).

As mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas as quais a sociedade contemporânea está submetida, afetam o campo da construção do saber científico, considerando que todo pesquisador é um ser integrado ao mundo e não existe conhecimento científico e produção do saber que estejam acima ou fora da realidade. Na esteira dessa afirmação, Minayo (2014) assegura que:

[...] cultura não é apenas um lugar subjetivo, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é o *locus* onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há nada humano sem significado e nem apenas uma explicação para os fenômenos. (MINAYO, 2014, p. 31)

As abordagens qualitativas se aplicam a estudos da história, das relações, das representações, das assunções, das percepções e opiniões, produtos das interpretações que os

seres humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (CRESWEL, 2014; MINAYO, 2014).

Como parte da concretização desta tese de doutorado, foram realizadas entrevistas com mães enlutadas por suicídio de seus filhos adolescentes, uma temática de dupla complexidade: a experiência do luto materno e o luto materno por meio de suicídio. Um dos efeitos da complexidade supracitada foi a aceção de entrevistas muito longas, com uma média de duração de duas a três horas por entrevista e extenso conteúdo transcrito, cujas leituras e releituras - tendo como foco os objetivos geral e específicos descritos, derivaram na elaboração de núcleos de sentido diversificados, até a formatação dos núcleos de sentido tal como se apresentam nesta tese.

Subdivididas em fenomenologia sociológica, etnometodologia, interacionismo simbólico, histórias de vida e estudos de caso, para este estudo específico, cujo aspecto essencial é a narrativa das mães enlutadas e as suas percepções acerca dos fenômenos que se lhes ocorreram, a modalidade cabível são as histórias de vida, mais precisamente as narrativas de vida, que são verdadeiros testemunhos que as pessoas oferecem sobre os fatos, ou como afirma a autora:

[...] as narrativas de vida nunca serão uma verdade sobre os fatos vividos e, sim, uma versão possível que lhes atribuem os que vivenciam os fatos, a partir dos dados de sua biografia, de sua experiência, de seu conhecimento e de sua visão do futuro. (MINAYO, 2014, p. 154)

Para Thompson (1978 apud MINAYO, 2014), a tríade história oral, história de vida e narrativa de vida, visa a reconstrução histórica e factual, permitindo acessar as experiências não documentadas, sobretudo as histórias de categorias sociais menosprezadas, evidenciar significados subjetivos de eventos do passado, explorar aspectos da experiência histórica raramente registrados e engajar os investigadores em relacionamentos humanos ativos na observação dos fatos.

Seguindo a análise das seis entrevistas realizadas e partindo das expressões concretas utilizadas pelas entrevistadas, foi feito um exame conjunto de todas elas, donde se pretendeu atingir o sentido geral das experiências vividas, assim como atender à necessidade de responder aos objetivos aqui firmados. Sendo assim, foram elencados núcleos de sentido, que correspondem a uma mesma orientação dos dados coletados e organizados em três eixos. Os eixos compreendem: (1) impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares; (2)

atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a); (3) estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães em face da morte de seu(sua) filho(a).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

[...] aconteceu uma coisa muito estranha. Quando acontecem coisas estranhas, você tem que prestar atenção (Tatiana).

Toda essa escrita foi norteada por sucessivas ocorrências de coisas estranhas. Orientações e sinais. Escutar mães enlutadas por suicídio de seus filhos faz parte do desvelamento dessas “coisas estranhas”, desse chamado. Uma mãe enlutada pela morte de seu filho tem no coração uma ferida, na vida um ensinamento e muita história para contar. Que eu possa servir de instrumento e porta-voz por meio desta escrita.

Este item será apresentado em três eixos de análise que tentam dar conta dos sentidos e ações das mães face ao suicídio de seus filhos adolescentes.

O eixo 1, denominado *Impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares*, está organizado em dois núcleos de sentido: um se refere apoio nas relações familiares e o outro à valoração da maternidade. Além desses núcleos, ele está composto pelo estigma sofrido pelas mães familiares.

O eixo 2 foi denominado *Atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a)*, e abarca os sentidos dados à morte do adolescente.

O terceiro eixo de análise consiste nas *estratégias de enfrentamento* utilizadas pelas mães face ao falecimento de seu filho(a). Consistem nos seguintes núcleos de sentido: transcendência e espiritualidade; e resiliência. A resiliência, por sua vez, foi observada como: práticas terapêuticas; trabalho; falar/escrever sobre; e servir ao próximo.

4.1 EIXO 1: IMPACTO DA MORTE DO(A) FILHO(A) NAS RELAÇÕES FAMILIARES

4.1.1 Núcleo de sentido 1: Apoio nas relações familiares

[...] creio numa força imanente que vai ligando a família humana numa corrente luminosa de fraternidade universal. Creio na solidariedade humana. Creio na superação dos erros e angústias do presente [...] Antes acreditar do que duvidar (Cora Coralina).

Apesar do intenso dinamismo intersubjetivo percebido nas relações conjugais e parentais, a instituição familiar permanece como importante núcleo da sociedade contemporânea, local de troca de ensinamentos e de valores e ambiente no qual se encontram

as pessoas com as quais se compartilha a vida (DONATI, 2008; ARRIAGADA, 2009; FONTOURA; MOREIRA, 2019; PETRINI, 2003; RABINOVICH; MOREIRA, 2011; SCABINI, 2012; WALSH, 2005).

Walsh (2005), em escrito sobre o fortalecimento da resiliência familiar, elenca elementos fundamentais para a resiliência familiar, quais sejam: os sistemas de crenças familiares que abrangem valores, convicções, tendências e atitudes que se misturam para formar um conjunto de premissas básicas que desencadeiam reações emocionais, informam decisões e guiam ações; os padrões/processos organizacionais, que versam sobre a conexão entre as pessoas, o senso de cooperação e suas capacidades adaptativas e, por fim, e os processos de comunicação, que incorporam clareza, abertura e capacidade de resolução colaborativa de conflitos. A autora afirma que os processos de proteção estimulam a resiliência diminuindo o impacto do estresse, promovendo a recuperação. Acredita, também, que é no processo de pequenas vitórias que as famílias criam competência e confiança.

Dentre os resultados encontrados, é perceptível a rede de apoio formada entre os familiares e os processos de proteção entre as pessoas, bem como o quanto esta rede de apoio é elementar na travessia da dolorosa experiência da morte por suicídio. Fica explícito, também, o quanto o processamento das pequenas vitórias é importante e colabora para a formação de uma totalidade mais coesa, cotidianamente. Houve unanimidade no que diz respeito à importância da família no atravessamento do luto por suicídio, quando perguntadas sobre o impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares. Todas as seis entrevistadas valoraram positivamente a presença da família. Como afirma Elaine:

Aí eu chegava em casa minha mãe estava aqui, tinha feito comida, dormia aqui com a gente, de manhã a gente saía para trabalhar minha mãe ia embora [...] uma apoiava a outra, porque uma não quer ficar vendo a outra triste, fica de alguma forma tentando acolher [...] eu acho que ela pode até ter alterado positivamente [...] as pessoas achavam que quando o Flávio morreu a gente ia se separar [...] na realidade a gente acabou se aproximando mais [...] com a minha família de uma forma geral [...] parece que aproveitamos mais as oportunidades [...] nunca teve cobrança, apontar dedo, nada a respeito disso [...] interferiu positivamente. Teve essa aproximação. Acho que mexeu com todas as pessoas e não dá para ser diferente. Desde os meus pais, irmãos, sobrinhos [...] todo mundo foi muito afetado, mas eu acho que afetado de forma positiva. Eu vejo dessa forma (Elaine).

Os sistemas de crenças compreendem senso de pertencimento, otimismo e confiança, manutenção da esperança e crença em algo maior. O senso de pertencimento está presente na afirmação da entrevistada acima, quando do fortalecimento dos laços de aproximação com sua

mãe e com demais familiares. Os valores presentes nos sistemas de crenças são transmitidos pelo exemplo em determinadas circunstâncias (como na descrita acima). A mãe de Elaine, no simples ato de cozinhar para sua filha – mesmo sentindo a dor da perda no lugar de avó, através de seu exemplo, fortalece o valor da união, o senso de coragem e o encorajamento de sua filha, valores necessários para a realização das pequenas tarefas do dia a dia (WALSH, 2005).

É de Helena a seguinte afirmação: “[...] os primeiros meses foram difíceis e eu tinha de ser forte por causa de meu marido [...] a gente tem de viver para aqueles que ficaram”. Samira afirma:

[...] os meninos estão bem, às vezes um está meio para baixo, mas evitamos chorar na frente deles, porque na cabecinha deles vai ficar, poxa mamãe tem a gente e vai viver agora só chorando, mas nós estamos aqui. A gente fica olhando para eles e imaginamos o que eles gostariam de ouvir e achamos que é que nós estamos aqui, que nós os amamos, que tudo continua igual, apesar do irmão não estar mais, apesar da saudade e apesar da dor. Vamos continuar vivendo juntos e nossa família vai continuar sendo unida [...]” e segue com afirmação voltada para a família extensa: “[...] nossa família que já era unida ficou mais unida [...] todo mundo em oração, sempre ligando, dando apoio e todos os dias aquele monte de cunhados mandando mensagens e todo mundo perguntando como a gente estava. Meu pai, minha mãe, mesmo distantes sempre me dando apoio [...] se tinha divergência com alguém da família isso acabou diante dos cuidados, da atenção, do amor que todo mundo nos deu e da atenção que todos tiveram com a gente (Samira).

Para Tatiana, ficou mais forte a vontade de estar com a família e seguir com ela, independente de qualquer trabalho e/ou circunstância. É dela a seguinte afirmação:

[...] ficamos uma semana todo mundo dormindo no mesmo quarto, meu filho do lado, eu e minha filha na cama e meu marido no chão [...] todo mundo em choque, meu marido, eu lembro de uma noite, ele começou a chorar: “Eu posso ficar com vocês?”. Ficamos nós três na cama dormindo [...] estamos mais juntos (Tatiana).

A mudança de perspectiva com relação à família ocorreu também com Terena: “[...] outra coisa que eu não faço de jeito nenhum mais é [...] deixar meu filho ou meu marido, meu pai, minha mãe em segundo plano”. Terena inclusive se organizou para fazer visitas regulares aos pais, o que não acontecia antes da morte da sua filha, inclusive considerando esse um movimento importante dentre as estratégias encontradas por ela para lidar com o falecimento da filha. Parece haver uma mudança de perspectiva com relação à priorização do trabalho em detrimento da família. Um movimento pessoal e profissional no sentido de estar mais

próximas aos outros filhos e respectivos cônjuges, valorizando-os mais do que as suas vidas profissionais, como outrora fizeram. Como afirma Arantes (2016):

Parece que cai bem socialmente dizer que você não teve tempo de almoçar, não teve tempo de dormir, não teve tempo de mexer o corpo, de rir, de chorar; não teve tempo de viver. (ARANTES, 2016, p. 30)

Por fim, Verena reconhece o apoio vindo de sua mãe, apesar das dificuldades na convivência entre ambas: “[...] hoje minha mãe me ajuda muito, mas eu nunca morei com minha mãe. Agora estou morando com ela e sei que ela está tentando ao máximo me ajudar [...] ela tenta ajudar muito do jeito dela”. Samira conclui: “Nunca teve tanto amor pelo lado da minha família, pela família do meu marido, pelos meus filhos e pela minha enteada, eu nunca me senti tão amada”.

Para Frankl (2016), os valores são o sustentáculo da vida. Ele os subdivide em três tipos: valores criativos, valores de experiência e valores de atitude. Os valores criativos correspondem a tudo aquilo que o homem é capaz de criar, em especial o seu trabalho, ressaltando que o sentido não está no que se faz, mas como se faz. Os valores de atitude correspondem às atitudes perante as situações que se apresentam, donde Frankl (2016) afirma que é possível encontrar sentido mesmo em face ao sofrimento, e esse sentido está vinculado à atitude tomada, a como se porta a pessoa diante dos fatos. Por fim, os valores de experiência estão ligados à contemplação do belo, de tudo aquilo que enriquece as pessoas e que correspondem a bondade, verdade e beleza. Experimentar viver os valores são possibilidades de se encontrar sentido para a vida. Nas narrativas das mães supracitadas, percebe-se a presença dos valores de experiência apontados por Frankl (2016). Os valores de experiência aqui presentes correspondem ao contato, ao relacionamento com alguém, e dada a relevância desse relacionamento é que ele se torna um valor na vida da pessoa. Dessa forma, há a possibilidade de atribuição de sentido no exercício desse valor de experiência, a exemplo das narrativas acima, quando algumas das mães explicitam cuidados com outros familiares também enlutados; quando vislumbram mudanças significativas em suas rotinas a fim de melhorarem a qualidade da presença e relacionamento com os demais; quando da preocupação com a manutenção da sua saúde mental, em função dos outros filhos; enfim, os valores despertam sentimentos nobres de doação, bondade, generosidade e beleza, capazes de sustentar uma pessoa em momentos dolorosos. Por gerarem sentimentos altruísticos, agregam positivamente ao indivíduo.

4.1.2 Núcleo de sentido 2: Valoração da maternidade

Fico admirado quando alguém, por acaso e quase sempre sem motivo, me diz que não sabe o que é o amor. Eu sei exatamente o que é o amor. O amor é saber que existe uma parte de nós que deixou de nos pertencer. O amor é saber que vamos perdoar tudo a essa parte de nós que não é nossa. O amor é sermos fracos. O amor é ter medo e querer morrer (José Luís Peixoto).

A maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher, capaz de fazê-la transcender a si mesma na vivência do amor por seu filho. Em geral, mulheres almejam conquistas profissionais, sem, contudo, abandonar o anseio pela maternidade. Ao entrevistar mães enlutadas por suicídio de seus filhos adolescentes, constatou-se a unanimidade do sentimento de permanência da maternidade dos filhos, apesar de não estarem mais presentes fisicamente, ressaltando o altruísmo e a grandeza do amor materno, considerado o mais sagrado de todos os vínculos emocionais (FROMM, 2015). Em conformidade com a afirmação supracitada, está inscrita a seguinte fala:

[...] pra mim o sentido da vida era ele de fato. Se me perguntassem e até hoje se alguém me perguntar, qual foi a maior alegria na sua vida? Foi o nascimento dele [...] eu sempre dizia isso para ele que eu gostava muito de ser mãe dele [...] a melhor coisa que eu vivi de fato foi a maternidade (Elaine).

Sobre o aspecto transcendental associado à maternidade, Samira e Tatiana afirmam: “[...] a maternidade é a parte mais linda da vida de uma mulher. Até essas mulheres que dizem que não querem um dia elas vão querer de fato [...] para mim, a maternidade é algo divino” (Samira). Ao que Tatiana acrescenta:

[...] você tem que dar sentido pra morte do teu filho [...] ele não morreu à tôa. Eu não posso deixar meu filho [...] que amo tanto na minha vida [...] não posso falar assim: “Ele fez isso porque... ah, porque a menina não deu bola”. Eu não posso deixar [...] ele é muito mais do que um número. Ele representa muito mais do que isso. Ele representa a reconexão com a vida [...] (Tatiana).

A seguir, também na narrativa de Tatiana, há um sentimento de ambivalência associado à maternidade, que corrobora com estudo realizado por Lemos e Kind (2017), cujo conteúdo envolve dedicação, disponibilidade, normatividade, esgotamento, presença de conflitos e muitas transformações associadas à mesma:

A maternidade, então, é um aprendizado. É só isso que eu penso. É um aprendizado e eu acho que muitas vezes dolorido. É cinquenta por cento de você passar [...] uma boa convivência com os filhos, ou não. Cinquenta por cento sim, cinquenta não. Dor, muitas dores. Ou alegrias, com poucas dores, né? Então, acho que alegria total... acho que é difícil, né? Mas eu tenho” (Tatiana).

Ainda na narrativa de Tatiana, é perceptível a manutenção da maternidade, mesmo em face da ausência física do filho: “[...] por isso eu nunca falo perder, a gente não fala “perdi meu filho”, porque eu não perdi, eu nunca perdi o meu filho, só não tô vendo, ele tá em outro lugar [...]” (Tatiana). O sentimento de continuidade da maternidade se apresenta, também, nas falas a seguir:

[...] eu me sinto mãe dele ainda e sempre me senti, como eu falei do Dia das Mães [...] as pessoas no primeiro Dia das Mães ficam com aquela coisa, e agora? Cumprimento ou não cumprimento? Mas sempre me cumprimentam no Dia das Mães [...] essa relação é muito forte ainda e vai ser para sempre (Elaine).

Ao que acrescenta Verena: “[...] não tem a pessoa para beijar, mas o sentimento está lá. A maternidade é a melhor coisa do mundo. A gente morre junto e uma metade minha morreu naquele dia, a outra metade está aqui existindo. No dia que ela morreu eu morri junto, com certeza” (Verena). Sobre a presença na ausência, é de Helena a seguinte fala:

[...] tem hora que eu me revolto comigo mesma e falo assim: Poxa vida! Como eu amo os meus filhos. E não é amava não, porque ele morreu. Eu amo ele até hoje. No quarto dele tem foto, eu passo de manhã que hoje é um quarto de vestido, ninguém quer bulir nele, todo mundo acha que virou uma espécie de santuário. Ainda tem umas coisas dele nesse quarto e eu ainda tenho o hábito de todo dia de manhã passo, mando beijo e falo eu te amo e bom dia. Não sei se ouve, se outra coisa, mas aquele sorriso nas fotos é que me dá força para continuar vivendo, é meu filho e vai continuar sempre sendo meu filho [...] (Helena).

O fenômeno identificado nas narrativas acima descritas, de permanência de um modo-de-ser-mãe mesmo em face da morte de seu(s) filho(s), corresponde, primeiramente, a um modo de existir significativo em nossa cultura, que é a maternidade (FONTOURA; MOREIRA, 2019; FREITAS; MICHEL, 2014; PONTES, 2016; SERRA; FREITAS, 2020). Estudos sobre luto materno apontam para outros modos de enlutamento, onde há mudança de status social: de casado para viúvo, de filho para orfão, mas a mãe não adquire um novo lugar, ela permanece sendo mãe. Faz-se necessária uma ressignificação deste lugar, tendo em vista sua relevância (FREITAS; MICHEL, 2014; SERRA; FREITAS, 2020).

Serra e Freitas (2020) refletem sobre a experiência desorganizadora que é o luto materno por suicídio, devido à relação com a pessoa perdida e a natureza desta ligação. Retratam o sentimento de culpa que envolve a vida dessas mães, como se algo pudesse ter sido feito para que o suicídio tivesse sido evitado. Há uma sensação de impotência que permeia o discurso das mães, que gera uma desorganização em suas vidas, muito influenciada pelo estigma atribuído ao suicídio, ao sentimento de onipotência da mãe e o confrontar-se com a impotência e, por isso, em geral, as mães se percebem diante de polaridades distintas, dentre outros sentimentos ambivalentes (SERRA; FREITAS, 2020).

Nas narrativas seguintes, percebe-se a dedicação e a amorosidade presentes na experiência da maternidade: “[...] eu procurava ajuda, livros de como ser mãe de menina adolescente. Eu estava sempre arrumando uma maneira ideal para falar com ela [...]” (Verena). Sobre o amor:

[...] eu falava para ela que amava muito umas 10 vezes por dia no mínimo [...] enquanto você viver, ele vai viver dentro de você. Então, firme aí, firme e forte aí porque você tem muito chão ainda pra percorrer [...] a gente tem que arrumar algum jeito de canalizar esse amor [...] (Terena).

Amar e ser amado é uma questão, uma meta, um fundamento da existência humana. Poetas, filósofos, escritores, pessoas comuns, estudiosos de todos os tipos teorizam sobre o amor, quando na verdade, há um caráter de mistério que envolve amar e ser amado; as relações amorosas entre casais, as relações entre familiares, relações entre pais e filhos, relações entre amigos, enfim, todo tipo de amor aqui é contemplado. As narrativas supracitadas evocam a maternidade como um valor central para as mães entrevistadas e explicitam uma marca de sublimidade no amor materno. Este amor donde se realiza a autotranscendência, em que o indivíduo-mãe é capaz de realizar um destino e atribuir sentido para a sua vida, através e em face desse amor. O amor da gratuidade. Em casos de luto materno, é essa característica de sublimidade uma das maiores responsáveis pela manutenção deste status quo da maternidade, além da força do vínculo, da ligação inexplicável que há entre uma mãe e seu filho (FRANKL, 2008; FROMM, 2015; OLIVEIRA, 2003; HOOKS, 2020).

Sobre a afirmação acima, Hooks (2020) sintetiza:

O amor cura. Quando somos feridos nos espaços onde deveríamos conhecer o amor, é difícil imaginar que o amor realmente tenha o poder de mudar

tudo. Não importa o que tenha acontecido em nosso passado: quando abrimos nosso coração para o amor, podemos viver como se tivéssemos nascido de novo, sem esquecer o passado, mas vendo-o de uma forma nova, deixando que ele viva dentro de nós de uma nova maneira. Seguimos adiante com a percepção renovada de que o que já passou não pode mais nos machucar. Ou ainda: se em nosso passado fomos amados, sabemos que não importa a presença ocasional do sofrimento em nossa vida, pois sempre voltaremos para a calma e a felicidade recordadas. A lembrança atenta nos permite reunir outra vez os pedaços e os cacos de nosso coração. É assim que a cura começa (HOOKS, 2020, p. 237-238).

4.1.3 Estigma

[...] Que sejam dados a todos os meios de ver que a maioria se beneficia do crescimento, em vez da restrição, de suas almas (Clarissa Pinkola Estés).

A palavra estigma vem do grego *stigma* e corresponde a uma marca, sinal, cicatriz e/ou outros sinais corporais com os quais se evidenciava algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Está ligada ao ato ou efeito de estigmatizar. A estigmatização faz parte de uma normativa social que categoriza as pessoas em grupos, criando as identidades sociais. Nessa seara, há três tipos diferentes de estigma, a saber: as deformidades de ordem corporal; elementos de caráter individual, tais como desonestidade, paixões tirânicas, crenças falsas e/ou rígidas, assim como distúrbios mentais, vícios, alcoolismo, homossexualismo, prisão, desemprego, comportamento político radical e tentativas de suicídio. Por fim, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de gerações (GOFFMAN, 2021; LAROUSSE CULTURAL, 1999).

As pessoas que se afastam dessas características estipuladas pelos grandes grupos são consideradas normais e tendem a cometer preconceitos de diversas ordens para com aqueles que não se enquadram nas normativas descritas acima. Sobreviventes enlutados por suicídio conhecem o estigma e a falta de empatia das pessoas ao redor por conta da falta de informação e o tabu que ainda permeiam a temática do suicídio. Na descrição de Fine (2018, p. 111 apud FUKUMITSU, 2019b, p. 38-39):

Estigma é o termo empregado pelo setor imobiliário para designar um imóvel que foi palco de um assassinato ou suicídio. Esse tipo de caracterização ajuda a acentuar e intensificar a confusão emocional vivida pelo sobrevivente de um suicídio. Não tardamos a descobrir que o conceito de estigma não representa apenas um ônus psicológico, mas também um problema legal e financeiro que afeta a capacidade de cura e de seguir adiante com a vida.

Culpa, arrependimento e acusações parecem ser velhos conhecidos dos sobreviventes enlutados por suicídio. Fukumitsu (2019b) compreende que só o esclarecimento e a discussão acerca dessa temática podem colaborar para a diminuição do tabu e da falta de informação das pessoas. A seguir, apresento algumas falas que corroboram com as palavras ditas até aqui acerca do estigma, preconceito, culpas e projeções, a começar por Elaine: “[...] as pessoas me olhavam como se eu fosse um fantasma, não queriam nem chegar perto, porque as pessoas não sabem o que falar, como lidar, para elas é muito difícil e eu apareci no trabalho. Eu voltei a trabalhar logo em seguida”. Tamanha é a falta de instrução e acolhimento, que até mesmo quando buscou apoio profissional, ela encontrou dificuldade, como exemplifico a seguir: “Na época a pessoa que fez a triagem comigo, falou: Olha, eu não tenho condições de lhe atender. Eu vou passar para outra pessoa, porque eu não dou conta” (Elaine). É dessa mãe uma das narrativas mais contundentes sobre o preconceito:

[...] em nenhum momento a gente deixou de olhar para aquilo que ele estava sentindo e deixou de respeitar isso que ele sentia. E mesmo assim parece que veio um peso muito grande [...] por mais que você faça ainda tem esse olhar das pessoas: “mas você não viu que seu filho estava com depressão?” Eu não só vi como cuidei, fiz tudo. E isso é interessante que não é um relato só meu [...] é comigo e com várias outras pessoas que eu conheço, porque a gente acaba tendo muito contato e também sentem a mesma coisa. Não são pessoas que abandonaram, que agrediram, que violentaram, que maltrataram, não. Eram pais que estavam atentos e mesmo assim esse suicídio se formou. Mas essa é uma grande dor de lidar com isso. Desse olhar de julgamento das pessoas, de crítica e isso assim até profissionais mesmo, psicólogos [...] é uma coisa nova, na época em 2007 quando o Flávio se suicidou não tinha grupo de apoio específico em suicídio [...] agora que tem muito mais pessoas olhando para o suicídio [...] é claro que é uma sensação que eu estou tendo também que um pouco é o julgamento que eu mesma tenho com relação a isso. Então como eu via o suicídio antes do Flávio morrer? Era de uma outra forma. Quando você se depara com essa realidade, aí você vai repensar tudo isso [...] só vivendo mesmo [...] quando eu ouço qualquer coisa a respeito do suicídio soa diferente de quem não perdeu um filho por suicídio. Pra quem não tem nenhuma relação com alguém que tenha se suicidado. Pra mim tem um peso muito maior eu acho. A gente ouve com outro ouvido. Mas é uma grande dificuldade isso de lidar com esse julgamento, essa crítica e indiretamente meio que uma acusação (Elaine).

Serra e Freitas (2020) em pesquisa qualitativa envolvendo uma mãe enlutada por suicídio de seu filho, puderam constatar a falta de instrumentalização por parte dos profissionais de saúde, no que se refere à essa especificidade de morte. Revelam que a ausência de profissionais capacitados para lidar com esses temas propagam suas repercussões sobre a vida dos enlutados, que – ao perceberem a falta de repertório dos profissionais de

saúde na lida com a temática, sentem-se ainda mais desamparados em face às limitações que lhes são apresentadas. Sobre julgamentos, acusações e distanciamentos, Tatiana reconhece o afastamento das pessoas por completo e credita isso a um não saber como lidar, a uma falta de instrumentalização, inclusive utiliza a palavra mancha, para designar esse lugar de estigmatizados que de certa forma sua família assumiu, partindo da sua compreensão:

[...] quando muitas pessoas da família sumiram [...] amigos antigos, amigos de vinte, de trinta anos [...] nem pra falar: ‘lamento’, apareceram outros e são esses mesmos os meus amigos, os amigos de coração, agora são esses [...] a gente abriu a ONG [...] nós éramos a mancha da escola [...] a mancha assim: “Meu Deus, a nossa escola tá com uma mancha”, foi isso que a gente representou pra escola. Eu achei que a gente fosse poder contar com eles, eu mostrei a ONG, ninguém nunca veio, nunca nem veio falar da ONG, nunca veio conhecer a ONG, nunca veio saber como a gente tava, sumiram. Como pessoas da família, como amigos, sumiram (Tatiana).

Ainda na narrativa de Tatiana, nota-se a aproximação dela com essa temática, em virtude da experiência, assim como na fala de outras mães. Até então, reconhece o julgamento que outrora fazia:

Eu não conseguia imaginar isso [...] se alguém falasse, eu dizia: Isso não existe. Isso só acontece em famílias desestruturadas. Não acontece. Desestruturadíssimas [...], mas quantas famílias estão tão desestruturadas, o pai alcoólico, mãe drogada e a pessoa é do bem [...] então não tem isso [...] a essência tá na pessoa (Tatiana).

Pais enlutados de filhos que se suicidam, enfrentam, além do julgamento alheio, o próprio juiz interior. Brown (2016), em escrita sobre culpa e vergonha, afirma que ambos os sentimentos são poderosos, porém a vergonha é ainda mais nociva que o sentimento de culpa, por estar associada a crença de que, quem a sente, é indigno de afeto e aceitação. Em ocasiões como as relatadas aqui, culpa e vergonha caminham juntas e uma das saídas para o enfrentamento é falar sobre algo muito difícil na temática do suicídio. Samira afirma que: “Esse tipo de coisa o que é mais comum é a famosa culpa. Eu queria que não houvesse isso em nós e não há. Eu nunca deixei isso ir para frente” (Samira). Porém, é sabido que a realidade vivida pela família de Samira é uma excessão. Sobre buscar culpados, Helena é categórica ao afirmar:

[...] o único problema nosso é que a gente procura um culpado para poder falar que o nosso filho morreu. Quantas mães morrem de leucemia e de outra doença? Quantas mães que os filhos morrem de acidente? Aí a gente fala

assim: “Mas fulano matou meu filho”. A gente não tem coragem de falar meu filho se matou, porque isso dói, fere a alma como se a gente fosse incompetente e nós não somos (Helena).

Sobre o sentimento de culpa, Terena endossa:

[...] uma das coisas que acho que atrapalha muito no luto por suicídio de uma mãe é essa culpa demais de não ter impedido; de não ter percebido; de não ter ajudado, porque acha que é onipresente, onisciente e onipotente. Não existe isso [...] essa valorização de que a mãe é superpoderosa, isso não existe, né? Então tem muitas mães que sofrem, mas não deviam: “Era meu filho, eu tinha que ter percebido”. Eu digo: gente, se nem... sabe, médico que é especializado, sabe, vive aquilo o tempo todo e ele não conseguiu perceber [...] (Terena).

Sobre sentimento de culpa, na fala de Verena, ele é reconhecido da seguinte maneira:

[...] são muitas culpas, a gente não sabe o porquê. O que é que errou. Hoje depois de alguns meses eu me culpo menos. Ainda tenho muitas culpas e a gente fica procurando um porquê, mas a gente nunca vai saber (...) eu me culpo muito que talvez eu não enxergasse o sinal [...] porque trabalhei muito nos últimos 5 anos. Eu tive emprego assim que era maravilha e eu me sentia assim, sabe, orgulhosa pelo meu emprego, talvez eu não tenha dado mais atenção para ela que ela merecia. Eu vejo tantas mães que tem emprego, executivas, que não param em casa e não tem esse problema. Então eu não sei assim. Não existe um por que (Verena).

Finalizo com a narrativa de Verena, que denuncia uma postura de vergonha e constrangimento pelo motivo da morte de sua filha, em decorrência do julgamento alheio:

[...] quero falar, mas eu não falo, por causa desses estereótipos que criam em torno da criança, como ‘tinha alguma doença mental’ ou ‘como a mãe não viu?’ ‘Como a mãe não percebeu?’ Eu sei que tem muita coisa por trás disso, muita gente fala isso. Muito julgamento das pessoas (Verena).

Na conclusão desta sessão, cabe ressaltar que a morte por suicídio é um grave problema de saúde pública mundial, de ordem multifatorial, ou seja, pode estar associado a questões de ordem psíquicas, territoriais, familiares ou até momentâneas e circunstanciais, ligadas ao aspecto mais impulsivo do ato em si (BRASIL, 2021; CALAFATE; RICHWIN; ZANELLO, 2021). De acordo com boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde em Setembro de 2021, houve um aumento de 81% de tentativas de suicídio entre os jovens brasileiros, no período de 2010 a 2019 (BRASIL, 2021). Uma das conclusões que se pode chegar com esses dados é que simplificar um fenômeno de alta complexidade,

culpabilizando os pais desses jovens, não tem sido a solução mais coerente. Por outro lado, diante das narrativas supracitadas, calar, guardar, submeter-se a vergonha e constrangimento, também não se apresentam como soluções eficazes.

Tendo em vista o estigma que ainda permeia a temática do suicídio, constam, no boletim epidemiológico supracitado, recomendações sobre a necessidade pungente de se abordar a temática do suicídio de forma responsável, sem alarmismos e enfrentando os estigmas, bem como a necessidade de conscientização da população e o estímulo à prevenção, visando a contribuição para o enfrentamento do problema de saúde pública representado pelos suicídios na atualidade. Recomenda-se, em tal documento, a expansão da rede assistencial em todos os níveis de complexidade, especialmente os serviços de urgência e emergência, que tendem a ser os primeiros serviços onde as pessoas que tentaram suicídio recebem cuidados, mas que não correspondem ao tipo de serviço que promoverá atenção integral à pessoa que está em sofrimento. Recomenda-se ainda, sequencial acompanhamento e monitoramento dos casos, tanto nas redes de atenção primária, quanto nas redes de atenção psicossocial, com oferta de acolhimento adequado por parte dos profissionais que as compõem (BRASIL, 2021).

As ações supracitadas são destinadas a todos, dado o aumento da taxa de suicídios nos últimos anos e a necessidade de conscientização do coletivo. Especificamente, no que tange aos sobreviventes enlutados por suicídio, Fukumitsu (2019b) faz uma analogia a um tsunami, tamanho é o abalo causado na vida dos familiares enlutados, e ressalta intensa sobrecarga vivida pela necessidade de dar seguimento à vida, atender a demandas sociais e lidar com as próprias emoções; sentimentos de culpa, raiva e revolta, bem como uma busca por explicação. Sobre esta busca, Smith (2013, p. 8 apud FUKUMITSU, 2019a, p. 42) revela:

Quando confrontamos com os mistérios da vida e da morte, é melhor admirá-los como mistério e aceitar que algumas coisas na vida e na morte simplesmente não são explicáveis. Diferentes pessoas têm diferentes perspectivas sobre o significado de mistério, mas a maioria de nós admite que algumas experiências de vida permanecem, pelo menos, ambíguas e, em última instância, vão além da nossa compreensão. Suicídio e luto suicida se encaixam nessa experiência de mistério.

Dito isso, a pesquisadora supracitada propõe ações interventivas aos enlutados por suicídio, visando a minimização do estigma e retomada salutar da dinâmica das atividades cotidianas. O primeiro passo é o acolhimento, lembrando da importância de se conhecer a temática estudada, para que profissional e/ou pessoas envolvidas na dinâmica do acolhimento possam efetivamente prestar uma escuta/amparo confortável e isso perpassa pelo cuidado com

a linguagem, cuidado com as palavras ditas, visando o não reforçamento da estigmatização envolvida. Muitos enlutados por suicídio se sentem atingidos por comentários impensados de familiares e amigos. Palavras ferem e são difíceis de serem esquecidas. Mudanças no ambiente doméstico são bem-vindas, desde que seja respeitado o tempo dos familiares enlutados. O fortalecimento das ações aqui-agora também são antídotos para o enfrentamento de possíveis rebaixamentos de estados de humor oriundos de pensamentos estigmatizantes (FUKUMITSU, 2019b).

A pesquisadora propõe, ainda, a implementação de grupos de apoio para sobreviventes enlutados por suicídio (o que veremos na seção falar/escrever sobre), e apresenta sugestão de passo-a-passo para a formação dos mesmos, com a indicação de que o facilitador se coloque como heterossuporte a fim de que o enlutado encontre amparo e encorajamento para continuar vivendo. Os grupos de apoio costumam ser preciosos recursos para que as pessoas consigam lidar com o luto por suicídio e as consequências do mesmo.

4.2 EIXO 2: ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO PARA A MORTE DO(A) FILHO(A)

Conforme explicitado anteriormente, a palavra *logos* é de origem grega e significa sentido. Para Frankl (2013, 2015, 2022), o homem é responsável por suas escolhas e essa responsabilidade é conferida por meio do cumprimento de um sentido, assim como a busca pelo sentido atribui significado à vida humana. Até mesmo um sofrimento imposto à pessoa – ou seja, não suscetível de ser evitado – pode tornar-se uma fonte de sentido. Tudo irá depender da atitude da pessoa diante do seu destino exterior, sendo assim, sentido e significado estão entrelaçados.

Tavares (2001) reconhece três caminhos principais para se encontrar o sentido: o primeiro está vinculado à criação de um trabalho ou fazer uma ação; o segundo, à experimentação de algo ou encontrar alguém, o que implica disposição para o relacionamento consigo e com os outros e, por fim, constatar que as posições de vítima e desamparado, de forma absoluta, são posições ilusórias. Explico: a única coisa que se pode mudar, não é a coisa em si, mas a percepção que se tem da coisa, postura que coaduna com a posição de responsabilidade pessoal impressa por Frankl (2013, 2016, 2018, 2022).

Fontoura e Moreira (2019), em pesquisa qualitativa cujo objetivo foi compreender as concepções e as práticas de mães inseridas e não inseridas no mercado de trabalho sobre família, cuidado e educação de filhos, obtiveram, dentre os resultados encontrados, a maternidade enquanto sentido de vida para as mães entrevistadas na fala de seis entre dez

mães, assim como Pontes (2016) em estudo sobre perdas gestacionais recorrentes em contextos públicos e privados de saúde, verificou o sentido e o significado atribuídos à maternidade, por meio de signos que são transferidos entre gerações, solidificando a condição de centralidade da maternidade na vida das mulheres.

Com relação à questão do sentido, das seis mães entrevistadas, três consideraram haver sentido para a morte dos seus filhos e três consideraram que não houve sentido para a morte de seus filhos. Das mães que avaliaram haver algum sentido para o evento ocorrido, houve o reconhecimento da máxima de que nada acontece por acaso: “As coisas não acontecem à toa, não cai uma folha, uma folha não cai sem a permissão do universo [...]” (Tatiana), que segue com a seguinte afirmação: “Até a morte dele fez um sentido [...] foi o gatilho, foi aquilo que desencadeou uma abertura de mente minha e do meu marido, dos voluntários... muitos, também, acharam o sentido de vida deles” (Tatiana). Há, na fala dessa participante, um reconhecimento da transformação pessoal pela qual ela atravessou, apesar da dor, e mais: o reconhecimento de semelhante transformação vivida por outros pais, voluntários da ONG que possui com o esposo. É cabível uma observação sobre um possível estado de entorpecimento que algumas pessoas experienciam em nossa sociedade na atualidade e o quanto ocorrências mais dolorosas cumprem a função de despertar para a própria vida, para a busca de um sentido, algo que faça essa existência valer a pena de ser vivida. Destaco a afirmação de Coles (1997 apud WALSH, 2005, p. 67): “Os indivíduos e as famílias resilientes em geral emergem de crises perturbadoras com uma bússola moral e um senso de propósito aumentados em suas vidas”.

Walsh (2005) denomina o fenômeno destacado acima de consciência informada, dotada de preocupação ética, compromisso com a ação e até mesmo uma vida dedicada aos outros. Cruz e Aquino (2020), analogamente utilizam a palavra oxímoro, que significa a combinação de opostos, quando da identificação da resiliência como a capacidade de transformar situações de dor em possibilidades de crescimento, dinâmica que tende a aproximar o indivíduo que sofre de sua essência espiritual sob a égide da Logoterapia. Para os autores, resiliência e espiritualidade são temáticas convergentes, visto que, é no atravessamento de uma experiência dolorosa, investindo no desenvolvimento do potencial espiritual mediante a resiliência, capacita a pessoa a distanciar-se do desânimo, desenvolvendo a capacidade de autotranscendência, encontrando mais maturidade e condições de enfrentamento (CRUZ; AQUINO, 2020).

Em conformidade com mães que encontraram algum sentido para a morte de seus filhos, há a assunção de transformação pessoal na fala de Elaine: “[...] eu acho que me tornei

uma pessoa melhor. Acho que o meu olhar para a vida passou a ser outro. Mudaram os valores, aquilo que era importante deixa de ser e você vai encontrando alegria em outras coisas. Aquilo que faz o meu coração sorrir hoje são outras coisas”. Por fim, a atribuição de sentido correlacionada a uma visão espiritual da vida, na narrativa de Helena:

[...] eu vou lhe falar do meu ponto de vista espírita. Ele era um menino muito sensível, não se encaixava nesse mundo [...] muito questionador com as maldades do mundo. Se ele visse alguma maldade, questionava. Ele questionava as pessoas. A gente via que por mais que ele tentasse não conseguia se encaixar [...] não conseguia assimilar as [...] maldades desse mundo como morte, assassinato [...] meu filho não conseguia assimilar as coisas desse mundo (Helena).

Em se tratando das mães que não atribuíram sentido para a morte dos seus filhos, em suas narrativas é perceptível que, apesar da dificuldade em encontrar sentido para evento tão doloroso, há uma vislumbramento de crescimento pessoal e um novo olhar sobre as outras pessoas e as relações com as mesmas, como na fala de Samira: “O sentido da vida hoje é a gente buscar ter mais empatia com o sofrimento dos outros, buscar crescer na adversidade, passar para os nossos filhos que ainda estão aqui, força, fé, resiliência, alegria, vontade de viver e nunca perder isso” (Samira). Segue afirmando:

[...] talvez o meu propósito me tornasse uma pessoa melhor com mais empatia com o depressivo, com a pessoa que sofre problemas, com mães que perdem os seus filhos. Depois que você perde seu filho você acha que sabe a dor, mas você não sabe, o que você sabe quando vê uma mãe perder o seu filho é que você sente aquela dor de novo. Então aquela empatia, aquela maneira de ver o mundo muda. Eu acho que sou mais forte, mais resiliente, mais de Deus. Eu perdoei mais, acho que eu subi uns 20 quilômetros, evolui [...] eu me sinto mais de Deus, mais forte e a morte do meu filho me tornou [...] uma pessoa mais bondosa, mais temente, mais calma (Samira).

Essa condição de melhoria pessoal fica também explicitada na fala de Verena:

[...] Soraia veio para o mundo para me mostrar o que era bom. Não tem sentido eu acho. Não tem um por que. Mas assim para que ela veio ao mundo? Tem. Eu fui criada sem pai e sem mãe, então eu sentia que tinha que dar muito amor para a Soraia. Era um amor assim que consumia tudo. A gente era muito unida eu e ela [...] era tudo eu e ela. Então era um amor que eu nunca imaginei viver (Verena).

Concluindo, há a fala de Terena, mãe que, apesar de não encontrar sentido para a morte de sua filha, auxilia outras pessoas enlutadas com a escrita de um blog:

Eu, sinceramente [...] não sei. Depois que ela morreu, eu fiquei [...] cheia de porquês. Eu sonhei com ela um tempo depois e nesse primeiro sonho [...] eu abraçava ela [...] perguntei pra ela: Maria, você sabe por que você, você sabe o que que aconteceu? Ela falou assim: “Eu sei, eu morri”. E eu chorando, falava pra ela: Mas eu não queria que você morresse. Ela falou assim: “Mas, eu queria. Mas, eu queria” (Terena).

Compreende-se, com as narrativas supracitadas que, independente da atribuição de um sentido para a morte de seus (suas) filhos (as), as mães enlutadas vivenciaram experiências em busca de sentido, assim como se envolveram em atividades onde puderam encontrar este sentido, ou até mesmo, resgatando-o em meio a uma valorização cotidiana das pessoas, dos relacionamentos e das atividades realizadas, como se a experiência do enlutamento proporcionasse para essas mulheres um resgate de algo; algo que é muito particular para cada uma delas. A possibilidade da realização de sentido por meio do encontro com outro ser humano é conferida por Frankl (2015), ao afirmar que para além da vontade de prazer, da vontade de poder ou da vontade de dinheiro, a autorrealização humana acontece quando do cumprimento de um sentido e este se dá no encontro genuíno com outras pessoas e na possibilidade de amá-las.

Frankl (2015, p. 28) afirma que: “Não há nenhuma situação de vida que seja realmente sem sentido”. Com essa afirmação, o autor aponta para a tríade trágica, na qual convergem o sofrimento, a culpa e a morte, donde, mesmo em face de uma situação dolorosa - como a perda de um filho repentinamente, a exemplo das narrativas supracitadas, há a possibilidade de realização de sentido. O autor complementa:

Ao cumprir um sentido, o homem realiza a si mesmo. Se cumprimos o sentido do sofrimento, realizamos então o que de mais humano o homem tem: amadurecemos, crescemos – crescemos para além de nós mesmos. Precisamente aí, onde nos encontramos desamparados e desesperados, quando enfrentamos situações que não se pode mudar, precisamente aí é que somos chamados, e nos é exigido, a mudar a nós mesmos (FRANKL, 2015, p. 30).

Ao reconhecer o mistério profundo que é a vida, Angerami (2018) se orienta para a questão do sentido, adotando conteúdos apresentados por Frankl (2008). Para o autor, a resposta ao sentido da vida é mobilizadora de forças vitais. Afirma que a busca pelo sentido da vida e significação é determinante de gratificação emocional, obtidas pelas realizações alcançadas ao longo do existir, ou seja, a realização do sentido é mutável e se apresenta à medida em que as situações são experimentadas na vida de cada pessoa. O fator determinante para a realização do sentido torna-se o para que e não o porquê.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELAS MÃES EM FACE DA MORTE DE SEU(SUA) FILHO(A)

4.3.1 Transcendência e espiritualidade

[...] vamos estudar mais as palavras de Deus, que a gente vai ver que lá sempre tem um entendimento para tudo isso que acontece com a gente e que não existe força maior independente daquilo que você acredite quer seja Jeová, quer seja Deus ou quer seja Buda, se apegue a isso. Dê um sentido na sua vida. A vida precisa de um sentido religioso, espiritual para a gente vencer (Helena).

Enquanto humanos, somos seres biopsicossocioespirituais. Isso significa que há em nós as dimensões biológica, social, psíquica e espiritual. A necessidade de abertura para a dimensão espiritual é uma necessidade que atende ao funcionamento holístico da pessoa e corresponde a vivências mais integradas do humano, no que tange a um melhor relacionamento com a natureza, com o planeta Terra e com os outros seres humanos. É centrado neste núcleo espiritual que o ser humano se torna individualizado e integrado (RIBEIRO, 2009; FRANKL, 2016).

A espiritualidade pode ser vivenciada no âmbito religioso, mas ela em geral é compreendida para além dele. Para Frankl (2016), a busca dinâmica de um sentido para a existência é a própria realização da espiritualidade, exercitando a autotranscendência e o autodistanciamento em ação. Sendo assim, atitudes que envolvam a capacidade de transcender a si mesmo em prol de algo ou alguém, bem como a disposição pelo distanciamento de si mesmo, a fim de não sucumbir a problemas e dificuldades, remetem a uma possibilidade de autocompreensão que confirmam a realização espiritual da pessoa humana naquilo que lhe é mais caro: a sua prática cotidiana. A espiritualidade, ou a dimensão noética, pode ser experienciada na prática de valores, no exercício do amor, na prática do trabalho, em atividades cotidianas corriqueiras, sempre que possível (FRANKL, 2016; ZAMULACK, 2015).

Walsh (2005) afirma que as religiões são sistemas de crenças organizados que incluem valores morais compartilhados e institucionalizados, crença em Deus e envolvimento com uma comunidade religiosa, que compartilhe de crença semelhante e que a espiritualidade corresponde ao desvelamento daquilo que é oculto, misterioso. Para a autora, a espiritualidade pode ser experimentada dentro ou fora das estruturas religiosas formais, podendo ser expressa na vida cotidiana, na conexão com a natureza, na apreciação da beleza de tudo o que existe. A

espiritualidade promove senso de significado, inteireza e conexão com os outros (WALSH, 2005).

Pessoas enlutadas buscam alívio na espiritualidade por diversas razões: em busca de alívio para seu sofrimento, em busca de respostas para a ocorrência de determinada perda em suas vidas, em busca da atribuição de novos significados para elas. A busca pela espiritualidade na vivência do luto materno é um fator importante para a aceitação do evento e possível ressignificação dele. Para Freitas e Michel (2014):

[...] temos a espiritualidade assumindo diversos papéis na vivência do luto materno [...] esse é um elemento que permite a ressignificação da relação com o filho e a atenuação da dor da perda na esperança de um reencontro. Um dos papéis centrais da espiritualidade é ser um meio de as mães encontrarem sentido na morte de seus filhos e sustentarem a ideia de que estes permanecem vivos em outro lugar melhor. Em outras palavras, é possível afirmar que a espiritualidade se apresenta como uma alternativa à interrupção abrupta da intercorporeidade. Ela propicia, através da crença na vida após a morte, a manutenção da relação eu-tu, vivida agora de outra maneira, em qualquer experiência de luto (FREITAS; MICHEL, 2014, p. 281).

Diante do explicitado acima, apresento a narrativa de Elaine, que argumenta em favor da espiritualidade, não somente como forma de encontrar um novo significado para sua vida, mas de continuar existindo, nos momentos mais críticos enfrentados por ela:

[...] a descendência do meu marido é oriental, nós temos o altar. Esse altar já estava para vir pra minha casa, porque minha sogra tinha falecido e deveria ir para o filho mais velho, mas o filho mais velho não queria. Então me perguntaram se eu aceitava ele pra mim, eu falei tudo bem, sem nenhum problema. Então o altar estava para vir para minha casa. Esse altar tem todo um ritual e eu tinha que fazer a comida para colocar no altar durante 49 dias, eu tinha que colocar uma troca de roupa toda semana, trocar a roupa que ficava ali no altar, tinha que ter a foto. Então esse ritual oriental foi uma coisa que me ajudou muito e eu estava esquecendo. É uma coisa que veio a calhar e até hoje está aqui com a gente [...] você é obrigada a entrar em contato com isso que são coisas que muitas vezes a pessoa tem dificuldade em lidar. A roupa, a comida, olhar a foto. Então tudo isso como era um ritual eu não tinha escolha. Foi um processo que me ajudou muito também (Elaine).

O ritual é um ato consciente de uma mudança de vida. Quando fazemos algo para dar sustentação a essa mudança, por meio de testemunhas, cerimônias, oferta de presentes e intenções sagradas abrimos espaço para atribuir novos significados aos acontecimentos, independente de sua natureza. A importância do estabelecimento e manutenção de rituais está presente na escrita de Ariès (1990) e Walsh (2005). A palavra ritual vem de uma raiz indo-

européia que significa “encaixar junto”. Essa raiz encontra-se relacionada a palavras como arte, habilidade, ordenamento, tecelagem e aritmética, todas elas envolvendo o encaixe de uma coisa às outras para criar ordem. Para Walsh (2005), os rituais familiares armazenam e comunicam a identidade e as crenças de cada família na comemoração de dias santos, ritos de passagem, tradições familiares e também as interações familiares rotineiras

Todas as sociedades apresentam rituais em honra às principais transições da vida: nascimento, iniciação, casamento e morte. Para Ariès (1990), na Antiguidade havia maior aceitação da morte e um dos motivos era a realização dos rituais, que obrigavam, de alguma maneira, as pessoas a entrarem em contato com a morte, prestando as últimas homenagens, abrindo espaço para reflexões sobre os ciclos de vida. Walsh (2005) argumenta em favor dos rituais ligados à despedida, ao comparecimento ao velório, à feitura daquilo que é relevante em cada cultura e religião, lembrando do seu caráter simbólico para que haja uma melhor elaboração da perda. Ela afirma:

[...] às vezes, os membros da família evitam um funeral e visitas ao cemitério, querendo manter dentro de si alguém querido ou evitar o sofrimento da perda não enfrentando a realidade da morte. Mas, paradoxalmente, o significado da vida e do relacionamento pode ser apreciado plenamente quando a perda é acentuada. Nunca é tarde demais para realizar um serviço memorial, para colocar uma lápide num túmulo, para uma cerimônia para espalhar as cinzas ou para plantar uma árvore em memória de um alguém querido. Reunir os membros da família em um aniversário ou num dia festivo para recordar alguém que morreu pode ser uma experiência profundamente curativa e de conexão; isso mantém viva a memória do falecido e conserva a resiliência relacional entre os sobreviventes [...]. (WALSH, 2005, p. 176)

No exemplo apresentado na narrativa de Elaine, é interessante perceber que ela não estava atenta aos simbolismos e rituais da religião do seu esposo até que sua única opção foi cuidar daquilo, olhar para aquilo. Em algum momento, aquela movimentação foi de extrema importância para a elaboração da morte de seu filho.

É também de Elaine, a fala a seguir: “[...] a gente fazia o evangelho no lar em casa que é uma prática espírita e veio o cunhado do meu irmão, minha cunhada, as mães deles, a mãe desse cunhado do meu irmão veio aqui por quatro anos fazer o evangelho todos os domingos [...] então tudo isso pra gente foi o que ajudou [...]” (Elaine).

Apesar de extensa, trago outra fala da mesma mãe, dada sua significância para este estudo:

[...] eu queria pintar alguma coisa para ele [...] me veio as borboletas [...] eu pintei esse quadro, aí no dia que eu coloquei ele aqui, tirei a cama daqui [...] coloquei e aí a minha sobrinha me ligou no mesmo dia [...] falei assim: “Carolina, eu pintei um quadro para colocar no quarto do Flávio” e ela falou assim: “O que é?”, “É uma borboleta azul”. Aí ela disse: “Tia, você não acredita”, ela disse... Ela é psicóloga e dá aula em uma Universidade. Apareceu uma Borboleta azul e ficou lá rondando, rondando, eu tive que tirar a borboleta porque tinha uma aluna que tinha medo de borboleta [...] ela tinha ido fazer exame para saber se estava grávida e quando chegou na casa dela [...] tinha uma borboleta azul no quarto onde seria o quarto do Marcos e aí caramba, né? Muita sincronicidade essa borboleta lá e a que eu pintei. A partir daí é um tal de borboleta azul para tudo que é lado [...] várias vezes quando a gente vai para o sítio da mãe dessa minha sobrinha, aparece a borboleta azul [...] ficou essa relação da gente com a borboleta azul [...] depois disso eu recebi muitas mensagens psicografadas dele, acho que recebi treze mensagens [...] quando tirei a cama e coloquei o quadro, recebi uma mensagem e nessa mensagem ele falava assim: Gostei das mudanças que você fez. Então me dá a impressão que era a mudança que eu tinha feito aqui e também ajudaram muito as mensagens para quem acredita, pra mim foi muito importante e me ajudaram muito (Elaine)².

Para Helena, o contato com um centro espírita também foi um evento importante para a ressignificação e elaboração do luto por seu filho:

[...] na terça-feira após a morte de meu filho, nós fomos ao centro aqui na nossa cidade em que o medium [...] conversou com a gente e explicou o que é o suicídio. Começamos a frequentar e no sábado eu recebi a primeira psicografia da minha mãe explicando como tinha sido, porque tinha sido. Depois de 30 dias eu recebi a primeira psicografia do meu filho que confortou muito a gente, porque não é fácil. Você fica procurando o porquê e na verdade a gente não tem um por quê [...] veio uma carta da minha mãe dizendo para que eu tivesse calma, que a gente se apegasse muito a Deus, que orasse bastante pelo meu filho e explicou que o que ele teve não foi culpa dele, que ele era apenas uma criança e que os obsessores que o cercavam foram mais fortes do que ele [...] por isso em frações de segundos cometeu o ato que ele cometeu (Helena).

Vale ressaltar que nessa escrita não há defesa de nenhuma prática religiosa específica como sendo melhor ou pior do que outra. No entanto, as narrativas das mães enlutadas comprovam aquilo que os estudos supracitados afirmam sobre a importância da fé, da crença em algo maior, para que sejam encontrados e atribuídos significados para as experiências de luto vividas, tornando-as mais aceitáveis e todo o processo menos doloroso. A possibilidade de se encontrar significado para as experiências vividas torna a vida mais rica e mais interessante de ser experimentada.

² Veja foto do quadro no Apêndice F.

A seguir, mais um forte relato de uma experiência com Nossa Senhora, deflagrando a fé católica da mãe em questão:

[...] eu tive uma experiência muito forte com Nossa Senhora e eu tenho muita pena de quem não tem fé nessa vida. Se você não tiver algo para se apegar, algo em que acreditar e se olhar e ver a morte como o fim de tudo, você entra em depressão, você fica maluca, não suporta e você precisa ter um chão para pisar. Tanto a minha família quanto o meu marido me deram um suporte maravilhoso, mas a minha fé é que tem sido o meu maior tesouro até hoje. Eu aprendi a resignificar, eu tento jogar luz para ele, coisas boas, e tento não ficar pensando porque isso ou porque aquilo, tive sonhos e com 15 dias depois da morte dele eu tive um sonho muito bonito onde uma moça me trazia ele e eu chorava muito e ele dizia para eu ter calma [...] eu só pensava em Nossa Senhora [...] eu acho que procurei na minha mente uma mãe que tivesse passado por isso de receber o seu filho morto [...] o meu marido tirou ele da corda e na hora rezamos o Pai-nosso e eu falei que o perdoava e compreendia e o meu marido falou também (Samira).

Apesar do relato de fé acima, a experiência com Nossa Senhora foi apenas mencionada por Samira, que não chegou a entrar em detalhes sobre a mesma, apenas no que concerne ao seu aspecto consolador. De todo modo, a revelação de que, apesar de todo suporte recebido, é a fé seu maior sustentáculo, confirma a importância de se ter um espaço para a prática da espiritualidade. Coloca a prática da fé como estratégia essencial no enfrentamento de dores emocionais. Confirma o poder orientador da fé.

Há na narrativa de Tatiana uma busca por resignação na espiritualidade:

[...] ele foi levado a isso por uma pessoa que ele fez muito mal em outras vidas, e que ele tinha [...] que pagar [...] ele fez o que achou que tinha que ser feito. Porque ele não foi uma pessoa boa [...] eu garanto tem pessoas que vieram passar as férias; que fizeram coisas boas e vieram passar as férias. Cê vê que tem pessoas que [...] que parecem ilesas, é porque fizeram coisas boas. Então, assim, é o merecimento de cada um [...] acho que eu tô aprendendo coisas porque eu não aprendi em outro nível [...] em outra época da minha vida [...] eu tô aprendendo agora. Então, eu vou fazer o meu melhor papel [...] vou querer ganhar o Oscar. O Oscar (Tatiana).

Por fim, há nos relatos supracitados uma busca por respostas e conforto, através de mensagens, práticas de rituais, cartas consoladoras e sonhos, que evocam a imagem do(a) filho(a) falecido(a) e cumprem a função de apaziguar a dor, momentaneamente, no coração das mães entrevistadas. Essas mensagens, cartas consoladoras, sonhos e rituais estão ligados à espiritualidade, que se confirma como importante estratégia de enfrentamento ao luto materno por suicídio. Um luto ainda estigmatizado socialmente (FUKUMITSU, 2019a), que confere uma atitude de afastamento das pessoas e um misto de sentimentos aos familiares.

Sousa (2019) em estudo intitulado: “Luto materno: a resignificação do viver após a perda de um filho”, realizado com cinco mães enlutadas, encontrou algumas formas de enfrentamento aqui destacadas, como o apoio nas relações familiares e a espiritualidade como suporte para o enfrentamento da dor. Das cinco mães entrevistadas, quatro recorreram às suas crenças religiosas em busca de conforto, apesar de essa busca não necessariamente significar aceitação e sim, um caminho para a aceitação, uma forma de enfrentamento mais consolatória.

A espiritualidade se apresenta nesse ambiente como espaço de acolhimento e amparo, além da possibilidade de não julgamento, tão necessária para quem já está sendo julgado (ou se sentindo dessa maneira) pelas outras pessoas. Sendo assim, a prática da espiritualidade se confirma como suporte necessário ao enfrentamento do luto materno por suicídio. Encerro esta seção com a afirmação de Frankl:

Devo cuidar de que a porta que leva da imanência à transcendência permaneça aberta; não posso levantar barricadas diante dela, bloqueá-la, como se fez durante muito tempo. Se uma determinada escola psicoterapêutica afirma, fazendo uso das palavras do seu fundador, que a religião não passa de uma obsessão neurótica coletiva da humanidade, que Deus não é senão uma imagem paterna projetada, que a consciência se reduz a uma imagem paterna introjetada – essa escola obviamente bloqueia a saída que conduz da imanência à transcendência. Mas, por mais que eu agora abra essa porta, contrariamente às teorias mais antigas, só uma pessoa pode escolher essa saída, só uma pessoa pode transpor esse umbral: essa pessoa é o próprio paciente, com aquela espontaneidade que é condição ineludível de toda a vida religiosa. Portanto, se a religião não é alguma coisa que o meu inconsciente me impõe, tampouco é alguma coisa que meu médico me possa receitar. (FRANKL, 2016, p. 77-78)

4.3.2 Resiliência

Dai-me, Senhor, a perseverança das ondas do mar, que fazem de cada recuo um ponto de partida para um novo avanço (Gabriela Mistral).

Em 1982, a psicóloga norte-americana Emmy Werner cunhou o termo resiliência, que designa a capacidade de refazimento psicoafetivo após vivência de evento doloroso. A resiliência corresponde à habilidade do ser humano de se posicionar de maneira assertiva frente às demandas da vida cotidiana, apesar de eventuais adversidades enfrentadas ao longo de seu desenvolvimento. Este é, também, um conceito emprestado da física, sinônimo de elasticidade, donde o corpo retorna à sua forma original após ter sido torcido, amassado, puxado ou empurrado (ALVAREZ; MORAES; RABINOVICH, 1988).

A conceituação da resiliência está para além do mito da invulnerabilidade, da aceção do homem individualista empedernido, culturalmente reforçado pelos padrões norte-americanos, e que ainda persistem na atualidade, identificando a vulnerabilidade humana como fraqueza e a resiliência como um ideal de um indivíduo forte e que está apto ao enfrentamento de quaisquer adversidades. Não se trata disso. Exercitar a resiliência pressupõe abraçar a vulnerabilidade existente no humano; é muito mais um verbo transitivo que uma qualidade estática, conceito aqui compreendido como processo ativo de resistência, reestruturação e crescimento em resposta à crise e ao desafio (WALSH, 2005).

Para Bonanno (2005), a maioria das pessoas que estão vivas e em processo de desenvolvimento, atravessam dificuldades, crises e experiências traumáticas, existindo múltiplas e inesperadas maneiras de ser e experimentar a resiliência (BONANNO, 2005). Walsh (2005) afirma que há algumas características comuns às pessoas resilientes, tais como: perseverança, coragem e encorajamento, otimismo aprendido, domínio ativo e aceitação daquilo que não é possível ser modificado. Tais características podem ser estimuladas e aprendidas, a fim de contrapor a desesperança e crenças negativas quando do enfrentamento de situações adversas, ou seja, há habilidades que podem ser adquiridas. Ela afirma:

O símbolo chinês para a palavra “crise” é um composto de dois pictogramas: os símbolos de “perigo” e “oportunidade”. Embora não desejemos o infortúnio, o paradoxo da resiliência é que nossos piores momentos também podem se tornar os melhores (Wolin & Wolin, 1993). Na minha experiência, muitas famílias que perderam um ente querido descobriram que os contatos mais temidos e dolorosos do fim da vida foram seus momentos mais preciosos juntos. Estudos de famílias fortes realizados por Stinnett et al. (Stinnett & DeFrain, 1985; Stinnett, Knorr, DeFrain & Rowe, 1981) mostraram que, em momentos de crise, 75% delas experimentaram ocorrências positivas em meio à dor e ao desespero e acreditaram que algo bom resultaria da provação. Muitas famílias relataram que atravessando as crises juntos, seus relacionamentos se tornaram mais ricos, e mais amorosos do que teriam sido caso isso não acontecesse. Uma crise pode ser um “chamado para despertar”, aumentando nossa atenção para o que realmente importa em nossas vidas. Uma perda dolorosa pode nos impulsionar para direções novas e imprevistas. Como dizem os navajos, o fim de um caminho é o início de outro. (WALSH, 2005, p. 7)

Em estudo realizado por Werner (1995 apud SILVA; ELSÉN; LACHARITÉ, 2003), setecentas crianças sem família, sem escola e agredidas física e sexualmente foram acompanhadas, ao longo de seu desenvolvimento. Três décadas depois, havia pessoas marcadas, com algum transtorno psíquico e sinais de desajuste social, porém, havia também adultos que, apesar de toda aquela experiência, conseguiram aprender um ofício, constituir família e não sofrer de perturbações psíquicas significativas – cerca de 28% deles. Para estes

adultos, um dos fatores de proteção significativo foi a presença de laços afetivos positivos com pelo menos um dos seus cuidadores; pouca experiência de separação do seu cuidador primário no primeiro ano de vida e, também, a presença de suporte emocional fora de casa, na figura de um professor da escola, amigos ou pessoas que as apoiavam, principalmente em períodos de maior estresse (SILVA; ELSEZ; LACHARITÉ, 2003).

Alvarez, Moraes e Rabinovich (1988) compreendem a complexidade da conceituação da resiliência e a ancoram numa experiência de sentido, assim como experimentada por Viktor Frankl em campos de concentração. Partindo da análise do discurso de sete pessoas que passaram anos institucionalizadas, identificaram aspectos ligados à maternagem – relações que delineavam apego seguro: irmãos, namoradas, parentes; paternagem - especialmente exercida pela instituição através da responsabilização das crianças em atividades e, por fim, um desejo de normalização de suas vidas, de equidade, de acesso ao repertório de experiências mais inclusivas da sociedade, corroborando com ideia apresentada em estudo supracitado no que tange às relações como ponto nevrálgico para a efetivação da resiliência, bem como apresentando o aspecto positivo de se ter um sentido para o enfrentamento de adversidades (ALVAREZ; MORAES; RABINOVICH, 1988).

Há uma forte indicação de que as interações positivas entre as pessoas e seus ambientes têm efeito reforçador nas trajetórias de vida delas. Nos relatos das mães enlutadas, até por uma questão de temporalidade, não é possível identificar a presença de componentes do passado dessas mães que potencialmente tenham exercido influência em suas atitudes percebidas como resilientes. Entretanto, é nítido o quanto o suporte emocional da rede de apoio, assim como o suporte emocional da família, a presença de laços afetivos positivos e o sentido de doação ao próximo são determinantes para o enfrentamento de tão dolorosa situação, o que confirma os achados dos autores supracitados. Na maioria dos relatos das mães entrevistadas, há a clara percepção de que ninguém irá substituir a presença daquele filho, porém, atitudes resilientes são como pontes seguras, que dão suporte ao atravessamento da dor. Como afirma Bateson (1994, p. 10 apud WALSH, 2005): “Somos convocados para participar de uma dança cujos passos precisam ser aprendidos ao longo do caminho. Mesmo na incerteza, somos responsáveis por nossos passos.”.

4.3.2.1 Práticas terapêuticas e resiliência

As práticas terapêuticas integrativas consistem em atividades realizadas em benefício das mães enlutadas, com objetivo de auxiliar em seus processos de enfrentamento e elaboração do luto. A primeira narrativa a respeito é de Eliana:

[...] fiz tratamento espiritual, tratamento floral, terapia; uma das coisas que eu sempre quis fazer e nunca tinha feito na vida foi aula de pintura em tela. Esse daqui eu pinte para ele, até tem uma história aqui também. E pinte vários quadros e fui pintando e dando para as pessoas que me ajudaram, porque tiveram muitas pessoas [...] (Eliana).

Eliana, além de ter utilizado recursos como tratamento espiritual, terapias florais e pintura, é psicóloga e nesse período, retomou seu processo terapêutico, que foi de extrema importância para a tomada de consciência dos passos a seguir:

[...] nesse processo da terapia, um dia deu um “insight” e aí eu falei que queria trabalhar com mães enlutadas [...] fiz curso, fiz um aprimoramento na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de luto e morte, um curso no SEDES de luto por suicídio, fiz a especialização na abordagem “junguiana” e aí eu me aposentei e fui trabalhar como psicóloga [...] (Eliana).

Na narrativa acima, percebe-se uma mudança de rota da própria vida, a partir da tomada de consciência impulsionada pela abertura ao processo terapêutico. Essa é uma importante razão para que uma estratégia de enfrentamento seja compreendida também como fator de resiliência: por não apenas possibilitar à pessoa um solo seguro de sustentação, mas fazê-la alcançar novos patamares em sua vida. Na próxima narrativa, Tatiana defende a escuta psicológica e também o acompanhamento psiquiátrico como importantes recursos e estratégias de enfrentamento:

[...] sabe por que você tem que falar? Por que o enlutado tem que falar? Pra se ouvir, porque senão você não acredita [...] eu falo, fico me ouvindo, então eu fico batendo, batendo, e aí uma hora fura a coisa, mas aconteceu isso, então você tem que ouvir trinta vezes, por isso que o enlutado precisa ouvir, então o papel do psicólogos [...] ouve, ouve, deixa ele falar, tem que falar, falar, tem que chorar [...] aquilo tem que secar, vai secando [...] é uma gota por dia, mas vai secando [...] comecei a tomar remédio, parece que tirou um monstro do meu coração, um monstro que tava me remoendo que eu sei que aquilo tinha que sair (Tatiana).

Observa-se nas narrativas de Tatiana, Verena e Eliana, a prática da psicoterapia como de fundamental importância, recurso auxiliar no enfrentamento das adversidades vividas.

Estudo realizado por Feijoo (2021), intitulado: “Situações de suicídio: atuação do psicólogo junto a pais enlutados”, com a perspectiva de escuta clínica fenomenológico-existencial, argumenta sobre o acompanhamento realizado por psicólogos a pais enlutados em decorrência do suicídio de seus filhos, com vistas à promoção de atenção sincera e paciente frente ao sofrimento emocional experimentado por estas pessoas. Para a autora:

A clínica psicológica tal como aqui posicionada, ou seja, em uma perspectiva fenomenológico-existencial, não se dá por meio de uma tentativa de negar a dor ou encontrar-lhe um subterfúgio. Ao contrário, toda a atuação ocorre de modo a confirmarmos a dor do outro, compreendê-lo na sua dor e aguardar que da dor surja outra possibilidade. Tentamos em uma fala essencial confirmar algo que ele, o enlutado, já sabe em sua própria experiência em que ele Vê, Sente e Pensa a dor como algo da qual não pode se esquivar – aliás, quanto mais tenta, mais dói. Por isso, cabe ao psicólogo estar próximo ao enlutado, pacientemente, aguardando o seu pensar, em voz alta, a sua dor. Pais enlutados falam da falta, saudade, amputação e vulnerabilidade. O psicólogo, então, sustenta o espaço da dor para que essa possa se mostrar em toda sua potência. E, assim, o enlutado ao se perceber compreendido possa ver que dispõe de um espaço para compartilhar a sua dor [...]. (FEIJOO, 2021, p. 7)

A autora relata que, além da dor da perda, soma-se a culpa por não terem percebido os indícios, afora o caráter social estigmatizante próprio do suicídio, previamente descrito em Goffman (2021). A clínica como espaço de construção de um tempo dentro do tempo – para a vivência da dor que dilacera, para a retomada da paciência, para a exploração das sensações, para o questionamento sobre o vir-a-ser. Acolhimento e espaço de retomada da vida de outro modo – isso quer dizer, ter fé no que virá (FEIJOO, 2021).

Ressalto que Verena é uma mãe que não relatou fé religiosa, tampouco ligação com a espiritualidade. A maneira encontrada para lidar com sua dor, inclusive com a questão do estigma social, foi contando com o espaço neutro e de acolhimento da terapia (reforçando o caráter “espiritual”, no sentido de curativo, atribuído ao processo psicoterapêutico). Segundo ela: “[...] tomo remédio e faço terapia com um psicólogo maravilhoso [...] agora eu vou para o psiquiatra e tomar remédio [...] a terapia me ajuda muito [...] cria uma capa e você poder se proteger do que vem, dos julgamentos, e isso é muito importante na minha vida [...]” (Verena).

A dimensão espiritual da psicoterapia é abordada por Hycner (1995) em escrito sobre relação terapêutica com ênfase na abordagem humanista fenomenológico-existencial. Para o autor, a sociedade em que vivemos: fragmentada, mecanicista e capitalista, dificulta o acesso à dimensão da espiritualidade, que pode ser (re)encontrada em um processo terapêutico, com vistas à apreciação do momento presente e de sua sacralidade, e o esforço do psicoterapeuta

no sentido de auxiliar na liberação das centelhas sagradas (e ainda fragmentadas) de seus pacientes/clientes. Para ele, tal tarefa corresponde a um movimento em direção à mutualidade, à correspondência, ao sagrado do encontro entre humanos. Há que Ser para além da matéria, na tarefa da apreciação do drama humano (HYCNER, 1995).

Diferentemente de Verena, Helena já considera como estratégia terapêutica de enfrentamento a sua fé religiosa. É dela a seguinte afirmação:

[...] a fé em Deus e a fé na minha religião [...] quando aconteceu algumas pessoas vieram me questionar que eu estava muito forte, se fosse com elas teriam feito loucuras e tudo mais [...] desde que eu nasci fui criada em uma religião que fala que essa vida aqui é uma vida passageira, que não caí uma folha de um árvore sem que Deus queira. Eu estou aqui falando com você e ele pode estar aqui do meu lado ouvindo a gente conversar. Se eu aprendi isso como eu posso me revoltar com a vontade de Deus? [...] vamos estudar mais as palavras de Deus, que a gente vai ver que lá sempre tem um entendimento para tudo isso que acontece [...] que não existe força maior independente daquilo que você acredite, quer seja Jeová, quer seja Deus ou quer seja Buda, se apegue a isso [...] dê um sentido na sua vida. A vida precisa de um sentido religioso, espiritual para a gente vencer (Helena).

Ao abordar as práticas terapêuticas integrativas e resiliência, percebe-se inúmeras possibilidades de estratégias, de acordo com a realidade de cada pessoa. Freitas e Michel (2021), em estudo com pacientes enlutados, observaram que o ambiente terapêutico se constituiu como local de acolhimento; onde foi possível receber compreensão, escuta empática e respeito; espaço de livre expressão, inclusive para tratar de outros assuntos que não o luto especificamente; lidar com o sentimento de culpa emergente, possibilitando melhor aceitação da morte e ressignificação das vidas das entrevistadas. Tavares (2001) defende a utilização de recursos artísticos como forma de redirecionar a agressividade, promovendo uma transformação interna que reflete no externo, e uma transformação externa que reflete no interior de quem a executa. A utilização respeitosa e mágica da arte, seja ela qual for. No presente estudo, as narrativas escutadas foram variadas, desde apoio profissional psicológico, apoio psiquiátrico, pinturas, prática de yoga e a própria espiritualidade, que apesar de compor uma categoria em separado, foi citada na fala de duas entre as seis mães entrevistadas. Independente da prática escolhida, esta, demonstrou ser importante auxiliar no atravessamento de um período de dor e sofrimento para as mães enlutadas.

4.3.2.2 Trabalho e resiliência

O trabalho se apresentou como importante sustentáculo na vida das mães enlutadas por suicídio. É de Elaine a primeira afirmação no sentido de valorização do trabalho como forma de resiliência:

[...] hoje eu atendo de segunda-feira a quarta-feira [...] além de ser uma complementação financeira, é muito mais algo que pra mim, que era importante começar a fazer e quando eu comecei foi pensando totalmente em trabalhar com o luto [...] já faz uns 6 (seis) anos que estou atendendo [...] atender é uma estratégia para mim [...] (Elaine).

Ao que Samira – médica – complementa:

Eu trabalhei todos os dias e todos os dias, trabalhei isso na minha mente [...] com sete dias estávamos trabalhando normalmente e fazendo as nossas reuniões e quando queríamos chorar, chorávamos [...] não tomamos remédios e voltamos a trabalhar no sétimo dia que foi outra estratégia, assim como as nossas orações todos os dias antes de dormir [...] (Samira).

Assim como Samira, Tatiana não demorou a retomar as atividades profissionais, o que surpreendeu as pessoas a sua volta, de acordo com relato a seguir:

[...] uma semana e eu já estava trabalhando, muitos alunos falaram assim: “Olha, eu vou continuar te pagando, você não precisa dar aula.”. Eles ficavam bobos, de eu tá dando aula. E eu dava aula porque eu precisava dar aula [...] tinha minhas contas pra pagar, que sustentar meu filho, minha filha, a faculdade [...] ocupava minha cabeça, ocupava minha cabeça (Tatiana).

Para finalizar, Terena afirma: “o trabalho me ajudou muito porque eu fiquei, né, tive que trabalhar” (Terena). A respeito do trabalho surgir como importante fonte de resiliência, Frankl (2015) apresenta uma interessante analogia com o olho, ao reconhecer o paradoxo de que a capacidade do olho de apreender o mundo depende de sua incapacidade de ver a si mesmo, conferindo semelhante capacidade ao homem que, quanto menos repara em si mesmo, dedicando-se a uma causa ou a outras pessoas, mais ele é o próprio homem, mais ele realiza a si mesmo. Para o autor, só o esquecimento de si conduz à sensibilidade e só a entrega de si amplia a criatividade; corroborando com a atitude das mães supracitadas, cujo envolvimento com suas atividades laborais as fizeram sair de si mesmas em benefício de outrem, num momento de suas vidas em que a vontade de sentido esteve fragilizada.

Além da interessante analogia supracitada, Frankl (2022), em conferência ministrada no ano de 1946, afirmou que a realização do sentido ocorre em três direções principais:

fazendo algo, criando, realizando uma obra; vivenciando algo: amando a natureza, as artes, as pessoas ou quando se posiciona ante situações imutáveis e fatídicas, como assume sobre si esse destino. Essas três direções correspondem aos valores de criação, valores de experiência e valores de atitude (SANTOS, 2016). A realização de um trabalho está implícita nos valores de criação, que corresponde à possibilidade de a pessoa produzir algo com suas próprias mãos, com sua própria inteligência, colaborando com a sociedade em que vive (FRANKL, 2022; SANTOS, 2016).

O sentido do trabalho é percebido, também, em contrapartida ao vazio existencial. O trabalho tem um lugar de destaque na Logoterapia. É por meio do trabalho que a pessoa se relaciona com a comunidade doando algo único. Aqui não se trata do trabalho pelo trabalho ou apenas pelo simples ato de executar tarefas, mas do sentido que a pessoa dá aos seus atos nesse contexto. Muito menos é esta ou aquela profissão a determinar se haverá ou não possibilidade de sentido ao ser humano, mas sim o que ele faz dela; em suma, o essencial está em como se cria e não em o que ou quanto se cria. Haja vista as narrativas das mães enlutadas, o exercício do trabalho pôde colaborar no desenvolvimento de seus valores de atitude, reforçando atitudes de autotranscendência; bem como os valores de criação, quando, através da realização de um trabalho, não somente realizam uma atividade criativa, contribuindo com a sociedade em que vivem, mas, sobretudo, conferem sentido às suas vidas, em um momento de sofrimento existencial (FRANKL, 2003; SANTOS, 2016).

4.3.2.3 Falar/escrever sobre

[...] Os sobreviventes só têm as palavras, palavras fracas e ineficazes, com que se defender da morte. Por isso, alguns de nós transformam estas palavras em contos, histórias e apelos em prol da memória e da decência. É tudo o que podemos fazer: pelos vivos e pelos mortos (WIESEL, 1995 apud WALSH, 2005).

Ao vivenciar eventos traumáticos, reações organísmicas - adoecimentos psíquicos, emocionais e somáticos podem se apresentar a um indivíduo, muitos deles culminando em um transtorno conhecido como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que consiste em um subtipo do transtorno de ansiedade, e tem como características apatia, frieza emocional, fadiga crônica e dissociação. A sintomatologia ativa para o TEPT pode acontecer durante até 20 anos, sem que este seja descoberto e/ou diagnosticado de modo conclusivo. Por vezes, a pessoa acometida por este transtorno busca acompanhamento médico e/ou psicoterapêutico a

fim de tratar uma outra causa, como por exemplo depressão e/ou ansiedade, ou a busca acontece pela ruptura de um relacionamento afetivo e, ao longo do acompanhamento, a pessoa se descobre vítima de tal transtorno, que se mantinha encoberto. O estresse pós-traumático normalmente é ocasionado pela não elaboração da perda repentina de um ente querido, por episódio de violência urbana, ocorrência de abuso sexual, exposição a acidentes, causando danos na vida afetiva, laboral e psicológica da pessoa acometida por tal transtorno. Há a possibilidade de que tal situação emocional agravada seja desenvolvida não somente em pessoas que vivenciaram as situações supracitadas, mas também por pessoas que testemunharam e/ou tiveram conhecimento do evento traumático, a exemplo da colisão do atentado terrorista no 11 de Setembro de 2001, cujas vítimas certamente foram diretas e indiretas ao atentado (SOARES; LIMA, 2003; VAN DER KOLK, 2020).

Das palavras escritas acima, uma delas se destaca, especialmente neste tópico em abordo a importância da fala e da escrita. Essa palavra é elaboração. A palavra elaboração é um substantivo feminino que corresponde a composição, construção e preparação. Também significa ação de elaborar: preparar com tempo e cuidado, organizar (LAROUSSE CULTURAL, 1999). Portanto, compreende-se que o ato ou a ação de elaborar consiste em ganhar tempo para que a assimilação aconteça. Em situações que envolvem dor e sofrimento, o processo de elaboração, principalmente a processada pela mente e sentida organicamente, requer um trabalho extra, para que mente e corpo integrem a assimilação.

Os recursos terapêuticos surgem como maneiras de acalmar angústias, aliviar sofrimentos, expressar sentimentos, sensações e percepções acerca dos fatos vividos/ocorridos, como facilitadores adjuntos à elaboração (BENETTI; OLIVEIRA, 2016). Eles afirmam:

O ato de escrever, independente da qualidade da escrita, parece ter o potencial de prover benefícios físicos e mentais, com melhorias em longo prazo no humor, nos níveis de estresse e em sintomas depressivos. Quando, no contexto de um processo de escrita expressiva, os indivíduos são convidados a escrever sobre experiências pessoalmente perturbadoras, melhorias significativas na saúde têm sido encontradas. As análises de escrita sobre traumas indicam que a maioria, daqueles cuja saúde melhora, tende a usar uma proporção maior de palavras que envolvem emoções negativas do que de palavras envolvendo emoções positivas. (BENETTI; OLIVEIRA, 2016, p. 4)

Aqui a clássica frase: “Recordar, repetir, elaborar”, encontra um sentido, seja através da recordação através da fala, seja pela elaboração através da escrita. As palavras catárticas provindas de escrita terapêutica surgem como tratamento adjunto a terapias psicoterápicas ou

elas mesmas são utilizadas como manejo terapêutico mais importante, elegido pela pessoa que realiza a escrita em questão.

Massimi (2011) reconhece a escrita autobiográfica como uma importante fonte instrumental de apreensão e registro da natureza humana e psicológica, historicamente reverenciada. Há aqui uma diversidade de fontes biográficas, tais como: os diários, as memórias (textos retrospectivos a partir da memória do autor), as autobiografias, as confissões (exposição de si pela escrita realizada diante da presença real ou imaginária de outra pessoa, tendo como exemplo a obra de Agostinho), as reflexões e ensaios e a correspondência epistolar. Notadamente, há um ponto de referência em se tratando da escrita reflexiva e auto investigativa aqui apresentada, que são as Confissões (397-398) de Agostinho (354-430). As confissões apresentam um conteúdo íntimo ao outro, requerendo justiça e reparação, mas também visibilidade ao coração que ama. Oportunizam uma série de outros exercícios de escrita ao longo dos tempos, donde aquele que escreve não está mais só, compartilha sua experiência e sua humanidade com outros e, assim, obtém uma espécie de cura através daquilo que é apalavrado por ele (MASSIMI, 2011).

Tavares (2001) nos informa que a distância percorrida entre a vivência de uma dor aguda e a gratidão perpassa pela ressignificação. A tarefa de ressignificar exige compromisso diário em busca de fontes de apoio, que facilitem o reconhecimento das perdas vividas e a aproximação com a reconciliação. Para ela, através da utilização de recursos artísticos, uma pessoa pode orientar a energia da raiva para ações que façam mais sentido. A utilização de recursos criativos mobiliza uma força transformadora, capaz de reorganizar, mobilizar recursos, tirando a pessoa de um estado de fixidez para um estado de maior fluidez e leveza diante das coisas da vida. Para ela:

O processo de criar tem a ver com o modo como nos relacionamos com o caos. Neste sentido podemos dizer que o caos nos traz oportunidades. O ato criativo consiste na articulação da imaginação com o caos. É a nossa capacidade poética, nossa capacidade de entrar em ressonância com a noção de beleza e de criar, sob a forma de arte, aquilo que transcende a própria compreensão. Para integrarmos nossos sonhos e desejos à vida, mesmo diante do mistério da morte, que se mostra como caos em nossas vidas, é que podemos contar com a imaginação e fazer ajustes criativos. A imaginação articulada à criatividade muda a forma de perceber a realidade. (TAVARES, 2001, p. 27)

Sendo assim, há algumas práticas nesse sentido, tais como: dizer em voz alta tudo aquilo que gostaria de ter dito à pessoa ausente; fazer por outros aquilo que gostaria de fazer pelo ausente- presente; buscar pessoas que passaram pela mesma situação que você está

passando; abraçar e sentir a atenção daqueles que estão aqui presentes; escrever cartas para o ausente-presente, demonstrando a gratidão pelo tempo vivido com seu ente querido, são algumas das formas de expressar o amor e a saudade, transformar a dor em amor. Frank (1996), em diário mantido durante os anos de 1942 a 1944, relata, através dos seus olhos de menina, os horrores de uma guerra em ascensão àquela época. Registro que se eternizou para outras gerações, como forma de exemplo dos sofrimentos aos quais a humanidade fora exposta e que é uma referência do potencial catártico que a escrita possui.

Partindo para as narrativas das mães acerca do assunto supracitado, há a colocação de Eliana sobre a necessidade de expor pensamentos e sentimentos acerca da temática da morte de seu filho: “[...] nossa, a gente fala demais, eu falo demais! Pra mim não é uma questão, uma dificuldade, em falar sempre, desde o comecinho eu falei muito [...] quando a gente fala a lembrança vem como se fosse o dia mesmo” (Eliana). É dela a defesa da escrita como potencial transformador:

[...] Então quando eu fiz especialização, fiz meu TCC [...] sobre sombra no luto por suicídio [...] eu queria falar alguma coisa que fosse sobre suicídio [...] acho que foi uma coisa que me ajudou muito, porque eu tive que ler bastante, pesquisar bastante, também foi um processo de elaboração entrar em contato com isso, porque eu tinha muito medo de ler algumas coisas. Porque algumas coisas você lê e como é difícil ler, e muitas coisas que você ouve a respeito do suicídio é de alguma forma colocando a culpa na família, essa coisa da família é muito mais o pai e a mãe que são as pessoas mais próximas [...] (Eliana).

Apesar de extensa, a narrativa da mãe a seguir aponta a relevância da escrita defendida pelos autores supracitados nesta seção. Apesar de sua filha ter sido hospitalizada em razão da tentativa de suicídio, ela sobreviveu, porém necessitou permanecer internada, sob cuidados médicos. Após algumas situações apontadas pela mãe onde ela responsabiliza o hospital de negligência, o desfecho trágico aconteceu com a morte de sua filha. Diante de sua angústia, escutou pela primeira vez da advogada que a atendeu que escrevesse, escrevesse muito e tudo o que estivesse sentindo. Assim começou o processo da escrita de Terena:

[...] o próprio diretor do hospital ter falado que [...] foi negligência [...] eu procurei um culpado [...] procurei um escritório de advocacia especializado em erros médicos, conversando com o a advogada ela falou pra mim assim: “Escreve tudo que você lembrar”. E aí, eu comecei a escrever. E, quando eu colocava no papel, eu me sentia bem. Aí eu já estava frequentando o [...] grupo de apoio, e a psicóloga falou assim: “A escrita é uma terapia” [...] aí eu, no papel, tudo no papel [...] escrevi, escrevi; e ali foi me dando uma [...] sabe, foi, foi indo, foi indo, foi indo. E o que que eu fazia? Eu escrevia, lia em voz alta, e me dava uma [...] chorava, chorava, lia em voz alta, depois

passava. Então isso foi me ajudando. E me ajuda até hoje. Esse é minha estratégia (Terena).

Foi dessa maneira que nasceu o blog de Terena, que hoje auxilia diversas mães e pais em situações semelhantes às dela:

[...] tenho um blog que escrevo [...] participei de um concurso literário de um grupo de apoio [...] fiquei em terceiro lugar [...] me deu a ideia porque a Maria tinha, no WhatsApp dela, uma frase que deixou no perfil, que era: “Por favor, não me esqueça” [...] em catalão [...] e aí eu nomeei o blog de “no m’oblidis” [...] tem coisas que eu não público, a maioria das coisas eu não público [...] muita coisa que eu acho que faz sentido pra mim, pra outras pessoas, eu público [...] a parte de negar, que eu tinha estratégia no começo de fechar a porta do quarto, fingir que ela tava lá dentro, ou que ela tinha ido viajar, então, eu fazia essas coisas. O que que eu vou fazer com os pertences... O quarto dela está até hoje do mesmo jeito. Então assim, tudo que eu achava que faz sentido pra mim e pras outras pessoas eu público e tem bastante pessoas que pensam o mesmo [...] a gente acaba se conectando, trocando, um conversando com o outro, e isso ajuda [...] o suicídio aconteceu... eu vou procurar meios de seguir adiante. E a forma que eu consegui é escrevendo, é falando com as pessoas, estudando sobre o assunto [...] (Terena).

Assim como experimentado por Tavares (2001), dentre as narrativas das mães acima citadas, há relatos da utilização da escrita para liberar angústias e ressignificar dores. Há uma mãe que pôde, através da escrita do Trabalho de Conclusão do Curso de sua graduação em Psicologia, aprofundar a temática do suicídio e foi categórica ao afirmar que, vencida a insegurança inicial de que não daria conta de realizar aquela escrita, aquele conteúdo teve efeito restaurador para ela, tendo sido de grande valia se aprofundar mais sobre ele. Já outra mãe, Terena, afirma ter encontrado, no compartilhamento de suas palavras em um blog, a possibilidade de dar vazão ao seu sofrimento, compreender aquilo que estava sentindo e auxiliar outras pessoas que vivenciam semelhante dor. Estes textos alcançam outras mães e familiares de pessoas enlutadas por suicídio e com essa escrita ela confirma que suas palavras são exatamente aquilo que muitos gostariam de exprimir, mas não sabem como fazer ou não se sentem aptos para tal feito. Lima e Fortim (2015), em estudo realizado com três mães enlutadas, cuja escrita é compartilhada através de blogs, afirmam que o recurso da escrita é organizador de uma vivência temporal complexa, como a perda de um filho. Ela auxilia na elaboração do passado (que internamente se faz presente), em face da dificuldade que é verbalizar – organizar palavras - acerca do episódio traumático. A escrita é uma ferramenta fundamental para manter viva a memória do filho perdido, compartilhar experiências e elaborar sua ausência física.

4.3.2.4 Servir ao próximo

Toda a Natureza é um desejo de serviço.
 Serve a nuvem, serve o vento, servem os vales.
 Onde haja uma árvore que plantar, planta-a tu;
 Onde haja um erro que emendar, emenda-o tu;
 Onde haja um esforço que todos evitam, aceita-o tu.
 Sê aquele que afasta a pedra do caminho,
 o ódio dos corações e as dificuldades de um problema.
 Existe a alegria de ser são, e a alegria de ser justo,
 mas existe sobretudo, a formosa a imensa alegria de servir.
 Como seria triste o mundo se tudo já estivesse feito,
 Se não houvesse um roseiral que plantar, uma empresa que iniciar!
 Que não te atraíam somente os trabalhos fáceis.
 É tão belo fazer a tarefa a que outros se esquivam!
 Mas não caias no erro de que só se conquistam méritos
 com os grandes trabalhos;
 há pequenos serviços que são imensos serviços:
 adornar a mesa, arrumar os bancos, espanar o pó.
 Aquele é o que critica, este é o que destrói;
 Sê tu o que serve.
 O serviço não é tarefa só de seres inferiores.
 Deus, que dá o fruto e a luz, serve.
 Poder-se-ia chamá-lo assim: Aquele que serve.
 E Ele, que tem os olhos em nossas mãos, nos pergunta todo dia:
 “Serviste hoje? A quem? À árvore, a teu amigo, à tua mãe?”
 (Gabriela Mistral).

Começo a escrita desta seção com a fala de Terena, que ilustra o significado de servir ao próximo, especialmente a prática do serviço em contextos similares aos retratados pelas mães entrevistadas, em face de um luto específico por suicídio de seus (suas) filhos (as) adolescentes, onde a dor pela morte do filho se associa a outros sentimentos e questionamentos e a pessoa, temporariamente “perde o chão”. Aquele amor que era destinado ao filho (a), pode vir a ser canalizado para outras atividades e/ou pessoas, como uma maneira de honrar o ente querido que já não está mais presente fisicamente:

[...] essa dor não vai passar. A gente vai aprender a lidar com ela. O desespero que as pessoas têm de ficar sentindo essa dor pra sempre é muito grande e eu aprendi uma coisa com outra mãe que já tinha perdido o filho dela fazia mais tempo que a Maria, ela falou pra mim assim: “Gastar a dor. A gente tem que gastar a dor”, né, não tem que ficar guardando ela, evitando falar [...] fazendo alguma coisa [...] não é que todo mundo tem que falar, mas sim encontrar uma forma dessa dor fluir, né? Então [...] antigamente eu achava que a gente transforma a dor em amor, eu já acho o contrário. Eu já acho que o amor transforma a dor... O amor que eu sinto pela Maria faz eu transformar essa dor em alguma coisa (Terena).

O mesmo raciocínio é seguido por Samira:

[...] a melhor homenagem que elas podem fazer para os seus filhos é viver, viver em paz, em harmonia com o restante da família, é oferecer o amor desse filho que não tem mais para entregar é oferecer aos outros que estão aí, e saber que a vida é bonita, é bela apesar de todas as dores que a gente possa sofrer, porque tudo e todo esse processo que nós vivemos é um aprendizado e esse aprendizado está nos tornando mais fortes, é para nos tornar melhores como seres humanos [...] (Samira).

A capacidade de abertura a causas que vão além de si mesmos são elixires de resiliência social, verdadeiras fontes de saúde emocional e transformação, mesmo em face de grandes adversidades. A prática de serviço ao próximo se apresenta em quase todos os escritos de Viktor Frankl e sua abordagem, intitulada Logoterapia. Servir ao próximo, para o autor, é uma maneira de realizar a autotranscendência, que é a capacidade de sair de si mesmo, realizando aquilo que ele compreende como autoesquecimento positivo. De fato, há uma comunhão amorosa no compartilhamento de experiências difíceis que abrandam as travessias (FRANKL, 2016; HOOKS, 2021; WALSH, 2005; ZAMULACK, 2015).

A seguir, apresento algumas falas que corroboram com essa perspectiva, a começar por Helena, que se coloca à disposição do próximo por meio de palavras e gestos. Ela afirma: “Hoje eu vivo para ajudar [...] seja financeiramente, com uma palavra, com um conselho, com a minha presença [...] vivo ajudando ao próximo.” (Helena). Samira, que atua como médica e tem um filho estudante de medicina, reflete sobre a possibilidade de presidir uma ONG, nos moldes da idealizada por Tatiana e seu esposo: “Montar isso com meu filho para prestar assistência a pessoas que precisam, que queiram e até mesmo podemos fazer essa parte do luto e das pessoas que estão passando por esse luto também” (Samira). Complementando as afirmações acima, Tatiana endossa:

[...] tem que fazer um trabalho voluntário [...] uma enlutada ajuda uma enlutada, é impressionante principalmente quando alguém tá melhor [...] a gente precisa ficar ouvindo os outros [...] eu nunca quis fazer grupo de enlutado, participar, aí falei com duas mães [...] que afirmou: “Tatiana, eu quero te ajudar o máximo possível [...] eu sinto que tenho [...] ela também sentia que tinha que fazer alguma coisa [...] tinha alguma coisa pra fazer [...] algumas pessoas percebem sinais [...] (Tatiana).

Tatiana é enfática ao afirmar que: “Todas as mães que acharam o sentido da vida, partiram pra ajuda de algum modo, de alguma coisa” (Tatiana). Seguindo a mesma linha de raciocínio de Tatiana, Terena compreende que cada pessoa encontra uma maneira de dar

vazão ao sofrimento vivido praticando algo em benefício ao próximo. São delas as seguintes palavras:

[...] fez eu transformar as minhas palavras num blog... Tem gente que transforma a dor [...] pega retalho e faz uma colcha [...] tem pessoas que fazem poesia; que fazem música; que pintam [...] encontra alguma forma [...] meu marido faz bolsa com couro, materializa as coisas [...] tem gente que montou uma ONG. Tem gente que virou voluntário de alguma coisa [...] tem gente que é do CVV, tem gente que é da Cruz Vermelha. Tem uma mãe que [...] é motorista da Cruz Vermelha, levando cesta básica nessa pandemia [...] encontrar alguma coisa que faça sentido pra você, de canalizar esse amor que ficou [...] (Terena).

Dando seguimento à prática do serviço ao próximo, está o exemplo de Verena, que, após o falecimento da filha, decidiu, junto ao ex-marido, criar uma Fundação e doar o valor que antes era pago em educação para a menina, a instituições carentes e estudantes de medicina por intermédio de bolsas em algumas regiões no Brasil, ação que conta com apoio de outros empresários estrangeiros. Segue a narrativa:

[...] meu ex-marido criou a fundação. Ele conseguiu ajuda financeira de várias empresas e a gente designou tudo isso para as instituições [...] para “Vó Rosa” [...] mandei consertar todos os tanques de água, a gente leva alimentos [...] tem a “Pérolas de Deus”; tem um abrigo de velhinhos [...] “Lar Recanto dos Senhores”, três instituições que a gente é parceiro e ajuda todos os meses. Como a mensalidade da escola dela era cara, eu pego o dinheiro da mensalidade e o meu marido conseguiu fundo de várias empresas parceiras [...] ela adorava assistir aquela série da netflix “The Good Doctor”- O Bom Doutor. É um menino que tem problemas e ela falou que queria ser médica. Então ele colocou isso na cabeça e ajudamos várias instituições no Paraná, na Universidade Federal que são alunos que fazem medicina de baixa renda, tem todo um critério de avaliação que a gente dá uma bolsa de estudo de mil reais durante um ano e essa bolsa pode renovar, mas para isso o aluno tem que mostrar endereço, conta de luz, existe um critério de avaliação. São alunos de medicina. Aqui temos uma parceria com a UFBA-Universidade Federal da Bahia, tem Recife também, acho que tem umas 10 Universidades que tem um monte de alunos precisando estudar com o dinheiro da Fundação. O dinheiro da mensalidade dela é como se a gente tivesse, ao invés de pagar a educação dela a gente está dando para alguém [...] (Verena).³

Semelhante é a experiência de Elaine, no quesito doação ao próximo. Ela canalizou seus conhecimentos profissionais e utilizou deles para, como afirma Fukumitsu (2019a): “Extrair flor de pedra”, qual seja, fazer do seu sofrimento existencial um canal para sua cura:

³ Os nomes das instituições foram substituídos por outros a fim de preservar a identidade das participantes.

[...] e a gente está começando a se preparar para iniciar o trabalho [...] um grupo terapêutico de luto [...] começando a estudar, dar o formato para fazer online [...] só que não vai ser específico de luto por suicídio, apesar de a minha vontade ser [...] vai ser de luto em geral. Mas a minha vontade ainda era fazer de luto por suicídio, porque pra mim é o que faz sentido (Elaine).

Finalizo esta seção com a fala de Verena, cujas palavras acerca da doação de amor – aquele destinado ao filho que já não está mais presente fisicamente – é um elixir para o enfrentamento da dor:

[...] você pode dar o amor. Eu tenho muito amor e a minha filha era muito amor, e eu quero encontrar uma criança e vou achar uma criança que eu quero dar todo o meu amor que eu dava para ela, eu posso dar para uma criança. Eu ainda não conheço essa criança, acho que vai surgir na minha vida uma criança e a gente sabe, olhar com mais amor, ajudar o próximo, ajudar (Verena).

Frankl (2008, 2016, 2022) abarca sistematicamente a questão do sentido como de elementar importância. Aquele que não consegue encontrar/atribuir um sentido para a sua própria vida, experimenta o vazio existencial, o sofrimento de uma vida sem sentido. Para o autor, as pessoas associam a felicidade ao sentido, têm a felicidade como meta, quando a sua defesa é de uma felicidade não como objetivo, mas apenas o resultado. Bonder (2011) coaduna com esse raciocínio ao enfatizar o apego do ser humano à dimensão do Amor em detrimento da dimensão da Verdade. O autor enfatiza a dificuldade humana em lidar com perdas e sofrimento, em incluí-las no rol das experiências passíveis de serem vividas quando da existência humana.

Em face da dor e do sofrimento, uma das maneiras eficazes de se retomar o sentido para a vida é através do serviço ao próximo. O serviço, de fato, é nos ensinado de uma maneira muito simples, por meio da própria natureza, que se coloca à serviço do homem, sem cobrar nada em troca e este, certamente, não sobreviveria sem ela: as fontes de água límpida, o ar puro, a presença das árvores, de toda a biodiversidade. Esse é o maior exemplo de serviço existente. Mães enlutadas que se põem a servir estão colocando o seu amor em ação. Aquele reservatório de amor que outrora era destinado ao seu filho, é disponibilizado para outras pessoas através de projetos sociais, palestras, escritos em blogs, doações, palavras, investimento de tempo; onde há uma frutificação do amor, há amor em movimento.

Para Frankl, não somos nós quem devemos perguntar pelo sentido da vida, é a vida quem faz as indagações e nós, com o nosso posicionamento, respondemos às mesmas. A

resposta do serviço é uma resposta simples e muito profunda de compartilhamento e comunhão (FRANKL, 2008, 2022). Ele afirma:

[...] Não perguntamos mais pelo sentido da vida, mas nos experimentamos a nós mesmos como os indagados, como aqueles aos quais a vida dirige perguntas diariamente e a cada hora – perguntas que precisamos responder, dando a resposta adequada não através de elocubrações ou discursos, mas apenas através da ação através da conduta correta. Em última análise, viver não significa outra coisa que arcar com a responsabilidade de responder adequadamente às perguntas da vida, pelo cumprimento das tarefas colocadas pela vida a cada indivíduo, pelo cumprimento da exigência do momento. Essa exigência, e com ela o sentido da existência, altera-se de pessoa para pessoa e de um momento para o outro. Jamais, portanto, o sentido da vida humana pode ser definido em termos genéricos, nunca se poderá responder com validade geral a pergunta por este sentido. A vida como a entendemos aqui não é nada vago, mas sempre algo concreto, de modo que também as exigências que a vida nos faz sempre são bem concretas. Esta concreticidade está dada pelo destino do ser humano, que para cada um é sempre algo único e singular. (FRANKL, 2008, p. 101-102)

Compreendendo a transcendência como superar, ultrapassar a materialidade das coisas, para se vislumbrar o que está além; o servir ao próximo é uma experiência concreta de resposta através da ação, que por sua vez, e com seus resultados, reflete o caráter transcendente implícito próprio da ação do servir. É simples e ao mesmo tempo, muito profundo, assim como as mais belas coisas da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à pergunta que deu início à escrita desta tese de doutorado, e em conformidade com o objetivo geral da mesma; não há interrupção da maternidade. O vínculo que se estabelece entre mãe e filho transcende a experiência da morte de qualquer um dos envolvidos nessa relação. O sentimento de amor por seu(ua) filho(a) permanece no coração das mães enlutadas, bem como em suas buscas e práticas ao longo de suas vidas. A capacidade de transformar-se, transmutando a experiência de dor em amor, é uma das maiores oportunidades evolutivas, em esferas psíquicas, emocionais, relacionais e espirituais que envolvem essas mulheres. A palavra profundidade, que significa qualidade do que é profundo e complexo, difícil de entender; distância do fundo à borda – aqui mais precisamente, da borda ao fundo, é o que caracteriza o movimento dessas mulheres, que são convidadas a saírem de um lugar comum no sentido existencial – por vezes de superficialidade, e experimentarem as profundezas de uma dor visceral, que as possibilita um redimensionamento existencial transformador, mas que não as afastam do ofício da maternidade. Aqui, confere-se uma espécie de remodelamento existencial, um ajustamento de olhar, o convite à vivência da maternidade de uma maneira criativamente nova (por vezes, dolorosa!), mas, a possível nestas condições.

As narrativas indicaram que a transformação com o ofício da maternidade, uma vez que esses filhos já não estão mais presentes fisicamente, suscitaram mudanças no estabelecimento do contato com eles. Contato que passou a acontecer mediante sonhos e, também, por meio de experiências de ordem espiritual, mais precisamente uma aproximação com o espiritismo e a possibilidade de recebimento de mensagens por intermédio de cartas consoladoras ou de palavras trazidas através de médiuns. Essas experiências envolveram uma mobilização na vida de algumas dessas mães, uma vez que a aproximação com a espiritualidade não era uma realidade antes da experiência de enlutamento.

Outra transformação importante foi a possibilidade de engajamento em atividades beneficentes, como a construção de uma Organização Não-Governamental (ONG), no caso de Tatiana, ou a criação de uma Fundação, como no caso de Verena, e da declarada intenção de Samira em montar um projeto social semelhante ao de Tatiana na região em que reside. Há um redirecionamento de energia para estas atividades, doação de tempo, de cuidados, de recursos financeiros, de trabalho e de amor. Sendo assim, o amor destinado ao filho não se extingue; ao contrário, ele se expande, ultrapassando as fronteiras de morte e vida e atingindo outras pessoas que se engajam nesses projetos; pais enlutados que vivenciam semelhante

situação e que recebem alento e orientação; jovens adolescentes com ideação suicida, ou que já tenham passado por tentativa de suicídio e que passam a ser beneficiados pelas atividades da ONG, além das pessoas que são diretamente beneficiadas com recursos providos da Fundação supracitada, coordenada por Verena e seu ex-marido.

Retomando o objetivo inicial da presente tese de doutorado – conhecer as experiências de mães em face da morte de seus filhos adolescentes por meio de suicídio –, conclui-se ter havido um avanço nessa direção, sem, contudo, ter-se esgotado tal escopo. Para responder aos objetivos específicos, que são: compreender o impacto da morte do filho nas relações familiares; identificar qual sentido que a mãe atribui à morte de seu(sua) filho(a) e quais estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães em face da morte de seus filhos, foram elencados núcleos de sentido, organizados em três eixos. O eixo 1, denominado *Impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares*, compôs dois núcleos de sentido: um que se referiu ao apoio nas relações familiares e o outro à valoração da maternidade. Além desses núcleos, ele está composto pelo estigma sofrido pelas mães.

O eixo 2 foi denominado *Atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a)*, e abarcou os sentidos dados à morte do adolescente. O terceiro eixo de análise consistiu nas *estratégias de enfrentamento* utilizadas pelas mães face ao falecimento de seu filho(a). Contendo os seguintes núcleos de sentido: transcendência e espiritualidade; e resiliência. A resiliência, por sua vez, foi observada a partir das seguintes categorias: práticas terapêuticas; trabalho; falar/escrever sobre; e servir ao próximo.

Com relação ao eixo 1 e ao primeiro núcleo de sentido denominado: apoio nas relações familiares, dentre os resultados encontrados, é perceptível a rede de apoio formada e os processos de proteção entre as pessoas de uma mesma família. Houve unanimidade, entre as mães entrevistadas, no quesito importância da família no atravessamento do luto por suicídio. Em alguns casos, inclusive, houve o entendimento, com a crise instaurada, do quão importante são os momentos com a família e realizadas mudanças objetivando desaceleração do ritmo de trabalho, com vistas em mais atenção aos familiares, após o advento do suicídio de seus filhos.

Dando segmento ao eixo 1, em resposta ao segundo núcleo de sentido, sobre a valoração da maternidade, é perceptível, na fala de todas as mães entrevistadas, a maternidade como um valor e a continuação da maternidade independente do falecimento do seu filho. Sendo assim, a maternidade representa uma experiência sublime e incontestável para essas mulheres, e está para além do relacionamento com os filhos; é uma missão que, uma vez assumida, permanece acompanhando a existência daquela pessoa. Repito mais uma vez uma

frase que trouxe ao longo deste trabalho: a maternidade é um dos acontecimentos de maior proeminência na vida de uma mulher. Assim é e permanecerá.

Para finalizar o eixo 1, o terceiro núcleo de sentido, que trata do estigma, representa uma das categorias que requerem maior atenção. Retomando a pergunta feita no início da tese: *Maternidade Interrompida?* Essa interrupção, quando ocorre por qualquer outro acontecimento, por exemplo: doença, acidente, dentre outros, ainda que cause dor e sofrimento para a mãe, difere da realidade da experiência do suicídio. De acordo com a literatura e com as mães por mim entrevistadas, há, por desconhecimento e ignorância ainda, uma sociedade que questiona, que pune, dotada de muitos preconceitos, como se algo na educação fornecida a esses jovens tivesse falhado e a primeira pessoa a falhar e a ser responsabilizada tende a ser a mãe. É um julgamento forte e que envolve extrema responsabilidade e o estigma surge com semelhante proporção. Há todo um trabalho realizado por estas mães para lidar com as projeções, culpas e julgamentos estigmatizantes: mães que buscam processos terapêuticos, mães que buscam ressignificar suas perdas mediante trabalhos voluntários, conforme experiências supracitadas, ou se unindo em grupos com outras pessoas enlutadas por suicídio, por exemplo, a fim de compartilharem suas experiências e, assim, com a experiência comunitária do compartilhamento, minimizarem os danos causados pelo julgamento que vem do outro e de si mesmas. Portanto, escritos como estes possuem essa utilidade: alertar não somente a comunidade científica, mas também a sociedade como um todo para a realidade do suicídio e para a necessidade de se tratar mais abertamente desta temática, a fim de que cada vez menos sobreviventes enlutados por suicídio permaneçam enclausurados em castelos de culpa que não os levam para lugar nenhum, apenas oprimem para mais dor e sofrimento.

O eixo 2, denominado *Atribuição de sentido para a morte do(a) filho(a)*, abarcou os sentidos dados à morte dos adolescentes. Das seis mães entrevistadas, três atribuíram sentido para a morte de seus filhos e três não encontraram sentido para a morte de seus filhos. Entre as mães que encontraram sentido para tal experiência, parece haver um aprendizado com a situação vivida, uma oportunidade de crescimento, um despertar, sendo assim, ocorreu a possibilidade de se encontrar um sentido. Para aquelas mães que não encontraram sentido para a morte de seus filhos, ainda que as respostas tenham sido negativas à essa pergunta, afirmativas posteriores foram dadas no sentido de aumento de empatia para com a dor do outro, necessidade de auxiliar, necessidade de servir ao próximo e a comunidade. A mim, ficou a sensação de que há estágios a serem percorridos na experiência do luto, como afirmam Schut e Stroebe (2001 apud MAZORRA, 2009) no Modelo do Processo Dual, e é como se

essas mães estivessem, no momento das entrevistas, voltadas para o enfrentamento orientado para a perda.

No terceiro eixo de análise estão as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mães face ao falecimento de seu filho(a). Está contido o núcleo de sentido que diz respeito à transcendência e espiritualidade. O conceito de autotranscendência apresentado por Frankl (2016) nos informa que autotranscender é sair de si mesmo, é doar-se para causas e/ou pessoas para além de si. Voltar-se para o social, para causas comunitárias, para projetos que permitam ao indivíduo um movimento de autoesquecimento positivo. Aqui a transcendência acontece a priori por necessidade dessas mães de encontrar respostas para o absurdo. Em face do absurdo que é o suicídio de um filho adolescente, “com uma vida toda pela frente”, uma das alternativas quase que imediatas, realizadas por algumas mães participantes deste estudo, foi buscar no espiritismo, respostas para aliviar a dor que atravessava seus corações. Para algumas, o envolvimento com a fé religiosa tornou-se um sustentáculo, para outras mães, a realização de projetos que envolvessem a comunidade e um engajamento em atividades de doação ao próximo fez mais sentido.

De uma forma ou de outra, em todos os casos analisados, houve um movimento de transcendência. Uma espécie de convite realizado, de desvelamento, nessa trajetória da experiência do luto por suicídio que apresentou a estas mães, de diferentes maneiras, a possibilidade de conexão com o sagrado que habita nelas, com a capacidade de doação para causas além delas, capacidade de levar uma palavra para alguém que estivesse precisando, a partir de habilidades descobertas em meio ao caos. Isso é transcender a si mesmo e isso é espiritual. O poeta sufi Rumi (2016) afirmava que: “a ferida é por onde a luz chega até você” e essa frase faz muito sentido aqui. A vivência de uma dor muito profunda possibilitou que elas saíssem de suas vidas comuns e olhassem para o externo, para tantas outras vidas clamando por uma palavra, por um apoio, por uma luz. Houve uma mãe que, inclusive, externou isso em palavras, afirmando que a perda do seu filho foi um chamado para aquilo que ela avocou de “acordar para a vida”.

Em palavras conclusivas de sua tese de doutorado, onde escreveu sobre filhos enlutados pelo suicídio de seus pais, Fukumitsu (2013) utilizou a palavra coragem, para designar pessoas que, agindo com o coração, deram conta da continuidade do chamado da vida. São delas as seguintes palavras:

A palavra coragem tem a mesma raiz da palavra coração e, por isso, foi preciso ter coragem, que acompanhou o coração e que impulsionou viverem para dignificar quem foram e quem são. Como Barthes (2011, p. 40) afirma: “Desejam-me ‘coragem’. Mas o tempo da coragem foi aquele de sua doença, quando eu cuidava dela vendo seus sofrimentos, suas tristezas e eu precisava esconder as lágrimas. A cada instante havia uma decisão a assumir, uma cara a mostrar e isso é a coragem. – Agora, a coragem significaria querer viver, e esta a gente tem até demais. Cada colaborador precisou ter coragem para acordar todos os dias e buscar um novo sentido de vida. Foi preciso o coração para manter o foco e permanecer fiel àquilo em que acreditava. Precisaram aprender e parecem estar ainda no caminho para respeitar as diferenças, aproximar-se das igualdades e rejeitar a toxicidade da vida deles, como: lidar, simultaneamente, com as críticas e os apontamentos estigmatizantes e não permitir serem destruídos, ou seja, aprenderam a recuar e se isolar, em momentos em que se sentiram vulneráveis, e avançar em momentos de confiança. Enfatiza-se que não somente os filhos de pessoas que cometeram o suicídio, mas os enlutados por suicídio, em geral, parecem conviver com a constante busca para encontrar sua exata medida, o próprio tom e ritmo e, por isso, acredita-se que seja preciso coragem para que a vida impere e as transformações possam acontecer. (FUKUMITSU, 2013, p. 221)

Dito isso, há que se reconhecer a coragem das mães por mim entrevistadas, como brilhantemente afirmou Fukumitsu (2013): coragem para conviver com a constante busca por encontrar a exata medida, coragem para encontrar sentido, coragem, simplesmente. Esta coragem está expressa em um conceito por mim utilizado: resiliência. No terceiro eixo de análise há um último núcleo de sentido: a resiliência, que foi subdividida em: engajamento com o trabalho; outro tipo de resiliência que diz respeito a falar sobre a temática do luto por suicídio e/ou escrever sobre, como forma de ressignificação do mesmo; práticas terapêuticas integrativas que foram narradas pelas mães como salutareis em seus processos de enfrentamento do luto e, por fim, servir ao próximo. A resiliência é um termo que vem da física e diz respeito à capacidade de sustentação, de manutenção da força mesmo em face de dificuldades. Esse é um núcleo que atende ao objetivo específico que questiona sobre as estratégias utilizadas pelas mães em face da morte de seus(suas) filhos(as). As estratégias se apresentam de maneira diversa e adaptadas à realidade de cada mãe. Há uma mãe que buscou se dedicar ao seu trabalho, se especializando em luto e retomando a atividade de psicóloga clínica, compreendendo que poderia auxiliar outras pessoas no atravessamento de situação semelhante a vivenciada por ela; uma outra mãe também encontrou no trabalho uma maneira de enfrentamento da dor. Para esta, o retorno ao trabalho se deu com apenas sete dias após o falecimento de seu filho.

Ha uma mãe que optou pela escrita de um blog. Encontrou, por meio das palavras, uma maneira de atingir muitas pessoas, inclusive pais que vivenciam semelhante situação.

Para ela, a escrita se mostrou como importantíssimo recurso de enfrentamento e reencontro consigo.

Outras estratégias utilizadas foram a prática de psicoterapia, atividades como pintura, acompanhamento psiquiátrico, realização de palestras em grupos de enlutados, dentre outros. Percebe-se que o movimento evocado pela resiliência envolve resistência e adaptação. Atividades que convidam à observação e movimento. As mães entrevistadas nessa pesquisa, apesar da dor dilacerante e do sofrimento vivido, conseguiram – estão conseguindo dia após dia – lidar com bravura com a experiência de enlutamento a partir dos seus movimentos, muitos deles intuitivos, outros tantos realizados, não por desejo, mas por necessidade de lidar com aquele estado em que se encontravam. Como afirma Hollis (2006):

[...] honramos mais aqueles que perdemos, tornando consciente a colaboração deles para a nossa vida, vivendo deliberadamente com esse valor e incorporando esse valor no empreendimento da vida. Essa é a conversão adequada da perda inevitável nessa vida evanescente. Essa conversão não é uma negação e sim uma transformação. Nada que é internalizado, jamais é perdido. Mesmo na perda, então, algo elevado permanece. (HOLLIS, 2006, p. 59)

Só se chora a perda do que tem valor. As mães participantes deste estudo, não somente choraram a perda, como mobilizaram recursos internos e externos, em prol da elaboração do luto, tamanho o amor pelo filho que se foi. Seus feitos refletem esse imenso amor.

Retomando a Lei nº 13.819, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, considero, com a escrita desta tese de doutorado, contribuir com os itens I, VII e IX, cujas propostas versam sobre a promoção da saúde mental, a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia e outras e, também, a promoção de educação permanente de gestores e profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas. É notadamente necessário o investimento formativo dos profissionais de saúde e educação, pois assim, há a possibilidade de maior preparo profissional para a lida com o manejo do comportamento suicida, escuta sensível e acolhedora aos enlutados, ressaltando a inclusão do tema na formação de psicólogos e demais profissionais de saúde, desde a graduação.

Vale ressaltar o aspecto processual da escrita da tese, no que tange especificamente aos procedimentos. O amor supracitado foi percebido quando da oportunidade de fala apresentada às mães entrevistadas, que não somente se prontificaram a narrar os fatos, bem

como, sugeriram outras mães para a realização desta entrevista, reforçando a demanda de fala das mesmas. O estigma em torno da temática do suicídio, especialmente em se tratando de luto materno por suicídio, é um reforçador desta fala contida, dessa voz abafada, dessa necessária expressão de fatos e vivências, objetivando sua ressignificação.

É cabível contemplar a dificuldade encontrada por mim quando da realização deste estudo. A junção de duas temáticas profundas e dolorosas: luto materno e luto materno por suicídio, demandou energia, investimento, posicionamento - movimentos por vezes difíceis de serem realizados como gostaria de tê-los feito. Contudo, acolho a profundidade do aprendizado recebido, compreendendo que o sofrimento existencial pertence ao humano e que também deve partir do ser humano o acolhimento ao sofrimento existencial. A mobilização por mim sentida, as transformações pessoais acarretadas ao longo deste processo, as leituras feitas, as lágrimas derramadas; essas ficarão guardadas em minha memória, na esperança de serem alicerce para novas e melhores oportunidades de acolhimento à dor existencial em futuras ações minhas.

Sendo assim, ao final deste percurso, cabe destacar os significativos aprendizados, tanto no âmbito profissional como pessoal. Foi possível ampliar os conhecimentos em relação ao tema estudado e à metodologia empregada. Além disso, pude constatar o quanto é possível auxiliar mulheres e as suas vivências com relação ao luto materno e, especificamente ao luto materno por suicídio. Essa constatação me permitiu ampliar e refinar a função da escuta diante do sofrimento psíquico.

Sugestiona-se a escrita de novos trabalhos acadêmicos, artigos científicos, dissertações e teses voltados para a temática do suicídio e do luto materno por suicídio, lembrando a escassez de escritos científicos voltados para essa específica temática e o caráter estigmatizante que a mesma possui. Retomar a temática do luto materno por suicídio permite que o assunto possa ser mais contemplado e alcance cada vez mais pessoas.

REFERÊNCIAS

- ADOLESCÊNCIA. In: *Larousse Cultural*: Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ALVAREZ, A. M. de S; MORAES, M. C. L de; RABINOVICH, E. P. Resiliência: um estudo com brasileiros institucionalizados. *Journal of human growth and development*, v. 8, n. 1-2, p. 69-73, 1988.
- ANGERAMI, V. A. *Suicídio: uma alternativa à vida – Fragmentos de Psicoterapia Existencial*. Belo Horizonte: Artesã, 2017.
- ANGERAMI, V. A. *Psicoterapia Existencial: noções básicas*. Belo Horizonte: Artesã, 2018.
- AQUINO, T. A. A. VÉRAS, A. da S.; BRAGA, D. O. L.; VASCONCELOS, S. X. P. de; SILVA, L. B. da. Logoterapia no contexto da psicologia: reflexões acerca da análise existencial de Viktor Frankl como uma modalidade de psicoterapia. *Logos & existência revista da associação brasileira de logoterapia e análise existencial*, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 45-65, 2015.
- ALLENDE, I. P. *Paula*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ARANTES, A. C. Q. *A morte é um dia que vale a pena viver*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- ARIÈS, P. *O Homem diante da Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- ARRIAGADA, I. A. La diversidad y desigualdad de las familias latinoamericanas. *Revista Latinoamericana de Estudios da Família*, Chile, v. 1, p. 9-21, enero-diciembre, 2009.
- ARTEAGA, A. M. P.; BARRERA, M. C.; LÓPEZ, L. A. V.; CRUZ, I. V. Intento suicida en la adolescência: un abordaje desde la Atención Primaria Salud. *Humanidades Médicas*, Cuba, v. 20, p. 66-87, 2020.
- BAUMAN, Z. *Vidas para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BENETTI, I. C.; OLIVEIRA, W. F.; O Poder terapêutico da escrita: quando o silêncio fala alto. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, [S.l.], v. 8, n. 19, p. 67-76, 2016.
- BESERRA, M. A.; CARLOS, M. D.; LEITÃO, M. N. C.; FERRIANI, M. G. C. Prevalência de violência na escola e uso de álcool e outras drogas entre adolescentes. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto-SP, v. 27, p. 1-13, 2019.
- BEZERRA, M. A. R.; ROCHA, R. C.; CARNEIRO, C. T.; ROCHA, K. N. S.; MOURA, D. F. S.; ROCHA, S. S. O tempo do luto materno pelo filho que morreu na infância. *Revista Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro-RJ, v. 26, p. 1-9, 2022.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; DIAS da SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista. *Cad. Psicol. Educ. Paidéia*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 61 -69, 1992.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 233-239, setembro-dezembro, 2000.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A questão da disciplina na prática da educação da criança, no Brasil, ao longo do séc. XX. *Veritati*, [S.l.], n. 2, p. 243-259, 2002.

BONANNO, G. A. Resilience in the Face of Potential Trauma. *Current Directions in Psychological Science*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 135-138, 2005.

BONDER, N. *A arte de se salvar: ensinamentos judaicos sobre o limite do fim e da tristeza*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOTEGA, N. J. WERLANG, B. S. G.; CAIS, C. F. da S.; MACEDO, M. M. K. Prevenção do comportamento suicida. *Revista Psicologia*, UNICAMP – Campinas, v. 37, n. 3, p. 213-220, set/dez. 2006.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, 2014.

BOWLBY, J. Apego e perda. *A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. *Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Brasília, DF: Casa Civil, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/13819.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico: mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, n. 33, v. 52 set. 2021. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

BRONFENBRENNER, U. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROWN, B. *A Coragem de Ser Imperfeito: como aceitar a própria vulnerabilidade, vencer a vergonha e ousar ser quem você é*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CALAFATE, J. M. S.; RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. Suicide in the Iny population: between the spell and the disarrangement pf “desire”. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C.; MACEDO, J. P. (Eds.). *Psychology and rural contexts*. Psychosocial dialogues from Latin America. Chan, Switzerland: Springer, 2021. p. 85-98.

CALLIGARIS, C. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOS, M. T. F. S.; PELUZIO, M. C. G.; MELO, M. S. S.; SIMONINI, E.; COELHO, F. M. G.; ARAÚJO, R. M. A. A mesa que encolheu: a perspectiva alimentar das mães que perderam filhos. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

CASELLATO, G. Luto não autorizado. In: FUKUMITSU, K. O. *Vida, Morte e Luto: Atualidades Brasileiras*. São Paulo: Summus, 2018. p. 207--215.

CORRÊA, D. A. Do luto ao sentido: aportes da logoterapia no espaço psicoterapêutico. *Psicologia: teoria e prática*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 180-188, 2012.

CRESWEL, J. W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 4. ed. Porto Alegre: PENSO, 2014.

CRUZ, J. S.; AQUINO, T. A. A. Espiritualidade e resiliência: relevância e implicações no pensamento frankliano. *Rever*, São Paulo, v. 20, n. 2, 2020.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. esp., p. 202-219, 2010.

DONATI, P. *Família no século XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DOURADO, J. V. L.; ARRUDA, L. P.; FERREIRA JÚNIOR, A. R.; AGUIAR, F. A. R. Definições, critérios e indicadores da adolescência. *Revista de Enfermagem UFPE on line – REUOL*, Pernambuco, v. 14, 2020.

DURKHEIM, E. *O suicídio*. São Paulo: ed. Martin Claret, 2008.

ESTÉS, C. P. *Libertem a mulher forte: O amor da mãe abençoada pela alma selvagem*. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2012.

FEIJOO, A. M. L. C. Situações de suicídio: Atuação do psicólogo junto a pais enlutados. *Psicologia em Estudo*, [S.l.], v. 26, 2021.

FERREIRA, L. *O amor que sinto agora*. São Paulo: Ed. Planeta, 2018.

FONTOURA, C. S. *Concepções e práticas de mães inseridas e não-inseridas no mercado de trabalho sobre família, cuidado e educação de filhos: Estudo de Casos Múltiplos*. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.

FONTOURA, C. S.; MOREIRA, L. V. C. *Maternidade e Trabalho: repercussão na educação e nos cuidados dos filhos*. Curitiba: CRV, 2019.

FRANCO, M. H. P. *Cuidado Paliativo*. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2008.

- FRANCO, M. H. P. Pesquisas e Práticas sobre luto no exterior e no Brasil. *In: FUKUMITSU, K. O. Vida, Morte e Luto: Atualidades Brasileiras*. São Paulo: Summus, 2018. p. 193-206.
- FRANKL, V. E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANKL, V. E. *O Sofrimento de uma vida sem sentido: Caminhos para encontrar a razão de viver*. São Paulo: Ed. É Realizações, 2015.
- FRANKL, V. E. *Sede de sentido*. 2. ed. São Paulo: Ed. Quadrante, 2016.
- FRANKL, V. E. *Sobre o sentido da vida*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.
- FREITAS, J. L.; MICHEL, L. H. F. A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 273-283, junho, 2014.
- FREITAS, J. L.; MICHEL, L. H. F. Psicoterapia e Luto: A Vivência de Mães Enlutadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 1 -15, 2021.
- FROMM, E. *A Arte de Amar*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- FUKUMITSU, K. *O processo de luto do filho da pessoa que cometeu suicídio*. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FUKUMITSU, K. PROGRAMA RAISE: Gerenciamento de Crises, Prevenção e Pósvenção do Suicídio em Escolas. São Paulo: Phorte Editora, 2019b.
- FUKUMITSU, K. *Sobreviventes Enlutados por suicídio: cuidados e intervenções*. São Paulo: Summus, 2019a.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 35, n. 2, p 57-63, março-abril, 1995.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: ed. LTC, 2021.
- GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 29-48, janeiro- junho, 2002.
- HOOKS, B. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOLLIS, J. *Os pantanais da alma: Nova vida em lugares sombrios*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- HYCNER, R. *De Pessoa a Pessoa: Psicoterapia Dialógica*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-224.

KAST, V. *Crises da vida são chances de vida: Crie pontos de virada*. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2004.

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, ago. 1997.

KUBLER-ROSS, E. *A morte: um amanhecer*. São Paulo: Ed. Pensamento. 2006.

KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LEMONS, R. F. S.; KIND, L. Mulheres e maternidade: faces possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, setembro-dezembro, 2017.

LIMA, S.; FORTIM, I. A escrita como recurso terapêutico no luto materno de natimortos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 771-788, dez. 2015.

MARVILA, W. S.; GONÇALVES, L. M.; FERREIRA, N. A dor por trás do luto materno: uma investigação acerca dos mecanismos de sobrevivência criados a partir do luto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade do Espírito Santo, Vitória, 2016.

MASSIMI, M. A fonte autobiográfica como recurso para a apreensão do processo de elaboração da experiência na história dos saberes psicológicos. *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 20, p. 11-30, 2011.

MAZORRA, Luciana. *A construção de significados atribuídos à morte de um ente querido e o processo de luto*. 2009. 265 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MOREIRA, L. E.; NARDI, H. C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569-594, maio-agosto, 2009.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; FORNASIER, R. C. Adolescentes e sua Adolescência: família, escola e sociedade. *In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.;*

FORNASIER, R. C. *Adolescentes e Adolescências: Família, Escola e Sociedade*. Curitiba: CRV, 2018. p. 23-71.

MORTE. In: *Larousse Cultural: Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M.; MOREIRA, L. R.; OLIVEIRA, A. T.; CARVALHO, F. T.; PALUDO, S. S. Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1055-1066, 2018.

NOGUEIRA, E. L.; NASCIMENTO, A. R. A. Maternidade e Identidade em Mulheres que Perderam Filhos: Aspectos Psicossociais. *Revista Interação em Psicologia*. Curitiba, v. 18, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2014.

OLIVEIRA, R. D. *Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

OLIVEIRA, J. V. B.; AMORIM, L.; JACINTO, P. M. S. Revisão integrativa da literatura sobre suicídio: repercussões nas famílias e atuação dos profissionais de saúde. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 103-116, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *Folha informativa - Saúde mental dos adolescentes*. Brasília, DF: OPAS, OMS, 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes&Itemid=839. Acesso em: 18 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE LA SALUD - OPAS. *Prevención del suicidio: un imperativo global*. Washington, DC: OPAS, 2014.

OSMARIN, V. M. Suicídio: O luto dos sobreviventes. *Psicologia.pt*, Caxias do Sul, p. 1-13, 2015.

PALKOVITZ, R. Reconstructing “involvement”: expanding conceptualizations of men’s caring in contemporary families. In: HAWKINS, A.; DOLLAHITE, D. (Orgs.). *Generative Fathering: Beyond Deficit Perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997. p. 200-216.

PASSOS, M. C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2005. p. 269-281.

PERLIN, G.; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 15-29, 2005.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, T. N. Notas para um olhar mais adequado à família e ao adolescente: buscando caminhos para crescer. In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; FORNASIER, R. C. *Adolescentes e Adolescências: Família, Escola e Sociedade*. Curitiba: CRV, 2018. p. 189-205.

PETRINI, J. C. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Donati. *In: DONATI, P. Família no século XXI: abordagem relacional.* São Paulo: Paulinas, 2008, p. 13-46.

PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e Família: um itinerário de compreensão.* Bauru-SP: EDUSC, 2003.

POMPÉIA, J. A. *Na presença do sentido - uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas.* São Paulo: Educ., 2016.

PONTES, V. V. *Trajетórias interrompidas: perdas gestacionais, luto e reparação.* Salvador: EDUFBA, 2016.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997.

RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. C. Estudos sobre família em contextos brasileiros. *In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História.* Curitiba: Juruá, p. 15-40, 2011.

RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. C.; FRANCO, A. Papéis, comportamentos, atividades e relações entre membros da família baiana. *Revista Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 139-149, 2012.

RIBEIRO, J. P. *Holismo, Ecologia e Espiritualidade.* São Paulo: ed. Summus, 2009.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas.* 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando a executiva é uma dama: a mulher, a carreira e as relações familiares. *In: FÉRES- CARNEIRO, T. (Org.). Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas.* São Paulo: Loyola, 2003. p. 203-228.

ROEHE, M. V. Revendo idéias de Viktor Frankl no centenário de seu nascimento. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 3, pp. 311-314, set./dez. 2005.

RUMI, J. U. *Poemas Místicos Divan de Shams de Tabriz.* São Paulo-SP: Attar, 2016.

SAFT, E. C.; ALBUQUERQUE, F. M. P. Mães que perderam filhos adultos: um grupo focal. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, [S.l.], v. 8, n. 1, 2022.

SANTOS, D. M. B. Logoterapia: Compreendendo a teoria através de mapa de conceitos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, p. 128-142, 2016.

SANTOS, D. M. B.; FREITAS, M. L. A sede de sentido na juventude: uma leitura à luz da Logoterapia e Análise Existencial. *In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; FORNASIER, R. C. Adolescentes e Adolescência: Família, Escola e Sociedade.* Curitiba: CRV, 2018. p. 227-247.

SANTOS, L. O. *Para sempre mãe: a proteção jurídica ao luto materno.* 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, 2018.

SCABINI, E. Transitions in the Family. *In: SCABINI, E.; ROSSI. (Orgs.). Family Transitions and Families in Transition.* Milano: Vita e Pansiero, 2012.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface, Comunic, Saúde, Educ. [S.l.]*, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.

SCHLICHTING, C. A; MORAES, M. C. L. Mortalidade por suicídio na adolescência: uma revisão. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, Uberaba, v. 1, 2018.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB. *OMS alerta: Suicídio é a 3ª causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos.* Salvador: SESAB, 2020.

Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-causa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/>. Acesso em: 20 set. 2020.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 28, n. 1, janeiro-março, 2012.

SERRA, A. P. E.; FREITAS, J. L. Luto materno no suicídio: a impotência e o desamparo frente às (im)possibilidades. *Revista do NUFEN*, Belém, v. 12, n. 3, setembro-dezembro, 2020.

SILVA FILHO, O. C. S.; MINAYO, C. S. Triplo tabu: sobre o suicídio na infância e na adolescência. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 2693-2698, 2021.

SILVA, M. R. S.; ELSEN, I.; LACHARITÉ, C. Resiliência: Concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. *Paidéia*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 147-156, 2003.

SOARES, B. G. O.; LIMA, M. S.; Estresse pós-traumático: uma abordagem baseada em evidências. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Pelotas, v. 25, p. 62-66, 2003.

SOUSA, A. M. *Luto materno: A resignificação do viver após a perda de um filho.* 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

SOUZA, A. C. G.; BARBOSA, G. C.; MORENO, V. Suicídio na adolescência: revisão de literatura. *Revista Uningá*, São Paulo, v. 43, p. 95-98, janeiro-março, 2015.

TAVARES, G. R. *Do luto à luta.* 1. ed. Belo Horizonte: Casa de Minas, 2001.

TAVARES, G. R. Conectar Enlutados: do degradar ao despertar e prosseguir. *In: FUKUMITSU, K. O. Vida, Morte e Luto: Atualidades Brasileiras.* São Paulo: Summus, 2018. p. 232-242.

TEODÓZIO, A. M. *Luto materno decorrente de perda gestacional e as percepções e sentimentos maternos sobre a gestação e o bebê subsequente à perda.* 2019. 49 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Saúde) – Programa de Pós-graduação em Psicologia e Saúde, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2019.

TOCHETTO, L. D.; CONTE, R. F. Pós-venção com pais enlutados: uma estratégia de cuidado no contexto do suicídio. *Revista Psi UNISC*, [S.l.], v. 6, p. 98-109, 2022.

TRISTÃO, B. F.; GOMES, K. M. Luto materno: aplicabilidade de um protocolo de psicoterapia cognitiva comportamental. *Revista de Iniciação Científica UNESC*, Criciúma, v. 17, n. 1, 2019.

VAN DER KOLK, B. *O corpo guarda as marcas*. Rio de Janeiro: Sextante: 2020.

WAGNER, A. Família e Educação: aspectos relativos a diferentes gerações. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2005. p. 71-98.

WALSH, F. *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca, 2005.

XAUSA, I. A. M. *A psicologia do sentido da vida*. 2. ed. Viçosa-MG: Livraria UFV, 2013.

YIN, R. K. *Case study research: design and method*. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMULAK, J. Autotranscendência: caminhos para a superação do individualismo. *Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 130-142, 2015.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EXPERIÊNCIAS DE MÃES EM FACE
DA MORTE DOS SEUS FILHOS ADOLESCENTES POR MEIO DE SUICÍDIO**

Entrevistador(a): _____
 Nome fictício da mãe entrevistada:

Local e data: _____ Horário de início: _____ Horário de fim:

I) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Idade
2. Escolaridade
3. Atuação profissional
4. Composição familiar
5. Bairro de residência
6. Religião

II) COMO FOI O TEMPO DE VIDA DO(A) FILHO(A), ASSIM COMO O SENTIDO DE SUA VIDA

III) O DIA EM QUE O(A) FILHO(A) MORREU E O SENTIDO DE SUA MORTE

IV) OS PRIMEIROS DIAS E MESES APÓS O FALECIMENTO DO(A) FILHO(A) E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELAS MÃES EM FACE DA MORTE DO SEU(SUA) FILHO(A)

V) SENTIDO DA VIDA E DO FUTURO APÓS O FALECIMENTO DO(A) FILHO(A)

VI) A EXPERIÊNCIA DE MATERNIDADE ANTES E APÓS A MORTE DO(A) FILHO(A)

VII) IMPACTO DA MORTE DO(A) FILHO(A) NAS RELAÇÕES FAMILIARES

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa intitulada: “Maternidade Interrompida? Experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio”, que será desenvolvida pela doutoranda Clarissa Santos Fontoura, aluna do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da professora do referido programa, Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio. A sua participação no estudo consiste em responder questões elaboradas pela pesquisadora na forma de entrevista. O roteiro de entrevista inclui questões relacionadas à maternidade e luto e terá duração aproximada de 50 minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, a senhora poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para a senhora (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.

Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo. Por isso, a entrevista será gravada para possibilitar o registro de todas as informações fornecidas pela senhora, as quais serão posteriormente transcritas; tais gravações serão mantidas sob a guarda da pesquisadora durante cinco anos.

Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa em decorrência desta entrevista, a senhora será ressarcida.

O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12. Dessa forma, esta pesquisa poderá ajudá-la a refletir sobre a sua experiência em face da morte de seu filho adolescente. Além disso, como benefícios indiretos, ampliará o conhecimento científico sobre a morte por suicídio de adolescentes e, também, sobre as possibilidades de enfrentamento materno. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a maternidade e, também, em prol da prevenção ao suicídio de adolescentes.

Há o risco de desconforto em decorrência de a entrevista acessar memórias sofridas. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida e a senhora receberá apoio psicossocial, via online, por parte do psicólogo Bruno Gomes de Almeida, CRP nº 03/17016, cujo telefone celular é: (71) 99250-5379, e-mail: brunodargor@hotmail.com.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com a senhora e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora ou com sua orientadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Clarissa Santos Fontoura – Telefone: (71) 99955-5775. E-mail: clarissafontoura1@hotmail.com

Professora dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira – Telefone: (71) 98875-7822. E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador- BA, CEP: 40.231-902.

Caso tenha alguma dúvida com relação aos procedimentos éticos, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal pelo telefone 3203-8913 ou pelo e-mail: cep@ucsal.br

Eu, _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MATERNIDADE INTERROMPIDA? EXPERIÊNCIAS DE MÃES EM FACE DA MORTE DOS SEUS FILHOS ADOLESCENTES POR MEIO DE SUICÍDIO

Pesquisador: Clarissa Santos Fontoura

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40593020.7.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.469.661

Apresentação do Projeto:

"Trata-se de pesquisa qualitativa, com estudo de casos múltiplos do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Serão entrevistadas cinco mães cujos filhos adolescentes cometeram suicídio. As mães serão entrevistadas em local de sua conveniência. Essas mães foram indicadas pela pesquisadora, psicóloga e suicidologista Karina Okajima Fukumitsu, cujas pesquisas recentes versam em torno da temática do suicídio e enlutados por suicídio. Elas serão acessadas por meio de contato telefônico e posteriormente, após o aceite, entrevistadas na cidade de São Paulo, local de sua residência. Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturado. O estudo será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. Após a aprovação do Comitê de Ética, às mães que tiverem filhos adolescentes falecidos por meio do suicídio e aceitarem participar da investigação serão entregues o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e agendado local e horário para a realização da entrevista gravada. As participantes que apresentarem sofrimento psíquico serão encaminhadas para atendimento psicossocial. A análise consistirá em fazer uma descrição detalhada do caso e seu contexto."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O objetivo geral do presente estudo consiste em conhecer as experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.469.661

Objetivo Secundário: Os objetivos específicos são: identificar qual o sentido que as mães atribuem à vida e à morte de seus filhos; identificar quais as estratégias de enfrentamento utilizadas por mães em face da morte do(a) seu(sua) filho(a); conhecer o sentido que as mães conferem à própria vida após a morte de seus filhos; e conhecer o impacto da morte do(a) filho(a) nas relações familiares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Há o risco de desconforto em decorrência de a entrevista acessar memórias sofridas. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida e a senhora receberá apoio psicossocial, via online, por parte do psicólogo Bruno Gomes de Almeida, CRP nº 03/17016, cujo telefone celular é: (71) 99250-5379, e-mail: brunodargor@hotmail.com.

Benefícios: O estudo apresenta benefícios conforme a Resolução 510/2016. Dessa forma, esta pesquisa poderá ajudá-la a refletir sobre a sua experiência em face da morte de seu filho adolescente. Além disso, como benefícios indiretos, ampliará o conhecimento científico sobre a morte por suicídio de adolescentes e, também, sobre as possibilidades de enfrentamento materno. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a maternidade e, também, em prol da prevenção ao suicídio de adolescentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A referida pesquisa apresenta um projeto bem consolidado. e Projeto de tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, para exame de qualificação. Assim é descrito: "A investigação tem por objetivo geral conhecer as experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio. Trata-se de pesquisa qualitativa, com estudo de casos múltiplos. Serão entrevistadas cinco mães cujos filhos adolescentes cometeram suicídio. As mães serão entrevistadas em local de sua conveniência. Essas mães foram indicadas pela pesquisadora, psicóloga e suicidologista Karina Okajima Fukumitsu, cujas pesquisas recentes versam em torno da temática do suicídio e enlutados por suicídio. Elas serão acessadas por meio de contato telefônico e posteriormente, após o aceite, entrevistadas na cidade de São Paulo, local de sua residência para a coleta de dados, foi elaborado umroteiro de entrevistas semiestruturado. O estudo será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.469.661

da Universidade Católica do Salvador. Após aprovação do Comitê de Ética, às mães que tiverem filhos adolescentes falecidos por meio do suicídio e aceitarem participar da investigação serão entregues o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE e agendado local e horário para a realização da entrevista gravada. As participantes que apresentarem sofrimento psíquico serão encaminhadas para atendimento psicossocial. A análise consistirá em fazer uma descrição detalhada do caso e seu contexto". Interessante é a abertura que traz esta pesquisa diante de tantos casos de suicídio entre adolescentes e jovens, que tem se acentuado neste período de pandemia da Covid 19, e o desfecho esperado é bastante significativo, assim a pesquisadora se expressa, no que diz respeito ao desfecho desta Pesquisa: "Desfecho Primário: Ampliar a compreensão e o conhecimento científico da vivência de mães que passaram pela experiência de suicídio de seus filhos adolescentes.

Desfecho Secundário:

Os dados obtidos poderão embasar intervenções relativas à prevenção do suicídio e o acompanhamento das famílias enlutadas".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados pertinentes à realização da Pesquisa, em conformidade com a Resolução 510/2016, tais como: Folha de rosto, orçamento, cronograma; Termo de confidencialidade; Instrumento de Pesquisa, Roteiro de Entrevistas, TCLE com todas as informações essenciais. Apresentou a Declaração a de apoio psicossocial, assinado pelo psicólogo. •

O estudo apresenta benefícios conforme a Resolução 510/2016.

Recomendações:

Enviar os relatórios parciais e o final da referida pesquisa ao CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem recomendações

Conclusões, Pendências ou Lista de Inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 16/12/2020, fica deliberado que o projeto está aprovado, acatando o parecer do relator, e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.469.661

apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1673592.pdf	30/11/2020 16:04:15		Aceito
Outros	oficio_psi.pdf	30/11/2020 15:36:54	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevistas.doc	30/11/2020 15:32:57	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Orçamento	Orcamento.doc	30/11/2020 15:31:06	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Cronograma	Cronograma.doc	30/11/2020 15:29:23	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	30/11/2020 15:29:00	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	30/11/2020 15:28:24	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.pdf	30/11/2020 12:51:49	Clarissa Santos Fontoura	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	30/11/2020 12:07:26	Clarissa Santos Fontoura	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 16 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Eliana Sales Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

APÊNDICE D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Maternidade Interrompida? Experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio

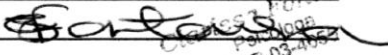
Pesquisador responsável: Clarissa Santos Fontoura

Instituição/Departamento: Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador

Local da coleta de dados: São Paulo/SP

A pesquisadora do projeto intitulado "Maternidade Interrompida? Experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio" se compromete a garantir a privacidade das participantes da pesquisa cujos dados serão coletados por meio de pesquisa de campo qualitativa, na qual serão realizadas entrevistas gravadas. Compromete-se a utilizar os dados obtidos somente com fins de publicações e apresentações científicas e relatórios. Informa que a divulgação das informações só será realizada sem identificar as participantes. Os dados coletados, bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos na residência da pesquisadora localizada na Rua Bahia, nº 480, apto: 101, Edf. Ajalba, Cep: 41.830-160, Pituba, Salvador- Bahia, por um período de 5 anos sob responsabilidade cabível. Após este período, os dados serão destruídos, conforme acordado entre pesquisador e sujeito da pesquisa no ato da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.


Salvador, 30 de novembro de 2020.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
CLARISSA SANTOS FONTOURA	 Clarissa Santos Fontoura Psicóloga CRP-03-4655

APÊNDICE E – DECLARAÇÃO DE APOIO PSICOLÓGICO**DECLARAÇÃO DE APOIO PSICOSSOCIAL**

Eu, Bruno Gomes de Almeida, psicólogo, registrado no Conselho Regional de Psicologia da 03ª Região, sob o número 03/17016, com endereço profissional a Rua Minas Gerais, nº 436, Bairro Pituba, na cidade de Salvador/BA, com telefone (71) 3345-4545, e-mail brunodargor@hotmail.com, comprometo-me a dar apoio psicossocial de forma gratuita aos participantes do estudo intitulado “Maternidade Interrompida? Experiências de mães em face da morte dos seus filhos adolescentes por meio de suicídio”, desenvolvido pela doutoranda Clarissa Santos Fontoura, aluna do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da professora do referido programa, Lúcia Vaz de Campos Moreira, caso alguma participante sinta desconforto durante as entrevistas. Reitero que o referido apoio psicossocial será realizado por meio virtual, através de atendimento on-line.

Salvador, 30 de novembro de 2020

Bruno Gomes de Almeida 

Nome do Psicólogo

CRP 03/17016

Bruno Gomes de Almeida
Psicólogo
CRP-03/17016

APÊNDICE F – QUADRO PINTADO ELAINE (MÃE DESTE ESTUDO)